



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

CRISMANDA MARIA FERREIRA

**POSICIONAMENTOS E ESTRATÉGIAS SINDICAIS NO CONTEXTO DOS
CONFLITOS DO TRABALHO EM SUAPE: uma expressão da nova morfologia
do sindicalismo brasileiro nos anos 2000**

Recife - PE

2018

CRISMANDA MARIA FERREIRA

**POSICIONAMENTOS E ESTRATÉGIAS SINDICAIS NO CONTEXTO DOS
CONFLITOS DO TRABALHO EM SUAPE: uma expressão da nova morfologia
do sindicalismo brasileiro nos anos 2000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ângela Santana do Amaral

Recife - PE

2018

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Maria Betânia de Santana da Silva CRB4-1747.

F383p Ferreira, Crismanda Maria

Posicionamentos e estratégias sindicais no contexto dos conflitos do trabalho em SUAPE: uma expressão da nova morfologia do sindicalismo brasileiro nos anos 2000 / Crismanda Maria Ferreira. – Recife, 2018.

170 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ângela Santana do Amaral.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2018.

Inclui referências.

1. Sociologia do trabalho. 2. Dissídio trabalhista - Brasil.
3. Sindicalismo. 4. Suape Complexo Industrial Portuário. I. Amaral, Ângela Santana do (Orientadora). II. Título.

CDD 335.82 (22.ed.)

UFPE (CSA 2018 –134)

CRISMANDA MARIA FERREIRA

POSICIONAMENTOS E ESTRATÉGIAS SINDICAIS NO CONTEXTO DOS CONFLITOS DO TRABALHO EM SUAPE: uma expressão da nova morfologia do sindicalismo brasileiro nos anos 2000

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada em 31/08/2018 pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.^a Dra. Ângela Santana no Amaral (Orientadora e Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof.^a Dra. Juliane Feix Peruzzo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof.^a Dra. Soraia de Carvalho (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof.^a Dra. Ana Elizabete Fiúza Simões da Mota (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Atenágoras Oliveira Duarte (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Recife - PE

2018

Para meus avós Rita e Chico (*In memoriam*) e minha tia Socorro (*In memoriam*), sempre em nossos corações.

Para minha mãe Lúcia e minha tia Estelita, amor e colo incomparáveis.

AGRADECIMENTOS

Tem sonhos que nem imaginamos o quanto podem nos transformar. Este que concluo me fez reavaliar os saberes, acadêmicos e da vida, aproximou novas pessoas e afastou outras. Foi um sonho de alegrias e idas, mas também de crises de choros e de imprescindíveis retornos. Me (re)fiz nesses dois anos e meio que findam com felicidade nessa dissertação.

Entre dores e amores, tive pessoas que me ajudaram a enfrentar esse grande desafio que foi o mestrado. Sem elas, não conseguiria. E delas, muito tem nas linhas que escrevi.

Agradeço à minha orientadora, Angela Amaral, pela contribuição imensurável que deu na construção desse trabalho e por ser divisora de águas na minha trajetória acadêmica. Angela me acolheu no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET), apresentou-me a temática pesquisada e me acompanhou no estudo das categorias que envolvem meu objeto. Seu amor e dedicação à pesquisa e ao ensino me inspiram.

À Juliane Peruzzo, pelo compromisso, por partilhar seus conhecimentos e ensinamentos durante minha graduação, disciplinas do mestrado e nas bancas de qualificação e defesa de dissertação.

À Soraia de Carvalho, por aceitar com presteza contribuir com o trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, particularmente seus docentes Angela Amaral, Juliane Peruzzo, Ana Elizabete Mota, Marco Mondaini, Ana Arcoverde e Ana Vieira, pelos saberes adquiridos durante as disciplinas cursadas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro que possibilitou condições objetivas para dedicação integral à pós-graduação.

Aos/Às companheiras/os de turma de mestrado, em especial, Lucas Bezerra, Antonio Israel, Danielle Soares e Priscila Cordeiro, pelos debates em sala, pelo compartilhamento dos estudos e pela amizade construída.

À minha família, razão de tudo. À minha mãe Lúcia, pelo amor e pela força nos momentos que pensei não ser mais possível. À minha tia Estelita, pelo bem-

querer e pelo incentivo durante toda minha vida. Ao meu irmão Rafael, o melhor professor do mundo, pelo cuidado, por me ensinar o valor imprescindível dos estudos e por acreditar nos meus objetivos. Ao meu pai Vicente, pela confiança sempre depositada. À Camila, cunhada querida, pela amizade e ternura. Às minhas tias Bela, Luíza, Raimunda, Perpétua e Isa, e ao meu tio Océlio, pessoas que tenho grande carinho e com quem posso contar. À minha prima Jussara, pelo companheirismo, pela amizade e pelo apoio cotidiano. Aos meus primos Diego e Elvis, pela alegria que é estar perto. Amo vocês!

À minha irmã Verônica, minha maior referência pessoal, profissional e militante. Por seu amor, acolhimento e paciência sem igual. Por “fazer acontecer” e viver os sonhos junto comigo. Minha gratidão pelo apoio emocional durante todo mestrado, por me entender até quando eu mesma não me entendia. Por me ensinar a grandeza do mundo e me incentivar desbravá-la. Agradeço também sua valiosa leitura e revisão feita neste trabalho. Para nós, sempre todo amor do mundo. Continuaremos plantando nosso lindo jardim.

Às/aos queridas/os amigas/os, pelo apoio e por fazerem meus dias mais doces e felizes. À Aryadne, Rebeqa, Eynat, Mayara, Dayane, Michelly, Marília e Tânia, meus presentes do Recife. À Géssica, Yasmin, Glória, Mairla e Rannyelle, que nem a distância consegue separar. Aos parceiros Breno, Arthur e Gabriel, pelas conversas, cafés e cervejas nas horas certas. À Tássia, que virou parte da família. À Mirla, por seu grande coração e por me fazer acreditar em mim. À Leidiane, Simaia, Jéssica Juliana, Maressa, Larissa e Raí, companheiras/o que tive o prazer de encontrar através do Serviço Social.

À Mel e Nena, meu amor canino e meu amor felino, pelo carinho e companhia de todos os dias.

[...] como não seria verdade aquilo que chegou a criar raízes numa nação, aquilo que um povo reconhece e tem em alta conta? Quem duvidaria disso? Língua, leis, educação, modo de vida cotidiano, todos os consolidam, todos os têm como ponto de referência; quem não delirasse junto aos demais seria um idiota, um inimigo, um herege, um estranho. Ademais, se o delírio, como é de praxe, redundava em comodidade para alguns, para os mais honoráveis, ou até, dependendo do delírio, em proveito para todos os estamentos; se os poetas lhe entoaram, se os filósofos o demonstraram, se foi trombeteado pela boataria como glória da nação, quem quererá questioná-lo? Quem não preferirá participar do delírio por urbanidade? Até mesmo as dúvidas que escapam do delírio contrário só servem para consolidar o delírio aceito. Os caracteres de distintos povos, seitas, estamentos e pessoas se entrecrocaram; bem por isso, cada um aferra com firmeza ao seu centro. O delírio se converte em escudo nacional, em brasão estamental, em bandeira sindical”.

(Walter Benjamin - De cidadão do mundo a grão-burguês. Delírio)

RESUMO

Esta dissertação analisa o posicionamento das centrais sindicais e suas estratégias de lutas produzidas nos processos que envolveram os conflitos do trabalho no Complexo Industrial e Portuário de Suape (2011-2015). O estudo, de caráter qualitativo, foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica sobre o neodesenvolvimentismo latino americano e a particularidade da atuação sindical brasileira neste período e pesquisa documental, consubstanciada em mapeamento e análise de documentos (Acordos Coletivos de Trabalho) e dos informativos das mídias sindicais (Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical e Central Sindical e Popular- Conlutas). Abordamos as mudanças significativas na economia brasileira e pernambucana nos anos 2000, marcado pelo ideário de conciliação entre desenvolvimento econômico e inclusão social e que, ao nosso ver, impactou diretamente o movimento das lutas sociais no país, notadamente, em sua expressão tradicional, o sindicalismo. O movimento sindical, durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, reconfigurou sua atuação a partir de uma aproximação com as pautas dos governos democrático-populares eleitos, gerando tensões e questionamentos acerca de seu protagonismo e representatividade no contexto dos conflitos do trabalho nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a exemplo de Suape. A emergência das lutas dos operários nos grandes empreendimentos denunciou as precárias condições de trabalho e vida dos trabalhadores e deu visibilidade política aos limites do desenvolvimento em curso. Essas resistências, contudo, foram compreendidas por parte das centrais sindicais enquanto “conflitos de interesses” entre trabalhadores e empresariado, cujas estratégias de atuação seriam as instâncias de negociação/diálogo junto com o Estado e empresas ou as vias judiciais. A CUT, devido sua aproximação histórica com o Partido dos Trabalhadores, incorporou o discurso do “milagre brasileiro”, em especial, da distribuição de renda, de maneira que suas análises e estratégias sustentaram o projeto governista em curso. Já a Força Sindical teve a subordinação ao patronado como marca central de sua atuação, apontando no sentido de controle e contenção dos conflitos. Por sua vez, a CSP-Conlutas, se opondo a estas duas perspectivas, tentou estabelecer uma relação direta com as lutas movidas pelos trabalhadores, reivindicando uma posição combativa e se afirmando enquanto alternativa de organização política, ainda que, concretamente, também não tenha conseguido canalizar seu protagonismo sindical na totalidade das lutas construídas pelo operariado. Neste contexto, entendemos, portanto, que o transformismo da direção do sindicalismo brasileiro, configurando uma morfologia sindical que priorizou sua relação com a burocracia de Estado e o patronato, esvaziou a dimensão classista dos conflitos do trabalho em Suape e, do ponto de vista tático-estratégico, não contribuiu para construção de um projeto para além das demandas imediatas dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos do trabalho. Neodesenvolvimentismo. Sindicalismo. Suape.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the positioning of the trade union centrals and their strategies of struggles produced in the processes that involved labor conflicts in the Suape Industrial and Port Complex (2011-2015). The qualitative study was carried out based on bibliographical research about Latin American neodevelopmentism and the particularity of Brazilian trade unions activity in this period and documental research, consubstantiated in mapping and analysis of documents (Collective Agreements of Labor) and union's media informatives (Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical and Central Sindical e Popular-Conlutas). We address the significant changes in the Brazilian and Pernambuco economies in the years 2000, marked by the idea of conciliation between economic development and social inclusion. This perspective, in our view, directly impacted the movement of social struggles in the country, especially in its traditional expression, the syndicalism. During the Lula da Silva and Dilma Rousseff governments, the trade union movement reconfigured its work based on an approach to elected democratic-popular governments, generating tensions and questions about its protagonism and representativeness in the context of labor conflicts in the works of the Growth Acceleration Program (PAC), such as Suape. The emergence of workers' struggles in large enterprises denounced the precarious working and living conditions of workers and gave political visibility to the limits of ongoing development. These resistances, however, were understood by the trade union centrals as "conflicts of interest" between workers and businessmen, whose strategies of action would be the negotiation / dialogue with the state and companies or the judicial channels. The CUT, due to its historical approach to the Partidos dos Trabalhadores-PT, incorporated the discourse of the "Brazilian miracle", especially the distribution of income, so that its analyzes and strategies supported the ongoing government project. Força Sindical had the subordination to the patronage as the central brand of its action, pointing in the direction of control and containment of the conflicts. On the other hand, CSP-Conlutas, opposing these two perspectives, tried to establish a direct relation with the struggles of the workers, claiming a combative position and asserting itself as an alternative of political organization, although in concrete, have failed in this intent of built a protagonism in the whole struggles carried out by the working class. In this context, we understand that the transformation of the Brazilian syndicalism direction, shaping a union morphology that prioritized its relationship with the state bureaucracy and the patronage, emptied the classist dimension of the labor conflicts in Suape and, from the tactical-strategic point of view, did not contribute to the construction of a project beyond the immediate demands of the workers.

KEYWORDS: Labor conflicts. Neodevelopmentalism. Syndicalism. Suape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Complexo Industrial e Portuário de Suape.....	98
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Centrais Sindicais surgidas no Brasil após 1980.....58

Gráfico 2 – Emprego Formal x Sindicalização (em milhões)
2009/2013.....59

Gráfico 3 – Taxas de ocupação x taxas de sindicalização no Brasil (em
milhões) –
2009/2013.....60

Gráfico 4 – Desembolsos do BNDES para o Nordeste, 2007-2013 (em R\$
bilhões).....89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desembolso do BNDES por estados da Região Nordeste, 2007-2013 (em R\$ milhões).....	92
Tabela 2 – Investimentos do PAC em Pernambuco/ Investimento por eixos (2015-2018).....	94
Tabela 3 – População estimada dos municípios do Território Estratégico de Suape, no período de 2005-2009.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD DIPER	Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco
AFRMM	Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
BDE	Base de Dados do Estado
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCTs	Convenções Coletivas dos Trabalhadores
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNC	Confederação Nacional do Comércio
Codevasf	Desenvolvimento do Vale São Francisco
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CONCLAT	Congresso da Classe Trabalhadora
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CSP	Central Sindical e Popular
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EAS	Estaleiro Atlântico Sul

EBE	Empresa Brasileira de Engenharia
EC	Economia Criativa
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ERESS	Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCA	Fiat Chrysler Automobiles
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FITEMETAL	Federação dos Metalúrgicos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FS	Força Sindical
GET	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
HEMOBRÁS	Empresa Brasileira de Hemoderivados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPI	Imposto sobre o Produto Importado
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
MP	Medida Provisória
MPL	Movimento Passe Livre
MTP	Ministério Público do Trabalho de Pernambuco
NCST	Nova Central Sindical de Trabalhadores
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa Integração Social
PL	Projeto de Lei
PLANSEQ	Plano Setorial de Qualificação
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PM	Política Militar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPPs	Parceiras Público-Privadas
PQS	Petroquímica Suape
PRODEPE	Programa de Desenvolvimento de Pernambuco
PROMINP	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidades para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
REMOS	Fórum de Requalificação de Mão de Obra de Suape
RMR	Região Metropolitana do Recife

RNEST	Refinaria Abreu e Lima
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINDMETAL	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Pernambuco
SINICON	Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada
SINTEPAV-PE	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estrada, Pavimentação e Obras de Terraplanagem
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UGT	União Geral dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. UMA MORFOLOGIA SINDICAL PARA O NOVO PADRÃO “DESENVOLVIMENTISTA” BRASILEIRO.....	31
2.1. CRÔNICA DE UM DECLÍNIO ANUNCIADO: A CRÍTICA AO NEODESENVOLVIMENTISMO NA AMÉRICA LATINA E SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL.....	32
2.2. O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO NOS GOVERNOS LULA-DILMA.....	53
3. FORMAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL E OS CICLOS DE RESTAURAÇÃO ECONÔMICA EM PERNAMBUCO.....	74
3.1. DO “ARCAICO” AO “MODERNO”? : MEDIAÇÕES DA EXPANSÃO ECONÔMICA EM UMA REGIÃO PERIFÉRICA.....	75
3.2. NORDESTE E PERNAMBUCO NO CONTEXTO NEODESENVOLVIMENTISTA.....	87
3.2.1. Suape como expressão contraditória do crescimento econômico pernambucano.....	96
4. REVOLTA NOS CANTEIROS E SINDICATOS EM CRISE: OS CONFLITOS DO TRABALHO NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE.....	108
4.1. “LEVANTADOS DO CHÃO”: CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS DO TRABALHO EM SUAPE.....	109
4.2. POSICIONAMENTOS E ESTRATÉGIAS SINDICAIS FRENTE AOS CONFLITOS DO TRABALHO EM SUAPE.....	116
4.2.1. Central Única dos Trabalhadores (CUT): sindicalismo de resultados e silenciamento das lutas.....	116
4.2.2. Força Sindical: sindicalismo a serviço do capital.....	124
4.2.3. CSP/CONLUTAS: “alternativa de direção para a classe trabalhadora brasileira”.....	132
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata do posicionamento das centrais sindicais e suas estratégias de lutas produzidas nos processos que envolveram os conflitos do trabalho no Complexo Industrial e Portuário de Suape, durante o período 2011-2015. Analisamos que nesse lastro de tempo, marcado pela conjuntura do chamado neodesenvolvimentismo no Brasil, se evidenciou uma relação entre estratégia econômica e morfologia sindical, com incisiva mediação do Estado sob hegemonia de governos democráticos-populares.

O interesse pela temática é desdobramento da minha trajetória de estudo iniciada na formação profissional. A aproximação ao tema ocorreu em 2013, no segundo ano do curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nesse ano, tanto as leituras e debates instigados na disciplina *Trabalho e Sociabilidade*, quanto a inserção no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, deram-me ao tema do trabalho uma tônica diferenciada em relação as demais questões investigativas.

Inserida no GET, no âmbito da iniciação científica, participei da pesquisa intitulada “*Conflitos classistas nos canteiros de obras: experiências brasileiras e a particularidade de Pernambuco no contexto neodesenvolvimentista*” (2013/2014)¹. Durante cerca de um ano de pesquisa, nos preocupamos em analisar a dinâmica socioeconômica e política em Suape. O subprojeto sob minha responsabilidade investigou as estratégias e ações desenvolvimentistas dirigidas aos empreendimentos de Suape, apreendendo as relações existentes entre o padrão de desenvolvimento brasileiro e os conflitos classistas que emergiram daquele processo. Foi meu primeiro contato com a pesquisa acadêmica, num tema que estava no auge da discussão no Brasil e em Pernambuco. A revisão bibliográfica sobre o chamado “neodesenvolvimentismo”, a busca e análise de notícias na mídia local e nacional sobre Suape, as reuniões do grupo de pesquisa e as orientações, despertaram, ainda mais, a curiosidade e vontade de conhecer aquela realidade.

¹ Sob orientação da Professora Dra. Ângela Santana do Amaral.

Devido à impossibilidade de dar conta de todas as determinações que envolvem o tema, em 2014, decidimos renovar a pesquisa. Conseguimos avançar nos estudos sobre a dinâmica do desenvolvimento em Pernambuco e realizamos um panorama geral dos conflitos do trabalho em Suape. Contudo, não foi possível discutir o papel das organizações sindicais e as práticas político-organizativas empreendidas frente às mobilizações em curso. Assim sendo, o projeto “*A reconfiguração do movimento sindical no contexto neodesenvolvimentista e a visibilidade política dos trabalhadores*” cumpriria essa tarefa. Mas, devido à necessidade de cumprir a carga horária do estágio obrigatório, não pude continuar na pesquisa e uma “janela” ficara aberta na minha trajetória de estudo.

Como síntese, e dando continuidade à primeira pesquisa, foi construído o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)², que teve como tema “*Neodesenvolvimentismo, superexploração e precarização do trabalho: uma análise das experiências no Complexo Industrial e Portuário de Suape e Arranjo Produtivo Local de Confecções de Pernambuco*”. Neste trabalho, analisamos as condições de trabalho nesses empreendimentos, buscando evidenciar, sobretudo, os mecanismos utilizados para impulsionar a superexploração e precarização do trabalho nessas realidades.

Ademais, as motivações que nos levaram a essa discussão não se resumem ao meio acadêmico. Durante a militância política no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), participei como membro da Coordenação Regional da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), na Gestão “*A luta é direito de fazer um mundo novo*” (2014/2015). Ali, os rumos e as controvérsias do modelo de desenvolvimento operado no Brasil nos governos petistas, bem como os desafios colocados, nesse contexto, para os movimentos sociais à esquerda, foram temas de fervorosos debates entre as forças políticas em disputa. O neodesenvolvimentismo e suas inflexões nos movimentos da classe trabalhadora esteve na agenda do dia nos espaços da ENESSO, seja no Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), no qual participei em 2012, seja no Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social (ERESS), em 2013, 2014 e 2015, momentos em que estive presente.

² Trabalho feito em parceria com Tássia Caroline de Lemos Oscar (também bolsista do GET) e orientado pela Professora Dra. Juliane Feix Peruzzo.

Considero que, apesar de variados estudos terem se debruçado sobre a discussão do contexto “neodesenvolvimentista” e a reconfiguração do movimento sindical, como exemplo as discussões de Galvão (2006; 2012; 2014), Dias (2004; 2006;), Coelho (2005), Badaró (2003; 2013); Braga (2010; 2012; 2014; 2015), Braga e Bianchi (2011), Amaral (2001; 2005); Iasi (2006), Antunes (2012), Boito Jr., Galvão e Marcelino (2009), França (2013), entre outros, ainda seria necessário avançar na análise que, considerando a realidade em suas múltiplas determinações (históricas, sociais, econômicas e ideológicas), pudesse desvelar as mediações estabelecidas entre o sindicalismo em crise que os estudos acumulados apontam e a dinâmica e o caráter da luta de classes na década de 2000.

Durante os anos 2000, o Estado de Pernambuco viveu um verdadeiro *boom* econômico, após um período de estagnação. A discussão sobre esse novo dinamismo na economia pernambucana, amplamente difundida na mídia e explorada nos meios acadêmicos, se situa no contexto de retomada do debate sobre desenvolvimento que emerge com a ascensão dos governos chamados “progressistas” na América Latina. Como parte da agenda político-econômica dos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), as economias locais ganharam impulso por meio de investimentos, tanto públicos quanto privados.

Localizado na Região Metropolitana do Recife (RMR)³, mais especificamente no litoral sul de Pernambuco, nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, em uma área estratégica em relação as principais rotas marítimas de navegação, o Complexo Industrial e Portuário de Suape compõe umas das principais frentes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e é tido como um dos grandes empreendimentos propulsores dessa nova dinâmica econômica em Pernambuco.

Suape fica a cerca de 40 quilômetros do Recife e é interligado a mais de 160 portos em todos os continentes, o que o torna o porto público mais estratégico do Nordeste (SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2017). Aliando um conceito de porto-indústria, o Complexo de Suape abrange 13,5 mil

³ Região que inclui os municípios de Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife, São Lourenço da Mata e Goiana.

hectares de território e tem como meta atingir, até 2019, excelência administrativa, consolidando-se como o polo mais atrativo de investimentos, o “*hub port*” do Norte/Nordeste, reconhecido internacionalmente pela eficiência dos serviços portuários.

O empreendimento se constituiu como uma experiência inédita no Estado, ao se configurar como um polo industrial dinâmico capaz de promover a construção de uma cadeia produtiva local, impulsionando a instalação de grandes obras e gerando a contratação de trabalhadores. Suape é um dos maiores projetos de desenvolvimento da economia brasileira, oferecendo oportunidades em diversos setores e gerando renda para os trabalhadores. Estes, segundo a administração do Complexo, “se orgulham em construir uma nova história para Pernambuco” (SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2017.).

As mais de 200 empresas instaladas no seu território estratégico e área de influência atuam, centralmente, em dez polos de negócios. São eles: Logístico, Granéis Líquidos e Gases, Naval e Offshore, Petroquímico, Pré-forma Plástica, Componentes Eólicos, Geração de Energia, Metalmecânico, Alimentos e Bebidas, e Material de Construção. Entre os empreendimentos estruturadores é possível citar a Refinaria Abreu e Lima, a Petroquímica Suape, os estaleiros Atlântico Sul e Vard Promar, a Mossi & Ghisolfi, a Bunge Moinho e Alimentos, as empresas do setor eólico GRI Towers, GRI Flanges e LM Wind Power, além da Termopernambuco e Suape Energia, representando o setor de geração de energia (AD-DIPER, 2015).

Objetivando fomentar os investimentos das empresas, o Estado oferece vantagens para que estas se instalem em Suape. As empresas têm acesso a incentivos fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. No âmbito federal, há redução do percentual a ser pago do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e isenção do Imposto sobre o Produto Importado (IPI) para setores específicos. No âmbito estadual, incentivos são oferecidos para setores estratégicos, como indústria naval, automobilística, energias renováveis e outras. Há, ainda, a possibilidade de redução dos impostos municipais, como Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Suape tem promovido uma dinâmica produtiva com capacidade para gerar empregos à população dos municípios próximos. Certamente, os empreendimentos alocados no Complexo impulsionaram o crescimento econômico da região, como veremos neste trabalho. Porém, também geraram impactos que ampliaram a própria dinâmica das desigualdades sociais nos municípios (RIOS et al., 2015). Verificou-se uma contradição entre os índices de crescimento econômico e iniciativas que viessem a promover o desenvolvimento social na região. Apesar do PIB ter chegado a níveis mais elevados que o PIB nacional, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca – municípios com população estimada de 295,601 pessoas⁴ - mantiveram baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), respectivamente, 0,686 e 0,619, como mostram os dados do último levantamento feito (BDE, 2010). A incidência da pobreza em Ipojuca é de 62,83% e o Índice de Gini de 0,41. Cabo de Santo Agostinho, por sua vez, tem 57,01% de incidência da pobreza e 0,41 de Índice de Gini (IBGE, 2017).

O território que comporta Suape, historicamente, é marcado por desigualdades sociais. A migração de homens⁵, atraídos pelas promessas de empregos e melhoria de vida, só contribuiu para “o fortalecimento de problemáticas sociais que diminuem a qualidade de vida dos habitantes da região, inclusive dos recém-chegados” (RIOS et al., 2015, p. 7). Em 2010, Ipojuca registrou um PIB per capita de R\$ 112.924,25, mas o valor do rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes, para o mesmo ano, ficou em R\$ 416,18 – abaixo do Salário Mínimo (IBGE, 2010 apud VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). A taxa de analfabetismo, em Ipojuca, embora tenha caído, entre 2000 e 2010, de 28,7% para 19,2%, foi mantida acima das verificadas para Pernambuco, 18,0%, Nordeste, 19,1%, e Brasil, 9,6% (IBGE apud VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013).

No que concerne ao mercado do trabalho, os dados registram que houve um aumento no número de empregos na região, especialmente na construção civil (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). Um crescimento impulsionado, sobretudo, pelos investimentos do PAC, que foram se acumulando substancialmente desde

⁴ Cabo de Santo Agostinho com 202.636 pessoas e Ipojuca com 92.965 pessoas (IBGE, 2017).

⁵ Rios, Medrado, Amaral e Peruzzo (2015) destacam que, para a construção das instalações físicas dos empreendimentos, milhares de homens de outras localidades do país foram recrutados, estima-se que se deslocaram para região entre 20 a 50 mil homens.

a criação do programa, em 2007. Em 2013, Pernambuco recebeu 3,1 bilhões de recursos do PAC, sendo 279 milhões destinados à Suape (BRASIL, 2013).

Entre 2003 e 2013, período que engloba a ascensão dos investimentos em Suape, a taxa de desocupação da RMR caiu de 12,1% para 6,5% (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). O setor da construção civil ganhou estoques de ocupação maiores, passando de 5,7%, em fevereiro de 2005, para 7,6%, em fevereiro de 2007 e 7,8%, em fevereiro de 2013 (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). Mas, ao passo que se elevou o volume de contratações, também se registrou os altos índices de produtividade exigidos pelas empresas, os baixos salários e as extraordinárias taxas de rotatividade no emprego. O estudo de Vêras de Oliveira (2013) mostra, à título de exemplificação, que o segmento de serventes de obras teve 17.612 admissões e, concomitantemente, 10.428 desligamentos, sendo o salário médio de admissão de R\$ 637,05.

Outrossim, desde 2013, o centro dos debates passou a se referir às demissões que passaram a ocorrer com o fim das obras de construção da Refinaria Abreu e Lima e a crise econômica já em curso no Brasil. A estimativa era que fossem realizadas mais de 42 mil demissões até o final de 2015 (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2013), o que exigiu intervenção estatal e materializou a criação do Fórum de Requalificação de Mão de Obra de Suape (Remos).

Dado esse contexto, cujas contradições foram emergindo e se agravando, constatou-se um quadro de lutas por parte dos trabalhadores alocados nos canteiros de obras, submetidos a condições degradantes no trabalho e às violações dos direitos trabalhistas que caracterizam os processos de demissões no contexto atual. As mobilizações não foram uma particularidade de Suape. Foram registradas em outros empreendimentos nacionais, por exemplo: na Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, no Porto do Pecém, no Ceará, na Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e nas obras de preparação infraestrutural para Copa do Mundo de 2014.

Em Suape, os conflitos foram se acumulando no ritmo das obras. Em 2008, ocorreu uma paralisação de dois dias com 2 mil trabalhadores dos serviços de terraplanagem da Refinaria Abreu e Lima. Os trabalhadores denunciavam o não-pagamento de horas extras, atraso de salários e maus tratos pelas chefes (VERÁS DE OLIVEIRA, 2013). Ainda em 2008, ocorreu a primeira greve de operários do Estaleiro Atlântico Sul. Nesse empreendimento, em 2009, os

trabalhadores realizaram paralisação de um dia, em protesto pelo não pagamento da Participação nos Lucros (idem). Em 2010, 3 mil trabalhadores do Consórcio Conest, formado pelas construtoras Odebrecht e OAS, realizaram uma paralisação de um dia, contra o plano de compensação das folgas de fim de ano. Os trabalhadores, no mesmo ano, protestaram pelos salários inferiores pagos aos trabalhadores da região que ocupavam as mesmas funções (idem).

Em 2011, ano que marcou a retomada do ciclo grevista no Brasil (BRAGA, 2012), as greves em Suape atingiram grandes proporções e ganharam visibilidade nacional. Somente na greve de trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima, no referido ano, aproximadamente 35 mil trabalhadores pararam as atividades (G1 PERNAMBUCO, 2011). Entre 2011 e 2012, foram registradas longas paralisações: cerca de seis em 2011 e quatro em 2012 (SILVA e SILVA, 2014). Em 2013, 2014 e 2015, as mobilizações se repetiram, com menor intensidade. Ainda assim, continuaram a evidenciar o paradoxo posto entre o discurso propagado por representantes do governo e empresários e as condições de vida e trabalho oferecidas à classe trabalhadora.

A latente indignação estava, agora, exposta. Para o sindicalismo, a onda de conflitos protagonizada pelos “peões dos canteiros de obras de Suape” trouxe grandes impasses. Os estudos realizados acerca do sindicalismo no Brasil apontam que o movimento sindical brasileiro vivencia um momento de refluxo, iniciado desde meados da década de 1990 e que se aprofundou com a chegada ao governo da força política que, historicamente, esteve próxima das lutas dos trabalhadores, o PT. Com a presidência da República comandada por Lula da Silva - ex-sindicalista dirigente das grandes greves do ABC Paulista na década de 1980 - o movimento sindical passou a ser marcado pela novidade dos governos democráticos-populares e pela necessidade de tomar posição, contrária ou favorável, às medidas adotadas. Um “embate hegemônico” com máxima intensidade, segundo caracterização de Dias (2006).

Nesse “embate”, ainda no primeiro ano de governo petista, já se constatava em grande parte do movimento sindical uma tendência: a da perda de autonomia. As relações do movimento sindical com o Estado se estreitaram, a ponto da principal Central Sindical do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), reduzir seu horizonte político estratégico aos fins institucionais. O sindicalismo democrático, classista e de luta, aos poucos, transformou-se em “sindicalismo de Estado” (DIAS,

2006). A ação militante em defesa dos trabalhadores passou a ser substituída majoritariamente por câmaras setoriais e fóruns de discussão com o Estado e o empresariado para proposição de parcerias, antes inadmissíveis.

Como consequência dessas mudanças, os trabalhadores passaram a se ver, cada vez menos, representados pelas organizações que, em tese, firmam o compromisso com a defesa de seus interesses (BRAGA, 2012). O que nos ajuda a entender o distanciamento do movimento sindical com a onda de mobilizações que eclodiu no Brasil, tal como as das obras do PAC, no caso de Pernambuco, em Suape.

Os sindicatos, em Suape, enfrentavam o desafio de lidar com grandes empresas; concentração de trabalhadores; heterogeneidade no seu perfil; discrepâncias salariais e de condições de trabalho; e com questões de ordem político-táticas e estratégicas diante do caráter explosivo dos conflitos e as intensas disputas sindicais (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). Mesmo em crise, as representações sindicais - em especial as centrais sindicais que tinham inserção nos canteiros de obras (CUT; Força Sindical; CSP-Conlutas) -, precisaram tomar posição frente aos conflitos e suas demandas.

Assim sendo, conforme já indicamos, nosso trabalho nos coloca diante do desafio investigativo de analisar o posicionamento das centrais sindicais e suas estratégias de lutas produzidas nos processos que envolveram os conflitos do trabalho no Complexo Industrial e Portuário de Suape (2011-2015.) Nossa escolha temporal deve-se à preocupação em realizar uma análise que pudesse abranger o período de ascensão econômica (2011) e o contexto de crise em Suape (cujo ápice foi em 2015, com picos de desemprego massivo).

Nossos objetivos são: identificar as características das práticas político-sindicais que se configuraram no ciclo neodesenvolvimentista no Brasil; evidenciar as mediações da conjuntura que impulsionaram a dinâmica econômica e política em Pernambuco neste período; descrever e analisar o processo histórico através do qual as representações sindicais se confrontaram frente aos conflitos do trabalho em Suape e organizaram suas lutas. Nossa problemática, portanto, volta-se para a discussão da organização político-sindical frente à emergência de conflitos do trabalho em Suape.

O suposto dessa pesquisa é de que a atuação sindical esvaziou a dimensão classista dos conflitos e, do ponto de vista tático-estratégico, não

contribuiu para construção de um projeto para além das demandas imediatas dos trabalhadores. Tal fato explica-se devido as mudanças operadas no âmbito do movimento sindical no Brasil que incidiram decisivamente nas práticas organizativas dos trabalhadores no contexto dos conflitos de trabalho nas obras do PAC. A crise do sindicalismo brasileiro, aprofundada durante a experiência dos governos democráticos-populares nos anos 2000, não impediu a emergência de resistências por parte dos trabalhadores. Os conflitos do trabalho em Suape são parte dessas insurgências operárias que mostram os limites do padrão de desenvolvimento operado no país. Porém, essas resistências, embora denunciem as precárias condições de trabalho nos canteiros de obras, foram apresentadas, por parte das centrais sindicais, como “conflitos de interesses” entre trabalhadores e empresariado, cujas saídas seriam as instâncias de negociação junto com o Estado ou as vias judiciais.

No tocante ao método de investigação e análise da realidade, buscamos extrair as múltiplas determinações presentes no objeto de estudo, tendo como ponto de partida a dinâmica real das lutas e suas relações mais gerais.

Nesse sentido, para desenvolvimento de nosso estudo, os aspectos históricos e teóricos foram articulados por meio de dois procedimentos metodológicos fundamentais: pesquisa bibliográfica (em teses, dissertações, livros, artigos científicos, entre outros) e pesquisa documental (em fontes secundárias).

O levantamento bibliográfico esteve direcionado a recuperar as elaborações sobre o neodesenvolvimentismo no Brasil, enfatizando sua configuração e os vetores que explicam seu esgotamento. Esse caminho de análise foi feito devido Suape emergir como grande projeto de desenvolvimento durante esse contexto do país. A discussão partiu da perspectiva crítica radical sobre esse ciclo na América Latina e no Brasil, entendendo que essa corrente teórica busca extrair determinações político-econômicas para analisar as contradições dos governos petistas. Mais do que isso, apontam, do ponto de vista tático-estratégico, na direção de superação de projetos reformistas. Entre os autores(as), destacamos: Katz (2016); Castelo (2010, 2013, 2016); Sampaio Jr. (2012); Gonçalves (2012); Mota, Amaral e Peruzzo (2010) e Alves (2016).

Ainda nessa estratégia metodológica, buscamos refletir sobre o impacto das mudanças operadas no mundo do trabalho nas formas de organização

política, notadamente sindical, da classe trabalhadora. Nesse ponto, destacamos o debate contemporâneo sobre a crise sindical no Brasil, com ênfase na década 1990 e que, nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, ganhou um conjunto de novas determinações econômicas e políticas – essenciais para pensarmos as formas organizativas emergentes no contexto dos conflitos de trabalho, particularizando o universo de Suape. Por fim, recorreremos aos estudos já sistematizados sobre a atualidade da luta de classes, sobretudo, suas especificidades nos países cujas economias são marcadamente dependentes. Essa discussão foi importante para nosso estudo, uma vez que analisamos os conflitos em Suape como parte da dinâmica mais ampla da luta de classes no Brasil durante os governos do PT.

A pesquisa documental consistiu em: consulta a revistas, jornais e sites de organismos oficiais do Estado, sejam estes nacionais e estaduais, com vistas a identificar dados gerais da conjuntura brasileira e pernambucana, diretrizes políticas dos governos, estatísticas econômicas e de renda nacionais, estadual e dos municípios que integram o território estratégico de Suape, dados sobre o mercado de trabalho, receitas fiscais e os projetos estruturadores da dinâmica político-econômica estadual; identificação e análise de notícias divulgadas em jornais e sites (Jornal Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, G1 Pernambuco, Leia Já Pernambuco e Jornal Brasil de Fato Pernambuco), com fins de mapear os aspectos sociais, econômicos e políticos que tiveram incidência em Suape, identificar os conflitos do trabalho e suas características.

Outrossim, realizamos consulta aos informes e documentos de Convenções Coletivas dos Trabalhadores (CCTs) disponibilizados nos sites das três principais Centrais Sindicais que têm atuação em Suape (Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical e CSP Conlutas) e dos sindicatos que representam, majoritariamente, os trabalhadores dos empreendimentos alocados no território (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Pernambuco – SINDMETAL-PE, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estrada, Pavimentação e Obras de Terraplanagem em Geral no Estado de Pernambuco – SINTEPAV-PE). A pesquisa nas mídias sindicais objetivou levantar dados dos posicionamentos frente à conjuntura nacional e estadual, ao tratamento dado aos conflitos do trabalho em Suape e à organização político-sindical,

particularmente, os enfrentamentos organizativo-políticos feitos pelo movimento sindical em Suape, as táticas e estratégias de luta e as negociações.

A análise e discussão desses dados de pesquisa estão expostas em três capítulos. No primeiro capítulo, recuperamos os principais elementos da crítica ao neodesenvolvimentismo brasileiro, os vetores que levaram ao seu esgotamento e as características das práticas político-sindicais do período. O argumento desenvolvido é de que a morfologia sindical configurada nos anos 2000, tem relação com os determinantes econômicos e políticos do modelo neodesenvolvimentista em curso nesta década.

No segundo capítulo, dissertamos sobre os elementos que marcam a economia nordestina e pernambucana em perspectiva histórica. Abordamos as mediações estruturais e conjunturais que contribuíram para a dinâmica econômica e política estadual no que denominamos de neodesenvolvimentismo no Brasil, as quais permitem situar a emergência, dinamismo e crise do Complexo Industrial e Portuário de Suape.

Por fim, no terceiro capítulo, analisamos os posicionamentos das centrais sindicais frente à conjuntura econômica e política nacional e estadual, e as suas estratégias construídas como resposta aos conflitos do trabalho em emergência em Suape, tanto as vias negociais junto ao Estado e empresariado quanto as saídas judiciais através da Justiça do Trabalho.

A partir dessas reflexões, que recuperam os estudos de outros pesquisadores(as), inclusive do Serviço Social⁶ sobre o chamado neodesenvolvimentismo no Brasil, pretendemos aportar uma contribuição para a reflexão crítica da atuação dos sindicatos na dinâmica dos conflitos classistas emergentes, no universo do território de Suape. Fazer isso, ao nosso ver, mesmo já diante do esgotamento do ciclo neodesenvolvimentista no Brasil, é um desafio para alguns setores da esquerda brasileira, principalmente, aqueles que estiveram próximos aos governos, como foi o caso da CUT, e que, na conjuntura atual, tentam reorganizar a resistência junto a suas bases.

⁶ O livro organizado pela Professora Dra. Ana Elizabete Mota, "Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade" (2012), e o livro "Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social" (2016), organizado por Macário, Vale, Rodrigues Jr. e Santos, são exemplos de produções do Serviço Social sobre a temática.

Problematizar a organização político-sindical nos governos petistas, particularmente em Suape, é central para pensarmos as dificuldades de organização coletiva que hoje prevalecem. Nesse sentido, além de um aprimoramento da minha própria reflexão crítica sobre a realidade, nosso estudo é uma contribuição para o debate teórico-político no campo das organizações que, no âmbito do Serviço Social, e para além, atuam em prol da transformação social.

2. UMA MORFOLOGIA SINDICAL PARA O NOVO PADRÃO “DESENVOLVIMENTISTA” BRASILEIRO

Tem sido vasto o campo de estudos e pesquisas sobre as configurações do Estado capitalista e seus mecanismos de dominação, seja via coerção ou consenso. Na concepção crítica que tomamos como base nesse trabalho, o Estado tem suas configurações forjadas pela formação do mercado, não sendo, assim, pertinente a ideia de que haveria tanto um “Estado a parte do mercado” ou um “mercado livre” sem interferência do Estado (OLIVEIRA, 2013).

O Estado institucionaliza as regras do jogo capitalista, criando e recriando um conjunto de medidas destinadas a dar condições para que esse modelo de acumulação se reproduza. Forja-se, sob essa determinação, um enlace dialético entre Estado e mercado, que, e isso aqui nos importa, impacta e reconfigura o movimento das classes sociais. Economia e política, nessa perspectiva, simbioticamente se cruzam constituindo determinadas formas de organização do mercado, do Estado e dos movimentos das classes. Um aspecto vital ao capital – e aos capitalistas -, estes que no sentido dado por Dias (1999, p. 14), buscam “redesenhar não apenas sua estruturação econômica, mas sobretudo, reconstruir permanentemente a relação entre as formas mercantis e o aparato estatal que lhe dá coerência e sustentação” (DIAS, 1999, p. 14).

Retomamos tais assertivas para dizer que, nos anos 2000, entendemos que é forjada uma reconfiguração do sindicalismo no Brasil, levando em conta essa articulação dialética entre economia, Estado e seus impactos na organização das classes sociais. As mudanças em curso no movimento sindical brasileiro, ao nosso ver, tem relação com os determinantes econômicos e políticos do modelo neodesenvolvimentista em curso nesta década.

O neodesenvolvimentismo, enquanto projeto de desenvolvimento alternativo constituído a partir das exigências capitalistas no contexto da crise do bloco histórico neoliberal no final da década de 1990, em termos estratégicos de construção de hegemonia, exigiu uma readequação sindical. Nessa nova etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil, impulsionada pelas modificações

estratégicas no Estado, o movimento sindical brasileiro esteve diante de desafios e uma “morfologia sindical” particular emergiu, aprofundando os impasses já postos para organização política desde a chamada crise do sindicalismo pós reestruturação produtiva.

Buscaremos, portanto, caracterizar esse processo no presente capítulo. Neste, recuperamos a literatura latino-americana e brasileira para discutir o neodesenvolvimentismo e suas inflexões no tocante à luta de classes, em especial, na forma tradicional de organização da classe trabalhadora, o movimento sindical. Caracterizaremos, a partir da crítica formulada, o ciclo neodesenvolvimentista na América Latina e no Brasil, atentando em como as mudanças nas práticas político-sindicais têm relação com a nova configuração do Estado que, por sua vez, sofre as determinações da economia no país.

2.1. CRÔNICA DE UM DECLÍNIO ANUNCIADO: A CRÍTICA AO NEODESENVOLVIMENTISMO NA AMÉRICA LATINA E SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL

A questão do desenvolvimento foi recolocada no centro do debate-teórico-político da América Latina no início do século XXI. O esforço de recuperação dessa discussão situou-se, em grande medida, em face das transformações sociais e políticas processadas com a emergência dos governos ditos “progressistas” em vários países da região, por exemplo, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador e Venezuela. A imagem do “despertar do Colosso” (CASTELO, 2016, p. 43) do desenvolvimento das economias dependentes ou subdesenvolvidas⁷ ganhou força nesse contexto.

⁷ Categoria utilizada pela vertente teórica dos autores que argumentaram ser possível romper as amarras “do atraso” das economias latino-americanas via desenvolvimento. Estamos nos referindo às formulações de Celso Furtado, economista e pensador brasileiro, cujas ideias davam sintonia a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de monitorar as políticas direcionadas à

A “velha” ilusão desenvolvimentista foi vendida por governantes, empresários, acadêmicos e monopólios da mídia. Os governos ditos “progressistas” ficaram caracterizados e se auto difundiram pela combinação entre crescimento econômico, superação da pobreza extrema, ascensão de uma “nova classe média”, ampliação de empregos, enfrentamento da dependência externa, além da possibilidade de construção de um “Estado Social” (CASTELO, 2016) latino-americano.

É forçoso destacar que há controvérsias teóricas em torno do que caracterizaria o neodesenvolvimentismo: modelo de desenvolvimento, ideário ou novo contexto latino-americano? Em que pese tais polêmicas, que não serão objeto de análise neste momento de nossa elaboração, consideramos que as três dimensões estão necessariamente imbricadas. Nesta perspectiva, o neodesenvolvimentismo constitui, a um só tempo, um modelo de desenvolvimento capitalista das economias dependentes, que não rompe, antes atualiza, sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho; um ideário, forjado para legitimação e consenso em torno deste novo modelo (uma nova “terceira via” para o Estado e o desenvolvimento capitalista); e, por fim, ganha expressão em termos de um contexto que demarca uma nova fase de acumulação do capital na região que, embora não rompa com o neoliberalismo, carrega particularidades.

Destarte, para apreender uma perspectiva crítica acerca da emergência e declínio do neodesenvolvimentismo no Brasil, como aqui faremos, é necessário compreender as mediações econômicas e políticas que estão na base desse processo.

Do ponto de vista político, a crise do projeto neoliberal⁸ em nosso continente, em meados do século XX, foi o ponto de partida para a insurgência

promoção do desenvolvimento econômico da região da América Latina (CEPAL, 2017). Em seu livro clássico *Formação econômica do Brasil*, Furtado defendia ser possível superar o subdesenvolvimento; para tanto, era preciso consolidar um projeto econômico nacional, orientado “no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia” (2005, p. 236).

⁸ A doutrina neoliberal, como ideário econômico e político, tem como base a defesa da absoluta liberdade de mercado e restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em grau mínimo. Seria, segundo Castelo (2013, p. 238), uma “ofensiva da classe burguesa e de seus aliados contra os trabalhadores diante da crise capitalista no final dos anos 1970 e início dos anos 1980”. No movimento do que Behring denominou de “contrarreforma social e moral, na perspectiva de recompor a hegemonia burguesa no país” (BEHRING, 2003, p. 113 apud CASTELO, 2013, p. 239), a base receitual neoliberal seria: controle dos gastos

desse “novo”, melhor dizendo, reconfigurado, ideário do “desenvolvimento”. Com as taxas de crescimento econômico estagnadas, aumento do desemprego, precarização das relações de trabalho, deterioração do mercado de trabalho, perda de direitos trabalhistas, crescimento da informalidade e da concentração funcional e pessoal de renda, além da subordinação das políticas econômicas nacionais aos interesses do capital financeirizado (ALVES, 2014), a fragilidade da economia neoliberal estava exposta e “gradativamente tomou-se consciência de que o receituário-ideal do neoliberalismo não reunia condições políticas e ideológicas para cumprir suas (falsas) promessas” (CASTELO, 2013, p. 244).

Frente a essa crise e, principalmente, diante do quadro de deterioração social e econômica legado por décadas de hegemonia neoliberal e ajuste estrutural no continente, insurgem-se diferentes levantes sociais, conhecidos como movimentos anti-globalização neoliberal. Dentro desse novo contexto político, abre-se a necessidade de um reajuste na direção estratégica dos governos da região e, a partir daí, constrói-se a tentativa de um projeto alternativo, com nova tônica, que articula desenvolvimento econômico e social.

É neste contexto que são eleitos novos governos de orientação progressista, vinculados a setores de centro-esquerda, em diversos países da região, dentre eles o Brasil. Emerge o ciclo econômico-social a que fazíamos referência acima, denominado de “neodesenvolvimentista”. Trata-se de um novo momento do desenvolvimento capitalista na região, que marca “um movimento diverso, mas não inverso” (ABÍLIO, 2014) em relação ao período de hegemonia neoliberal.

A modificação do quadro político latino-americano, na fase histórica contemporânea de capitalismo mundializado, marcado pela crise financeira e ascensão de novas potências mundiais⁹, ademais sob espectros do campo de luta política antineoliberal¹⁰, possibilitaram, inegavelmente, significativas

públicos, arrocho salarial, aberturas comercial e financeira, desmonte do *welfare state* e ampliação da tendência de privatização de bens públicos, conforme indicava a cartilha do que ficou conhecido como Consenso de Washington.

⁹ Recomendamos a leitura de Katz (2016) a respeito das modificações econômico-políticas na China.

¹⁰ Silva (2014), no entanto, nos faz um alerta sobre o fio condutor das resistências políticas empreendidas. Por um lado, tinha-se revoltas populares, por outro, manifestações eleitorais e institucionais. Para o autor, “na Bolívia, México, Equador e Peru tivemos revoltas populares e indígenas, numa combinação das lutas dos povos originários com setores populares e juvenis urbanos; na Argentina e Venezuela, levantes urbanos radicalizados, movimentos de trabalhadores e rupturas institucionais, no último caso, também de setores das forças armadas;

conquistas democráticas e sociais. Apesar de não terem sido generalizados, os avanços, nas palavras de Katz (2016, p. 11), “influenciaram o conjunto da região e estimularam a renovação do pensamento de esquerda”. Em decorrência dos interesses sociais e dos projetos políticos em disputa, polêmicas e críticas profundas foram suscitadas e é na perspectiva de recuperar esses aspectos que seguiremos nossa discussão nesse tópico. Buscaremos identificar as principais vertentes, e seus respectivos autores, os quais, de um lado, lançam as proposições em torno do novo desenvolvimentismo e, de outro, aqueles que reivindicam o conceito em perspectiva de crítica.

Na América Latina, o conceito de “neodesenvolvimentismo” foi primeiramente reivindicado pelo brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira e pelo argentino Aldo Ferrer. Diferentes elementos políticos e econômicos viriam a caracterizar a proposta neodesenvolvimentista, o que não torna tarefa simples a sua conceituação. Podemos, entretanto, assinalar alguns caminhos apontados como condições necessárias para o “êxito” da proposta. Katz (2016) enumera-os:

- 1) Postulou-se a necessidade de intensificar a intervenção estatal para superação do “subdesenvolvimento”. É estimulado um equilíbrio entre “matrizes Estado-cêntricas” e “mercado-cêntricas”, acreditando ser possível superar as dicotomias estabelecidas;
- 2) A política econômica não deveria atuar somente na conjuntura, mas como instrumento central de crescimento;
- 3) A retomada da industrialização era importante para ampliar os empregos;
- 4) A defasagem tecnológica precisava ser reduzida. A promoção da inovação local, mediante acordos com empresas transnacionais, era uma meta;
- 5) O “espelho” da proposta era o avanço exportador do Sudeste Asiático. O conformismo latino-americano seria deixado de lado e as estratégias estatais deviam “ensinar a competir” (KATZ, 2016), o que exigia

no Brasil, Chile e Uruguai prevaleceram as respostas eleitorais e institucionais, anteriormente avolumadas por lutas urbanas, sindicais e camponesas que não ultrapassaram, porém o marco jurídico da institucionalidade” (SILVA, 2014, p. 36).

moderação salarial, estabilidade social e forte compromisso dos trabalhadores com a produtividade.

Com o neodesenvolvimentismo, a indústria foi readaptada. Houve, contudo, uma tendência a uma forte reprimarização da economia latino-americana. Apesar de, em alguns países, ser alardeado um suposto *boom* de crescimento econômico impulsionado pela industrialização, o que se apresentou foi um verdadeiro declínio industrial. Conforme Katz (2016, p. 22), “o peso do setor secundário no PIB latino-americano caiu de 12,7% (1970-1974) para 6,4% (2002-2006)”, aumentando a distância em relação à indústria asiática seja em produção, produtividade, tecnologia, registro de patentes e gastos em investimentos e desenvolvimento.

No continente, deu-se seguimento ao padrão de especialização exportadora, que recria a inserção internacional da região como provedora de produtos básicos – condição por excelência de inserção dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho. O impulso à produção de *commodities* implicou transformações significativas na agricultura na medida em que promoção de cultivos para exportação foi priorizada, em detrimento do abastecimento local. Segundo Katz (2016, p. 20, grifos do autor), “a velha oligarquia encabeçou esta reconversão, em estreita associação com as grandes empresas do *agrobusiness*”.

Com essa lógica, a agricultura não capitalista é solapada, a disciplina imposta pela demanda externa reduz as fronteiras entre setor primário e secundário e o trabalho assalariado nos moldes tayloristas é ampliado (KATZ, 2016). A produção massiva de soja é um dos maiores exemplos desse esquema agrícola. Trata-se do que foi denunciado fortemente por movimentos sociais camponeses como o avanço do agronegócio exportador em detrimento da agricultura camponesa de base familiar.

Assim, do ponto de vista das relações de produção, pode-se afirmar que a América Latina se reconverteu em uma economia com alta centralidade na agroexportação às custas do desenvolvimento industrial (OSÓRIO, 2012; GONÇALVES; 2012). Uma tendência que se fortaleceu, tendo em vista o alto investimento do capital estrangeiro e da atuação das transnacionais no período de governos chamados progressistas (desde o início dos anos 2000 aos dias

atuais, em parte dos países latino-americanos). Escreve Katz: “essas receitas totalizaram US\$ 173 bilhões em 2012, superando em 6% os percentuais do ano anterior e duplicando o montante do princípio da década” (2016, p. 26).

Outra tendência identificada, do ponto de vista econômico, diz respeito ao aumento da concentração e internacionalização dos principais grupos capitalistas, que passaram a se afirmar como conglomerados regionalizados. Empresas multilatinas surgiram, cujos donos são famílias ricas que expandiram seus negócios com gerenciamento global e prioridades regionais. A incorporação de países como México, Brasil e Argentina no grupo dos vinte países mais desenvolvidos (G-20), marcou um salto da relação das burguesias nacionais com o capital estrangeiro (KATZ, 2016). Grandes obras de infraestrutura para a integração econômica regional foram implementadas para garantir as condições de implantação e expansão das transnacionais pelo continente, como, por exemplo, o próprio Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco.

Essas contradições também são percebidas no plano tecnológico. A forma de absorção de novas tecnologias disponíveis no mundo é feita por meio das empresas transnacionais. Pretendia-se diminuir as desigualdades entre as nações com a presença econômica das próprias responsáveis por essa “fragmentação”.

Essas empresas não distribuem conhecimento à periferia. Transferem a suas filiais um manejo estritamente limitado das práticas requeridas para assegurar suas linhas de fabricação. Mantém os laboratórios de pesquisa e desenvolvimento localizados em seus países de origem (KATZ, 2016, p. 166).

Tais tendências, como podemos ver, revelam contradições e apontam para os limites deste novo modelo de desenvolvimento capitalista. Os defensores do neodesenvolvimentismo não explicitaram nem apontaram, em suas propostas, as restrições objetivas, os limites inerentes, os potenciais de estagnação ou esgotamento dos caminhos traçados. Tudo se passava como se fosse possível fazer dos países latino-americanos uma “nova China”. A ideologia do “progresso” ganhou força novamente, sob novas bases. Como não se considerava as limitações objetivas, no campo do “aparente”, parecia que todos

os países poderiam alcançar uma meta que, na realidade concreta, poucos conseguem alcançar.

A questão da dependência foi, mais uma vez, ignorada, nos termos de Katz (2016, p.176), como “a vigência de uma ordem global estratificada que obstrui o avanço das economias subdesenvolvidas”. O desenvolvimento não é resultante apenas de “vontade”, pois nem todos os obstáculos se resumem ao “plano interno”. Existem relações de supremacia e subordinação que marcam as relações entre os países nesse processo. Numa palavra, a divisão internacional do trabalho. Mais uma vez, reatualiza-se a perspectiva que vincula subdesenvolvimento a atraso.

Contudo, como nos ensina a teoria marxista da dependência, o “sub” (em subdesenvolvimento) não designa atraso, mas subordinação. Marini foi um dos pioneiros na definição de que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 1990, p. 76), ou seja, o subdesenvolvimento seria “a forma particular que a região assumiu ao se integrar ao capitalismo mundial” (MARINI, 1990, p. 76). Seria inoportuno, pela definição de Marini, que o subdesenvolvimento fosse entendido como falta de maturidade dos países periféricos. Sua análise leva em conta o processo total, somente apreensível em suas múltiplas relações. A dependência não seria um empecilho para o desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, seria uma consequência da própria dinâmica do mercado mundial e “um acicate ao desenvolvimento da produção capitalista latino-americana” (MARINI, 1990, p. 91).

Esta análise também foi desenvolvida por Oliveira (2013) em sua crítica à razão dualista. Nela, escrevendo acerca do processo de expansão sócioeconômica do capitalismo no Brasil, o autor salienta que “o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo” (OLIVEIRA, 2013, p. 32-33). Constituindo-se em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, o conceito refere-se a esse dualismo formal que, no processo real, mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o “moderno” cresce e se reproduz através da existência do “arcaico”.

Em que pese esses elementos, as transformações socioestruturais latino-americanas, sob o neodesenvolvimentismo, alteraram a configuração das

classes dominadas. De acordo com Katz (2016), analistas destacaram a redução da desigualdade de renda durante a última década, ancorada na “generalização” da política de assistência social para amenizar a pobreza. Porém, para o autor, esses auxílios “apenas protegem transitoriamente os desamparados sem alterar as causas do problema” (KATZ, 2016, p. 34). A diminuição leve da desigualdade não tirou a região do topo dos indicadores globais de desigualdade. Vejamos:

O coeficiente de Gini que mede esta polarização supera na zona (51,6) a média mundial (39,5), duplica a média das economias avançadas e inclui os quatro países que encabeçam o barômetro mundial (Colômbia, Bolívia, Honduras, Brasil). A renda dos 20% mais ricos da população latino-americana supera em quase vinte vezes a dos 20% mais pobres (GUILLEMI, 2012 apud KATZ, 2016, p. 34).

No Brasil, a inauguração do ciclo histórico neodesenvolvimentista ocorreu a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com a eleição de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016)¹¹. Nesse período, as divergências de análises criaram não apenas dissidências políticas entre movimentos sociais e partidos políticos à esquerda, mas também dissidências teóricas no meio acadêmico. É possível mapear, pelo menos, três campos de análise do neodesenvolvimentismo no Brasil: o campo dos intelectuais orgânicos dos governos – aqueles que aderiram ao projeto petista e se colocaram como defensores da ideia de que o país estaria vivenciando um momento histórico pós-neoliberal, marcado por mudanças estruturais, embora graduais, significativas (SADER, 2013; POCHMANN, 2010; MERCADANTE, 2010; SICSÚ, 2013); o campo dos intelectuais que fazem uma “crítica ponderada”, ou seja, aqueles que mesmo se opondo ao projeto de conciliação de classes petista e expondo alguns limites do neodesenvolvimentismo, ainda corroboram com argumentos de que haveria uma “resistência” dos governos ao neoliberalismo, diferenciando-os do projeto político anteriormente hegemônico. Esses autores, por exemplo, empreendem argumentos de que o investimento no chamado capital produtivo seria uma “resistência” do “neodesenvolvimentismo” à política

¹¹ Tomaremos em nosso trabalho esse marco histórico. Todavia, cabe destacar que não há consenso acerca da data na qual o ideário neodesenvolvimentista se afirmou no Brasil. Castelo (2013), ao sinalizar essa polêmica, cita autores como Ruy Braga e Álvaro Bianchi – ligados à corrente que defende que tal ideologia chega a partir da eleição de Lula, em 2002 -, e também autores como Fiori que, em contraposição, sinaliza que o ideário já se afirmava durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. O autor, contudo, não nega que a tendência ideológica do tipo Terceira Via tenha chegado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, porém afirma ser inegável a força legitimadora que ganhou durante os governos petistas.

rentista e que estaria se fortalecendo a “burguesia nacional” em detrimento do imperialismo (BOITO JR., 2012; STÉDILE, 2015); o terceiro campo é o da “crítica radical” (CASTELO, 2010; 2012; 2013; 2016; GONÇALVES, 2012; MOTA, AMARAL E PERUZZO, 2010; SAMPAIO JR., 2012, DIAS, 2006, ALVES, 2016), que recupera as formulações marxistas sobre dependência, buscando captar as contradições emergentes no campo da economia e da política e as determinações estruturais que demarcam os limites neodesenvolvimentistas.

Esse último campo desvela, e por isso a ele nos filiamos, que mesmo nas contradições suscitadas, existem contradições, como no caso do investimento “social” feito pelos governos que, embora signifique “ganhos para o trabalho”, se interligou ao ciclo amplo da nova fase de acumulação nos países de economias periféricas e não vislumbrou rupturas para além do “pontual”.

Longe de darmos conta de todos os elementos imbricados nas polêmicas teóricas, de maneira geral, os autores que dão base a nossa crítica ao neodesenvolvimentismo apontam que, durante mais de uma década, o PT, apesar do grande apoio nas massas trabalhadoras, implementou uma política de continuidade do programa dos governos Fernando Henrique Cardoso, sem o menor sinal de reversão (DIAS, 2006; CASTELO, 2010; 2012; 2013; 2016; GONÇALVES, 2012; MOTA, AMARAL E PERUZZO, 2010; SAMPAIO JR., 2012, ALVES, 2016).

Essa “continuidade sem sinais de reversão”, não conseguiu politizar os conflitos e contradições sociais: pelo contrário, tentou generalizar os consensos (tanto passivo quanto ativo, como veremos no tópico seguinte) e modificou a base social do governo. O concedido à classe trabalhadora não ultrapassou o limite aceito pelas classes dominantes, o que significou não tocar nas bases da desigualdade social no país: concentração da terra, da riqueza, sistema tributário regressivo, políticas sociais redistributivas e universais. Os governos deram marcha a uma política a serviço do capital com alguns traços ínfimos de reformismo que marcariam o que Castelo (2010) denomina como “social-liberalismo” para definir o ideário do neodesenvolvimentismo.

O autor sustenta que o novo-desenvolvimentismo seria uma espécie de Terceira Via, na disputa pela hegemonia ideopolítica para consolidação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa aos modelos vigentes na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado por setores arcaicos da

esquerda e partidários do socialismo, quanto à ortodoxia convencional, cujas representações seriam as elites rentistas e os defensores do neoliberalismo (CASTELO, 2010). O neodesenvolvimentismo, para o autor, estaria situado na esteira das estratégias de readequação da supremacia burguesa na América Latina. Delineia um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora nos padrões distributivos no país, o que exige, necessariamente, um determinado padrão de reprodução do capital com mudanças no Estado, na economia e na política.

Segundo Castelo, a defesa do neodesenvolvimentismo é feita a partir da tese de que a construção de uma economia de mercado forte depende da existência de um Estado interventor, que atua diretamente como instância reguladora das atividades econômicas. O Estado seria um tipo de “ente político promotor de condições propícias para o capital investir seus recursos financeiros e gerar emprego e renda para a população em geral” (CASTELO, 2010, p. 196). Pela proposta, o combate à pobreza depende, prioritariamente, do crescimento econômico. E são as políticas sociais consideradas medidas necessárias para “inclusão” dos indivíduos dos segmentos desfavorecidos socialmente.

A crítica feita por Castelo está ancorada em três pontos nevrálgicos. O primeiro está relacionado às funções históricas do Estado burguês. O Estado ampliaria a relação com o capital *pari passu* à relação política com as organizações políticas dos trabalhadores. O Estado, a partir da reconfiguração ocorrida,

continuará seguindo a lógica da retomada do crescimento das taxas de lucro, da estabilidade monetária, do equilíbrio fiscal, da desoneração dos impostos dos ricos, da desestabilização do poder dos sindicatos e do controle social sobre a força de trabalho, tal qual vinha sendo feito de acordo com o receituário-ideal. As políticas econômicas, que ocupavam um papel central no projeto de retomada da supremacia burguesa, preservariam o seu rumo original e seriam mantidas longe de qualquer ingerência popular (CASTELO, 2013, p. 244-245).

O neodesenvolvimentismo defende a ideia do Estado burguês como complementar ao mercado e promotor do bem-estar universal, sendo um “ente” acima de interesses particulares das classes sociais. O “interesse nacional”, de forma abstrata, estava colocado acima dos conflitos antagônicos de classes.

Nesse sentido, o “classismo” é relativizado na discussão do “Estado neodesenvolvimentista”.

Em segundo lugar, a crítica do autor está direcionada à dinâmica das lutas das frações de classe. Os neodesenvolvimentistas estruturam suas argumentações em torno da contraposição entre burguesia produtiva e burguesia rentista. As propostas político-econômicas objetivam reduzir as incertezas da conjuntura macroeconômica e atrair excedentes de capital na esfera financeira para investir em processos produtivos capazes de gerar emprego e renda. Supõe-se um conflito entre setores rentistas, que lucram com operações financeiras que geram “exclusão social”, e industriais, que lucram com investimentos produtivos e geram renda e riqueza para ambas as classes sociais. Desconsidera-se a fusão das frações burguesas via financeirização da riqueza, própria da configuração contemporânea do capitalismo (CASTELO, 2010).

O terceiro ponto da crítica empreendida por Castelo direciona-se à integração dos aspectos sociais aos modelos heterodoxos de desenvolvimento. O autor, em particular, critica o uso do conceito de “equidade social” nas diretrizes do desenvolvimento econômico, este que significa um “deslocamento metodológico a qualquer referência sistêmica, estrutural e histórica das desigualdades sociais” (CASTELO, 2010, p. 201). Ao reunir esses três elementos, o neodesenvolvimentismo seria expressão da decadência ideológica do pensamento burguês latino-americano.

Gonçalves (2012), por sua vez, entende o neodesenvolvimentismo como uma versão do liberalismo enraizado, que exprime o compromisso entre diretrizes estratégicas liberais e a intervenção estatal orientada para a estabilização macroeconômica. Para o economista, as formulações do novo desenvolvimentismo que surgem no Brasil durante os governos petistas, apresentam-se como críticas ao Consenso de Washington, à ortodoxia convencional (monetária) e ao neoliberalismo. No entanto, convergências significativas se colocaram, principalmente se considerarmos a defesa do “crescimento puxado pelas exportações” e ênfase na estabilidade macroeconômica.

A crítica dos novos desenvolvimentistas ao “tridente satânico” (superávit primário, juros altos e câmbio flexível) não os impedem de defender equilíbrio fiscal e taxa de câmbio competitiva, que são diretrizes básicas do Consenso de Washington. O mesmo ocorre com a liberalização comercial e produtiva (investimentos estrangeiros direto). O novo desenvolvimentismo aproxima-se também do Pós-Consenso de Washington ao enfatizar reformas centradas na correção de falhas de governo e mercado (GONÇALVES, 2012, p. 664).

Já no campo da política, Gonçalves salienta que o neodesenvolvimentismo deu ao Estado um duplo papel: dominador e autônomo. Essa dupla função defenderia tanto interesses coletivos quanto complementaria o mercado, ao passo que promove o bem-estar social. Na mesma trilha da crítica de Castelo, o autor aponta os limites dessa concepção de Estado, no qual as inflexões da luta de classes são apagadas. Para ele, o que se evidencia no neodesenvolvimentismo é um “reformismo social”: se reconhece a necessidade de políticas de redução das desigualdades, sem, entretanto, fazer qualquer referência às reformas que impactam a estrutura tributária e a distribuição da riqueza. Há uma incorporação moderada da função distributiva do Estado. Valoriza-se a distribuição de renda, mas ignora-se a distribuição de riquezas.

A condução da política econômica nos oferece as pistas fundamentais para delinear essa realidade. A política orçamentária do primeiro mandato de Lula não só se manteve intacta em relação à política fiscal de FHC como superou o acordo exigido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O FMI exigiu um acordo de 3,75% de meta para o superávit primário. O governo cedeu 4,25%, tendo chegado, na prática, a 5,13%, somente no primeiro ano (CASTELO, 2016). Além disso, o Tesouro Nacional e o Ministério do Planejamento mantiveram a poupança estatal para pagamento dos juros da dívida pública. Dados indicam que, em 2015, a dívida consumiu R\$ 962 bilhões, cerca de 42% do gasto federal (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2017).

Os gastos sociais também aumentaram, mas em proporção bem menor do que foi destinado ao pagamento da dívida. Os gastos com seguridade social (assistência social teve gasto de 3,05%; saúde foi de 4,14%; previdência social foi de 22,69%), somados, são pífios se comparados aos 42% gastos com a dívida (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2017).

Ao longo dos oito anos de governo Lula, os lucros dos bancos (incluindo aí: Itaú, Bradesco e Banco do Brasil), bateram recordes, chegando a marca de

R\$ 174 bilhões (CASTELO, 2016). A carteira de empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), por exemplo, esteve voltada para a política de formação de grandes empresas de capital nacional, particularmente aquelas com vantagens comparativas nos mercados de *commodities*. Cerca de 75% dos empréstimos dos Governos Lula foram destinados à essas empresas (TAUTZ et.al., 2010, p. 263 apud CASTELO, 2016, p. 64). Entre os setores beneficiados estavam: mineração, pecuária, etanol, papel e celulose, energia, alimentação, siderurgia, petroquímica, telefonia e construção civil (CASTELO, 2016).

Nos anos 2000, o Estado brasileiro reconfigurou as privatizações do patrimônio público nacional. Combinada com a venda direta dos ativos¹², concessões e parcerias público-privadas (as chamadas PPPs) foram promovidas em áreas como energia, transporte, telecomunicações e políticas sociais (saúde, educação, cultura, esporte etc.).

Essas informações expressam a força do capital no Brasil e comprovam sua vitalidade para extrair a riqueza socialmente produzida. Segundo o próprio Lula, “se tem uma coisa que nenhum empresário brasileiro pode se queixar nos meus seis anos de mandato é que nunca se ganhou tanto dinheiro como no meu governo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

Ao chegar no governo federal, o PT¹³ rebaixou suas “pretensões históricas”. Uma readequação política foi anunciada por Lula da Silva antes mesmo de subir a rampa do Planalto Central, na *Carta ao Povo Brasileiro*¹⁴, lançada em 22 de junho de 2002 - um verdadeiro manifesto em favor da conciliação como política. O que se apresentava como dirigido ao povo tratava,

¹² Segundo dados de Pesquisa sobre Fusões e Aquisições, feita pela consultoria KPMG, em 2011, foram 208 empresas vendidas; em 2012 foram 296 empresas desnacionalizadas e, em 2013, somente no primeiro semestre, 127 empresas brasileiras passaram a ser controladas pelo capital estrangeiro, sobretudo dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Suíça e Japão (ALBUQUERQUE, 2015 apud PEREZ E LARA, 2015).

¹³ Ao tratarmos do PT, no entanto, entendemos ser importante pontuar que, desde sua origem, o partido não se constituiu como força política homogênea. A ideia de um “PT autêntico”, inclusive, é alvo de críticas, uma vez que apaga as disputas internas em torno dos posicionamentos do partido. Embora sejam hegemônicas as posições das correntes que se ligam diretamente a defesa do “Estado como fim”, a exemplo da corrente *Articulação de Esquerda*, existiam em sua origem e, hoje mesmo em minoria, os grupos à esquerda com horizontes socialistas. Em nosso estudo, dado seus limites, não poderemos aprofundar esse debate das tendências, mas este é fundamental, inclusive para pensarmos “o transformismo” dentro do partido. Quando tratamos do PT, queremos salientar que reconhecemos as disputas internas, mas nossas críticas estão sendo direcionadas ao que se tem como hegemonia no partido. Recomendamos, sobre isso, a leitura de Coelho (2005).

¹⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 30/05/2017.

na verdade, de um aceno, e compromisso, com o capital. Com efeito, a promessa se cumpriu: “os bancos nunca lucraram tanto como no meu Governo”, dirá posteriormente, o Presidente Lula da Silva.

Com o objetivo de acalmar o mercado financeiro, Lula já indicava na Carta as diretrizes neodesenvolvimentistas.

[...] Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro. Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico. Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável. [...] Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos [...] (LULA DA SILVA, 2002).

Para conseguir a vitória em 2002, mudando a correlação de forças político-eleitoral, o PT capitaneou um conjunto de alianças mistas que vai desde setores ditos “progressistas”, ligados aos movimentos sociais, até setores do capital, oligarquias regionais e as conservadoras igrejas pentecostais. Nesse sentido, em 2002, a eleição de Lula para a Presidência da República significou, em que pese os amplos questionamentos ao projeto neoliberal e a ação coletiva dos trabalhadores, o resultado de transformismos e mutações de referenciais políticos¹⁵.

Conforme Alves, o projeto neodesenvolvimentista brasileiro, com a perspectiva de conciliar o inconciliável, já mostrava na sua gênese o fosso que se abriria impossibilitando o rompimento com a natureza da ordem oligárquica historicamente existente no Brasil. Manter-se-ia o “poder dos grandes grupos econômicos beneficiários da reorganização do capitalismo brasileiro dos últimos vinte anos – primeiro com o neoliberalismo e depois, com o neodesenvolvimentismo” (ALVES, 2014, p.135).

¹⁵ A tradição de autores que estamos trabalhando em nosso estudo, compartilha a análise que recorre ao “transformismo” - categoria elaborada por Antônio Gramsci no contexto do Risorgimento Italiano, para explicar a ação parlamentar que marcou a política italiana no pós-1848, protagonizada pelo Partido dos Moderados e pelo Partido da Ação (Ver: Liguori e Voza, 2017) – na tentativa de entender a conjuntura recente.

Para Alves, esta seria a representação do neodesenvolvimentismo, “uma afirmação periférica do reformismo socialdemocrata que atribuía ao Estado o papel indutor da economia brasileira nas condições do mercado oligopolizado” (ALVES, 2016, p. 107). Configurou-se, então, segundo o autor, um *Estado neodesenvolvimentista regulador*, capaz de financiar e constituir grandes corporações de capital privado nacional, com capacidade de concorrer no mercado mundial, seguido de um *Estado neodesenvolvimentista investidor*, ao colocar em marcha a construção de grandes obras de infraestrutura direcionadas ao atendimento das demandas do capital (ALVES, 2016). O grande investimento no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é exemplo dessa segunda configuração assumida pelo Estado.

Se o objetivo era o crescimento econômico, os dados do Produto Interno Bruto (PIB) mostram, sem dúvida, que um novo dinamismo foi verificado. No balanço dos indicadores dos governos petistas, divulgado pela BBC Brasil (2016), foi registrado que, em 2002, o Brasil ocupava a 13ª posição no ranking global de economias medido pelo PIB em dólar, segundo dados do Banco Mundial e FMI. Chegou ao 6º lugar, em 2011. Hoje, é a 9ª maior economia do mundo de acordo com esse indicador, que sofre grande influência do câmbio - e, portanto, foi bastante afetado pela desvalorização do real na crise atual. Em função do crescimento do governo Lula (o país chegou a crescer 7,5% em 2010), nos últimos 13 anos a média de expansão do PIB foi de 2,9%, contra 2,5% da média do governo Fernando Henrique Cardoso (BBC BRASIL, 2016).

Embora os índices econômicos tenham se elevado, na análise de autores como Sampaio Jr. (2012) o neodesenvolvimentismo não passou de um esforço para dar uma roupa nova à velha teoria da modernização como solução para os graves problemas das populações que vivem nos países periféricos. A guinada qualitativa na economia do país não significa, nas elaborações do autor, que estaríamos diante de um “novo tempo”. Pelo contrário, “a reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal” (SAMPAIO JR., 2012, p. 680). Mesmo se colocando como “terceira-via” que evita o que considera como grave problema do neoliberalismo – a cumplicidade com o rentismo – e o que atribui como “ato falho” do velho desenvolvimentismo – o nacionalismo anacrônico, a complacência com a inflação e o populismo fiscal - o neodesenvolvimentismo, na realidade, torna-se um “*ultra light*” da estratégia

de ajuste da economia nacional aos imperativos do capitalismo financeirizado (SAMPAIO JR., 2012).

O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social. Não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia. Procura-se o segredo da quadratura do círculo que permita conciliar crescimento e equidade (SAMPAIO JR., 2012, p. 680).

O autor reitera que, presos no plano da aparência dos fenômenos, os neodesenvolvimentistas não levam em conta a articulação dependência econômica e segregação social que estrutura as economias no continente, não problematizam os impactos da ordem global no processo de formação da economia brasileira e não examinam a fundo os efeitos da crise mundial sobre a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. Atendo-se ao horizonte da conjuntura imediata, os neodesenvolvimentistas incorporam um reducionismo economicista, incapaz de entender a problemática do desenvolvimento em seus múltiplos determinantes.

A ausência de uma perspectiva de totalidade da política econômica não permite que se perceba os vínculos orgânicos entre os componentes do ajuste liberal (processo de liberalização, desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas), bem como os efeitos da ordem global sobre as condições de funcionamento da economia brasileira (livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital externo, restrição à expansão do mercado nacional, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público, concorrência entre políticas sociais universais e políticas sociais assistencialistas). Em síntese: “é uma ingenuidade imaginar que a ordem global possa ser rompida pelas ‘beiradas’, pois a institucionalidade liberal funciona como uma amarra muito bem urdida, que prende o país cada vez mais nas garras do capital financeiro” (SAMPAIO JR., 2012, p. 683).

Ainda entre as análises do neodesenvolvimentismo, cabe-nos destacar a feita por Mota, Amaral e Peruzzo (2010), autoras do Serviço Social que, ao discutir a relação entre políticas sociais e neodesenvolvimentismo, explicitam o peso da política na sustentação da hegemonia neodesenvolvimentista na América Latina. Na perspectiva das autoras, nos anos 2000, os governantes latino-americanos chegam ao poder com posicionamentos em defesa do desenvolvimento nacional, autossustentável desde o ponto de vista econômico e social. Compartilhando da análise dos autores da tradição crítica acerca do neodesenvolvimentismo, destacam que a via para concretização desse plano seria a mobilização do Estado e as iniciativas para potencializar as capacidades humanas. Caberia ao Estado, a função de dinamizar o setor produtivo e prover bens públicos e de proteção social de caráter universalista e redistributivista, com fins de construir pactos sociais para responder aos desafios do desenvolvimento (MOTA, AMARAL E PERUZZO, 2010).

O grande “diferencial” dos governos estaria em que, às políticas econômicas, se juntariam políticas e ações fundamentais para recolocar na agenda dos países latino-americanos os mecanismos de distribuição dos recursos, de modo a enfrentar a desigualdade social, sobretudo, com foco no debate da “oportunidade”.

Todos “ganhariam”: os trabalhadores, pelo aumento da oferta de emprego via investimento no capital produtivo (ainda que precarizando vínculos e direitos trabalhistas, resultando numa superexploração da força de trabalho), acesso ao consumo via a facilitação de crédito, investimento no ensino técnico, políticas compensatórias de transferência de renda, em especial o Bolsa Família; já os grandes empresários do capital monopolista teriam condições macroeconômicas, saneamento do Estado, subsídios diretos e previsibilidade para fazer seus investimentos e garantir suas taxas de lucratividade.

As autoras, partindo de uma perspectiva gramsciana, abordam que os governos, trabalhando para manter a chamada governabilidade, precisaram intervir junto à classe trabalhadora no sentido de edificar uma reforma intelectual e moral, através da conformação de um amplo consenso de classes em torno da promessa do desenvolvimento.

Alguns dados de realidade podem ser elencados como parte dos aspectos gerais dessa conjuntura, mostrando a materialização da estratégia política dos

governos do PT para construir consensos. Verificou-se um sensível incremento nos rendimentos dos trabalhadores, que não pode ser desconsiderado em um país de tamanha desigualdade e níveis profundos de exploração do trabalho. A lei 12.382/2011 estabeleceu uma política de valorização do salário-mínimo, combinando a taxa de inflação e o crescimento do PIB. Em 2002, no governo FHC, o valor do salário era de R\$ 200,00. Já em 2016, ano da interrupção do governo Dilma Rousseff, o valor chegou a R\$ 880,00, fruto da política de valorização real do salário¹⁶.

Se no campo do aparente esse aumento do salário mínimo seria parte do compromisso dos governos com a valorização da força de trabalho, na realidade, como revela a pesquisa feita por Moura (2016), esse plano tem um outro lado, diretamente vinculado aos interesses do capital rentista. O plano pauta-se no relatório do Banco Mundial que destaca os baixos salários como um dos fatores para que a procura pelo crédito, por pessoas físicas, seja reduzida. Aumentar os salários, nesse sentido, foi uma medida fundamental para ampliar a aquisição de crédito pelos trabalhadores, um incentivo para que os trabalhadores passassem a consumir os “produtos financeiros”.

Houve expansão, embora precarizada, das universidades e institutos federais públicos, medida abandonada nos governos FHC (MACÁRIO et al., 2016, p. 143). Em 2002, existiam 140 *campi* de Institutos Federais, atendendo 120 municípios. De 2003 a 2010, este número subiu para 354 *campi* em 321 municípios. O número de universidades, em 2002, era de 148 *campi* em 114 municípios, saltando, em 2010, para 274 *campi* em 230 municípios (MACÁRIO et al., 2016, p. 143). Ademais, foi criado o Programa Universidades para Todos (PROUNI), em 2004, oferecendo bolsas de estudos de 50% ou 100% da mensalidade em faculdades particulares para alunos de escolas públicas. Ainda, criou-se o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O Bolsa Família, embora focalizado nos mais pobres entre os pobres, ocupou uma função primordial na proteção social do país nos últimos anos. Sitcovsky (2012, p. 233) argumenta que “as estatísticas do programa são, de

¹⁶ Disponível em: <<https://www.tabeladoirrf.com.br/tabela-do-salario-minimo.html>>. Acesso em: 30/05/2017.

fato, impactantes”. O programa, em 2015, teve orçamento de quase R\$ 26,9 bilhões. De 2003 a 2015, os gastos chegaram a cerca de R\$ 186,5 bilhões. No total, 13,9 milhões de famílias de baixa renda foram beneficiadas¹⁷.

A expansão do crédito foi outro ponto que ganhou ênfase e orientou a vida dos cidadãos para o consumo. Dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), de 2015, revelaram o que essa facilidade ao crédito e ao consumo representou para a população brasileira: 62,7% dos brasileiros se declararam endividados. O levantamento mostrou ainda que, entre as modalidades de dívida, as mais citadas pelos endividados foram o cartão de crédito (77,7%), seguido por carnês (16,5%); e financiamento de carro (13,9%)¹⁸.

Essa “inclusão via consumo” não tinha, entretanto, objetivo emancipador. Pelo contrário, como alerta Alves,

A expansão do crédito incentiva o consumo – e no limite, o consumismo! – como veículo de expansão do fetichismo da mercadoria, exerce um efeito ideológico perverso na consciência das massas populares, adequando-as espiritualmente à política de reiteração da ordem burguesa como único horizonte histórico possível (ALVES, 2016, p. 124).

A “ascensão” das camadas empobrecidas possibilitada pelos “investimentos sociais” dos governos, produziu a ilusão da “nova classe média”. Luce sintetiza quatro elementos de crítica dessa caracterização da “nova classe média”: primeiro, o fato de colocar em um mesmo estrato social indivíduos de rendimentos de renda absolutamente díspares; segundo, inclui famílias cujos rendimentos são inferiores ao patamar de um salário mínimo; terceiro, padece de falta de rigor uma vez que subtrai do suposto potencial de consumo três dimensões determinantes: endividamento das famílias, aumento do desgaste da força de trabalho e barateamento dos produtos que antes eram bens suntuosos e hoje configuram-se como bens necessários; por fim, oblitera o significado de classe social ao defini-lo por extratos de renda e potencial de consumo (LUCE, 2013).

¹⁷ Disponível em: <<http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/12421>>. Acesso em: 30/05/2017.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4195150/cnc-parcela-de-renda-comprometida-com-dividas-e-maior-em-cinco-anos>>. Acesso em: 30/05/2017.

O aumento da renda do trabalho não seguiu o mesmo ritmo do crescimento dos ganhos de capital. Essa contradição é analisada por Mota (2012) ao tratar da “gestão da pobreza” e do aumento da desigualdade no Brasil na Era PT. A autora argumenta que os dados do Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade denunciam essa questão: o Brasil passou do 8º para o 9º lugar no ranking do IDH dentre os países latino-americanos. “1% dos brasileiros detém uma renda que equivale a toda renda dos 50% mais pobres”, diz (MOTA, 2012, p. 35).

O neodesenvolvimentismo não enfrentou o fato de que a pobreza e o subdesenvolvimento são parte do arranjo estrutural do próprio sistema capitalista. Deste modo, há, conforme Mota, Amaral e Peruzzo (2010), uma incompatibilidade entre os dois elementos centrais da proposta do “novo desenvolvimentismo” - o crescimento econômico e desenvolvimento social – de maneira que prosseguiram os altos índices de concentração de renda e desigualdade social, como já ressaltamos.

Dessa crítica construída já era possível extrair os limites desse modelo de desenvolvimento, o neodesenvolvimentismo. É essa a “crônica de um declínio anunciado” a que fazemos referência em nosso título. O PT, com a vitória eleitoral, se qualificou como força política para a manutenção da ordem burguesa no país. Elaborou a “própria gaiola de ferro da governabilidade com os donos do poder oligárquico” (ALVES, 2016, p. 110).

O neodesenvolvimentismo como projeto burguês de desenvolvimento hipertardio, apesar de avanços significativos e inegáveis nos indicadores sociais – avanços indispensáveis para a própria legitimidade social e política do projeto burguês de desenvolvimento – tornou-se incapaz, por si, de alterar qualitativamente a natureza da ordem oligárquica historicamente consolidada no Brasil de hoje (ALVES, 2016, p. 111).

O “neodesenvolvimentismo” limitou-se à ordem sistêmica do capital. Esse “padrão de desenvolvimento” se sustentou por mais de uma década. Porém, a crise do capitalismo internacional – iniciada em 2008 e denominada por Lula da

Silva como “marolinha”¹⁹ - se agravou e atingiu em cheio as economias latino-americanas.

Diante da crise, tornou-se impossível manter a premissa de atender tanto aos anseios do capital quanto do trabalho, tão defendida pelos governos Lula e Dilma. Somente os trabalhadores deveriam “pagar a conta” do declínio econômico em curso. E assim foi feito. Com as velhas contradições exacerbadas, outras novas emergiram e uma força política organizada consolidou-se para derrubar o governo de Dilma Rousseff.

As alianças políticas que o PT construiu para chegar ao governo, foram as mesmas que, com a crise, se dividiram ou bandearam-se para a oposição. A classe média, dita em “ascensão” a partir da década de 2000, tomou parte fundamental nos processos políticos que resultaram na ofensiva restauradora da burguesia. Milhares de pessoas mobilizaram-se pelo *impeachment* da presidenta Dilma. O golpe de 2016 no Brasil²⁰, consolidado após Michel Temer, ilegitimamente, assumir a presidência da República em 12 de maio, materializou o programa de hegemonia burguesa pós-neodesenvolvimentista no Brasil.

Em síntese, o esgotamento do neodesenvolvimentismo foi “gestado” nas suas próprias contradições. O conjunto de elementos analisados pelos autores que elaboraram uma crítica radical do neodesenvolvimentismo, seja a falha em depositar suas expectativas nos capitalistas, de acreditar ser possível sustentar o crescimento econômico e os investimentos por tempo irrestrito, seja a de apostar em políticas de acesso ao consumo como a forma possível de “inclusão social”, e, por fim, de converter antagonismo em conciliação, levaram o neodesenvolvimentismo à sua ruína.

¹⁹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410#ixzz4ifuaKHbw>>. Acesso em: 31/05/2017.

²⁰ Cf. JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

2.2. O MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO NOS GOVERNOS LULA-DILMA

A chegada do PT ao governo, em meados da década de 2000, produziu paradoxos e desafios complexos para a luta de classes e, notadamente, para a organização sindical. O Estado neodesenvolvimentista, liderado pelo PT, para manter sua hegemonia, exigiu que fossem aprofundadas mudanças do ponto de vista da organização das classes, notadamente, no âmbito do movimento sindical.

Se desde o final da década de 1980, com o avanço da reestruturação produtiva e seus rebatimentos do ponto de vista da organização do trabalho, o sindicalismo já sofria com dificuldades de organização, a partir dos anos 2000, os sindicatos, instrumentos históricos da luta política dos trabalhadores contra a exploração capitalista e em defesa de seus interesses coletivos, sejam estes voltados para as melhorias salariais, das condições de trabalho e das condições de vida em geral, foram duramente impactados e, em geral, ainda mais fragilizados. As formas político-organizativas, que agem sobre a classe e a constituem como classe em uma determinada direção (IASI, 2006), reconfiguraram-se.

A classe trabalhadora, conformada por aquilo que produz – e a produz - em cada momento do movimento histórico (IASI, 2006), deparou-se com as controvérsias conjunturais dadas com a entrada de um operário, sindicalista e fundador de um partido com tradição de esquerda – o PT –, na Presidência da República.

A largada política do PT, todavia, como já dissertamos, deu seguimento a uma política distinta daquilo que as forças políticas à esquerda, inclusive o próprio PT, lograram dos movimentos e mobilizações dos trabalhadores na década de 1980. Não iremos novamente nos deter nessa discussão, mas cabe, do ponto de vista da análise da organização sindical, destacar que os governos petistas – na lógica de construção de consenso para efetivar as medidas políticas adotadas – capitanearam uma verdadeira política de cooptação dos setores

sindicais. Constituíram-se como e deram cabo ao que Coelho (2005) chamou de “uma esquerda para o capital”.

Essa “esquerda”, migrando de um projeto dos trabalhadores para a zona de hegemonia da classe dominante, dotou o bloco estruturado em torno do capital de uma “nova ala esquerda” (COELHO, 2005). Caberia aos trabalhadores e suas representações sindicais, em detrimento da construção de projetos autônomos pautados em uma direção classista combativa, subsumir-se às promessas do crescimento econômico como forma possível de superação dos problemas prementes. O ideário de desenvolvimento da economia com inclusão social, serviu de estratégia para apagar os antagonismos estruturais, e transformá-los em consenso.

Em 2002, se a eleição de Lula da Silva seria uma possibilidade de superar o cenário de crise sindical²¹ - erguido, na década de 1990, com a ofensiva dos ditames neoliberais e da reestruturação produtiva - após 14 anos de governos petistas (2003-2016), o que se percebeu foi o aprofundamento dessa crise. Uma “vitória da derrota”, como caracteriza Braga (2015, p. 117).

Ainda no primeiro mandato petista, essa tendência já era apontada. O PT, dando continuidade à aplicação e defesa do neoliberalismo, modificou, radicalmente, a relação do sindicalismo brasileiro com o aparelho de Estado. Segundo Braga e Bianchi (2011), somente a administração Lula da Silva ocupou metade dos cargos superiores de direção e assessoria, aproximadamente 1.300 vagas, com sindicalistas. O orçamento anual gerido pelos dirigentes sindicais no governo chegou à marca de R\$ 200 bilhões (BRAGA E BIANCHI, 2011). Posições estratégicas referentes aos fundos de pensão das empresas estatais e cargos de prestígio na Petrobrás e Furnas Centrais Elétricas foram preenchidas por dirigentes sindicais. Os sindicalistas passaram a integrar, até mesmo, o conselho administrativo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O sindicalismo militante e combativo deu lugar a uma acentuada “burocracia sindical” (BRAGA E BIANCHI, 2011), que promoveu um contínuo afastamento das direções em relação às bases. Analisa Braga:

²¹ A crise sindical nos anos 1990 foi objeto de profundas análises, sob os mais distintos enfoques. Recomendamos a leitura de Antunes (2003; 2005; 2009), Alves (1998), Bihl (1998), Mazzeo e Lagoa (2003), Boito Jr. (1996), Amaral (2005) e França (2013).

Ao absorver as forças sociais antagônicas no aparato de Estado, desmobilizando as classes subalternas e os movimentos sociais, o lulismo esvaziou todo o conteúdo crítico presente na longa “era da invenção” dos anos 1970-1980. [...] A política afastou-se dos embates hegemônicos travados pelas classes sociais antagônicas, refugiando-se na sonolenta e desinteressante rotina dos gabinetes, ainda que frequentados habitualmente por escândalos de corrupção (BRAGA, 2010, n.p.).

Na conjuntura de dinamismo econômico dos anos 2000, marcada pelo crescimento de políticas públicas de redistribuição de renda, tanto Lula quanto Dilma, em seus governos, construíram a hegemonia do projeto “lulista”, tendo como base a consolidação da relação de dominação apoiada na articulação entre “*consentimento passivo dos setores populares e o consentimento ativo das direções dos movimentos sociais*” (BRAGA, 2015, p. 200, grifos nossos).

Os autores (BRAGA, 2014; DIAS 2006; BRAGA E BIANCHI, 2011; BADARÓ; 2003; AMARAL, 2005; GALVÃO, 2014), na crítica às transformações político-organizativas no movimento sindical brasileiro, afirmam ter ocorrido uma verdadeira “reviravolta transformista” entre o sindicalismo e suas relações com o Estado. O fenômeno do transformismo passou a ser uma das tônicas interpretativas das mudanças no sindicalismo brasileiro nesta década. As propostas históricas de militância cederam lugar às práticas e discursos que acabam por implementar a racionalidade negada anteriormente. Dessa vez, com um diferencial: não só legitimaram, mas passaram a participar do processo de legitimação dos projetos da classe antagônica. Ao invés de “organizai-vos”, a palavra de ordem passou a ser “tende esperança” (DIAS, 2006).

Galvão (2014), ao analisar as práticas sindicais nos governos de Lula da Silva, explica que a participação do sindicalismo nas instâncias governamentais poderia ampliar o espaço político de intervenção dos sindicatos. Contudo, e foi o que aconteceu na prática, essa participação contribuiu para a perda de autonomia frente ao Estado, comprometendo o protagonismo político sindical.

Compartilhando dessa crítica, em recente livro intitulado “*a pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*”, Braga analisa que esses dirigentes sindicais absorvidos pelo aparelho de Estado transformaram-se em administradores estratégicos do investimento capitalista no país. Os interesses históricos dos trabalhadores não eram materializados enquanto pautas das lutas

dessa “burocracia sindical” que rapidamente estava sendo incorporada pelo Estado.

O processo de burocratização sindical, por um lado, corrobora com as apostas na liquidação da defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora por parte dos sindicalistas. Mas, por outro lado, também pavimenta o caminho do “novo sindicalismo” em direção ao regime de acumulação capitalista financeiro globalizado. Nosso autor, em parceria com Bianchi, disserta sobre a hipótese de “financeirização da burocracia sindical” no Brasil e coloca a participação dos dirigentes sindicais na gestão dos fundos de pensão e dos fundos setoriais como chave de resposta desse processo (BRAGA E BIANCHI, 2011). Uma tendência que já se expressava em meados de 1990, porém que se aprofundou no ciclo petista.

Na condição de gestores dos fundos de pensão, escrevem os autores, o compromisso principal seria com a liquidez e rentabilidade de seus ativos e com a possibilidade de selecionar investimentos ecologicamente sustentáveis e geradores de empregos (BRAGA E BIANCHI, 2011). Isso, objetivamente, não foi processado devido o próprio sentido no qual os fundos de pensão brasileiros têm atuado: equacionando a relativa carência de capital para investimentos e como uma linha estratégica em benefício de fusões e aquisições de empresas no país, financiam o processo de “oligopolização econômica”, que rebate na intensificação dos ritmos de trabalho, enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e enxugamento dos setores administrativos; e participam, crescentemente, nos investimentos em projetos de infraestrutura, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, alvo de críticas de movimentos ambientalistas (BRAGA E BIANCHI, 2011).

A participação dos dirigentes em cargos institucionais é apenas uma das mudanças operadas que servem de aporte explicativo para o vínculo crescente das representações dos trabalhadores com o projeto governamental. Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff criaram um conjunto de estratégias para envolver as organizações sindicais com sua plataforma política. Foram formados organismos tripartites (compostos por Estado, empresariado e representantes dos trabalhadores), tais como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Fórum Nacional do Trabalho, para discutir as reformas da previdência, tributária e sindical. A tentativa, diz Galvão (2012), era consensuar as questões

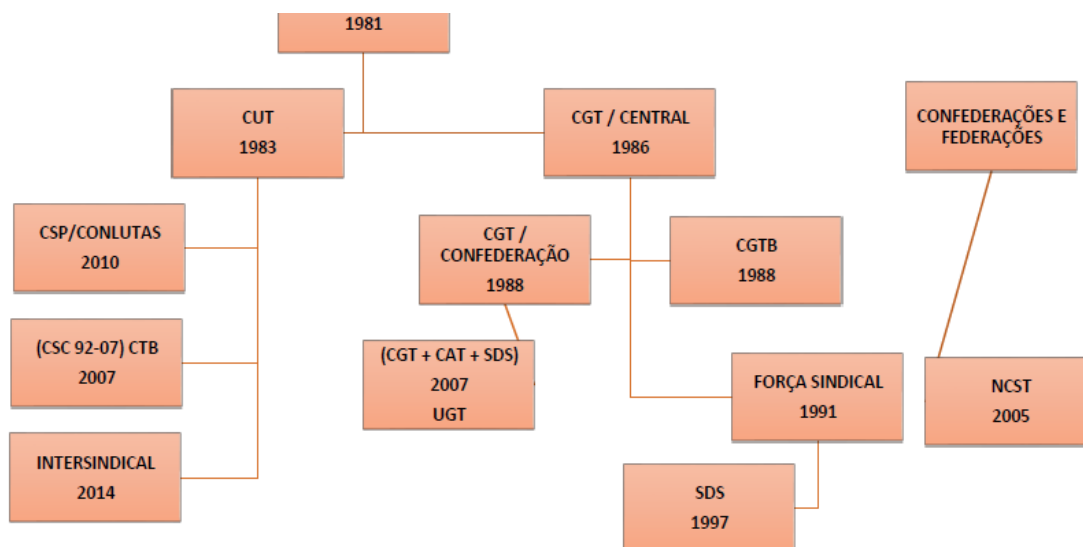
polêmicas e minimizar eventuais reações às políticas implantadas pelos governos.

Em 2008, no segundo mandato de Lula da Silva, uma nova legislação foi aprovada para reger o reconhecimento e financiamento das centrais sindicais. A lei 11.648/2008 assegurou o repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas. Estas centrais passaram a receber metade do montante da verba que antes ia para o Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo dados trazidos por Antunes (2011), em 2010, foram R\$ 84,3 milhões destinados para as centrais. CUT e Força Sindical receberam R\$ 27,3 milhões e R\$ 23,6 milhões, respectivamente - valores que representam 80% do orçamento da Força e 60%, da CUT. A União Geral dos Trabalhadores (UGT) ficou com R\$ 14 milhões; Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) embolsou R\$ 9,9 milhões; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), R\$ 5,3 milhões; e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), R\$ 3,9 milhões²².

A lei dividiu posições entre os sindicalistas e gerou controvérsias. Concomitantemente a ampliação das verbas destinadas às centrais sindicais, que beneficia a manutenção da suas estruturas e atividades sindicais, houve aumento da dependência orçamentária dos sindicatos frente ao imposto sindical e um “movimento de divisão e fusão de correntes sindicais” (GALVÃO, 2012) foi desencadeado. Novas centrais e sindicatos foram criados para obter o repasse de parcela do imposto sindical que, ao fim e ao cabo, reforça o atrelamento entre sindicatos e Estado. Para entender a reorganização ocorrida no movimento sindical brasileiro, vejamos o gráfico abaixo:

²² Antunes (2011).

Gráfico 1– Centrais Sindicais surgidas no Brasil após 1980



Fonte: Silva (2014).

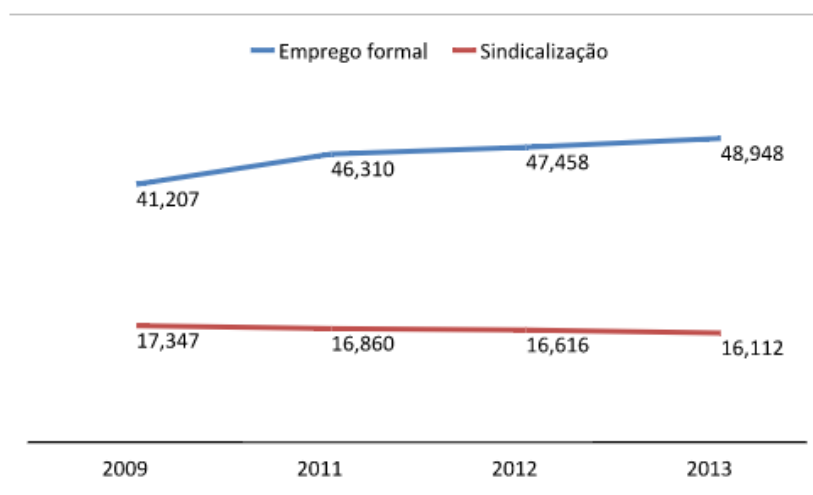
A divisão organizativa do sindicalismo brasileiro foi aprofundada. Em termos quantitativos, no Brasil, temos um total de 17.082 sindicatos (EL PAÍS, 2017). Um número que não traduz, necessariamente, o índice de representatividade junto aos trabalhadores. Divulgada em 2017, a pesquisa intitulada “Aspectos das relações de trabalho e sindicalização”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que, em 2015, apenas 19,5% de brasileiros eram sindicalizados. Dentre esses trabalhadores não sindicalizados, 26,4% afirmaram que o motivo da não associação era o desconhecimento das entidades representativas; outros 23,6% disseram que não se sindicalizavam em função do sindicato não oferecer serviços que lhes interessavam, e 16,6% disseram não acreditar no sindicato ou que a entidade não representava seus interesses (IBGE, 2017). Já entre os trabalhadores sindicalizados, a grande maioria (81,2%), não participa de nenhuma atividade promovida pelo sindicato, tendo 82,5% afirmado que os sindicatos aos quais estavam associados não participaram de negociação ou dissídio coletivo quando necessário (IBGE, 2017).

Apesar desses números, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostrou que a sindicalização trabalhista, referente ao ano de 2015, atingiu seu maior número (18,4 milhões de trabalhadores sindicalizados) da série

histórica da pesquisa, iniciada em 2004 (IBGE, 2017). De acordo com especialistas, o crescimento poderia ser explicado pela alta no total de empregos com carteira assinada (POCHMANN, 2008; PICHLER, 2011) e por uma acirrada disputa entre as centrais para filiar sindicatos e obter mais recursos da contribuição sindical (GALVÃO, 2012).

Todavia, alguns autores, a exemplo de Wanderbroock Jr. (2016), têm afirmado que a questão do aumento no número de sindicalizados comparado ao crescimento do emprego não obedece necessariamente à mesma lógica. Mesmo ajudando a ampliar o número de sindicalizações, o crescimento do emprego não é, em si, suficiente. Entre 2009 e 2013, por exemplo, o número de empregos formais aumentou. Em 2009, o estoque de emprego formal era de 41,2 milhões, passando para 48,9 milhões em 2013. Um aumento de 7,7 milhões em 4 anos, um percentual de 18,7%. E o número de sindicalizados caiu no mesmo período de 17,3 milhões para 16,1 milhões. Uma diminuição de 1,2 milhões no número de sindicalizados, cerca de 6,9%²³.

Gráfico 2 – Emprego Formal x Sindicalização (em milhões) 2009/2013

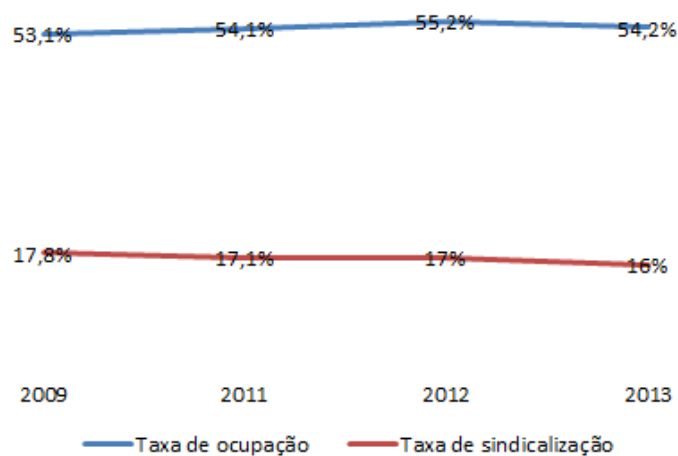


Fonte: MTE, 2015 apud WANDERBROOCK JR., 2016.

²³ Dados referentes à pesquisa de Wanderbroock Jr. (2016), divulgada no Blog Esquerda Online.

O autor destaca ainda que a taxa de sindicalização decaiu ante a taxa de ocupação no país. Enquanto o percentual de ocupados entre 2009 a 2013 passou de 53,1% para uma taxa de 54,2%, no mesmo período, a taxa de sindicalizados passou de 17,8% para 16%, uma queda de 1,8%²⁴.

Gráfico 3 – Taxas de ocupação x taxas de sindicalização no Brasil (em milhões) – 2009/2013



Fonte: PNAD, 2013 apud WANDERBROOCK JR., 2016.

As taxas de sindicalização são indicadores fundamentais da relação entre sindicatos e trabalhadores. Indicam o grau de inserção, organização e confiança das bases em suas representações. Os dados expostos demonstram, nos anos 2000, um crescimento da sindicalização se comparado historicamente, mas apontam para um declínio se levarmos em conta o crescimento de empregos e aumento das taxas de ocupação dos trabalhadores. As justificativas da não sindicalização, apontadas nas pesquisas do IBGE, podem indicar a ausência de trabalho junto às bases, por parte dos sindicatos.

Na década de 2000, quase oito décadas depois de sua criação, o modelo de estrutura sindical getulista permanece. A crítica feita à estrutura sindical por Boito Jr. (1991), embora ganhe novos determinantes, permanece atual. A

²⁴ Wanderbroock Jr. (2016).

“investidura sindical” (BOITO JR., 1991), ou seja, a concessão via Estado do poder de representação e negociação, caracteriza a estrutura sindical erguida no Brasil. A estrutura sindical estabelecida por Getúlio Vargas e mantida até a atualidade, divide os trabalhadores em categorias evitando que sejam uma classe. A necessária subordinação dos sindicatos a algum ramo do aparelho de Estado - afinal, é o ramo que vai determinar qual o sindicato que representa determinado segmento de trabalhadores - atualiza a tese de perda de autonomia dos sindicatos diante do Estado. A formação de sindicatos depende do consentimento estatal, o que rebate decisivamente na liberdade sindical dos trabalhadores.

Os problemas estruturais se agudizaram com as mudanças no mundo do trabalho pós reestruturação produtiva. A classe trabalhadora - fragmentada, heterogênea e complexificada - não consegue ser aglutinada pelos sindicatos presos às estruturas arcaicas de organização. Ao que Antunes (2005) chamou a “nova morfologia do trabalho”, para referir-se a esses setores heterogêneos e desorganizados da classe trabalhadora, não correspondeu, em igual medida, a nova morfologia da organização sindical. Cria-se, assim, um abismo social no interior da classe trabalhadora (ANTUNES, 2003). O que vemos, a partir de 1990 e na década de 2000, são trabalhadores instáveis e estáveis separados por uma burocracia sindical e “invisíveis” para uma esquerda que não consegue abordar o problema da unicidade sindical em combate à ingerência do Estado na forma como se organiza o movimento sindical²⁵.

O refluxo no número de greves expressa as dificuldades organizativas dos sindicatos, neste período. Desde 1997, o número de greves no país sofreu baixas, como apontam os dados seguintes: em 1996, o número foi de 1.228 greves; 1997, 631 greves; 1998, 531 greves; 1999, 506 greves; 2000, 525 greves; 2001, 416 greves; 2002, 298 greves; 2003, 340 greves; 2004, 302 greves; 2005, 299 greves; 2006, 320 greves; 2007, 411 greves; e 2008, 411 greves²⁶.

²⁵ Ver o texto de Guarnieri (2017), operador de trem no metrô de São Paulo, escrito para a revista de cultura e política “Ideias de Esquerda”.

²⁶ Cf. REDE BRASIL ATUAL. Greves em 2013 atingiram recorde e mobilizaram 2 milhões de trabalhadores. Disponível em: < <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/12/greves-em-2013-atingiram-recorde-e-mobilizaram-2-milhoes-7006.html>. Acesso em: 30/10/2017.

A atividade grevista só voltou a aumentar a partir de 2009, embora não tenha tido, em maioria, protagonismo sindical (BRAGA 2012). Os operários dos canteiros das chamadas “grandes obras” brasileiras de desenvolvimento tomaram as frentes de mobilizações e, em termos numéricos, foram feitos os seguintes registros: 2009, 518 greves; 2010, 445 greves; 2011, 554 greves; 2012, 877 greves; e 2013, 2.050 greves (DIEESE apud REDE BRASIL ATUAL, 2013). Em 2011, por exemplo, foi alcançado o mesmo patamar do final dos anos 1990. Houve um aumento de 24% da atividade grevista, entre 2010 e 2011 (BRAGA, 2015).

Com as mudanças em curso, não seria possível analisar o sindicalismo brasileiro de forma unidimensional. Entretanto, conforme Galvão (2012), nem mesmo as divisões organizativas, tratadas anteriormente, impediram a construção de uma certa unidade político-ideológica, fundamentada numa avaliação positiva dos governos petistas. A tendência que se colocou foi da “acomodação política”.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) – fundada em 1983, sendo expoente do novo sindicalismo no Brasil²⁷ – é o maior exemplo das mudanças vividas pelo movimento sindical brasileiro. Dada a própria processualidade histórica que vincula CUT e PT²⁸, com a chegada de uma de suas principais lideranças ao poder, em 2003, esta Central Sindical reconfigura sua posição e estratégia de atuação.

Duas opções se colocaram: consolidar a independência política frente aos governos, travando a disputa pelos rumos do país, ou depositar nos governos estas expectativas. A primeira delas - colocar-se como independente dos governos, o que, por sua vez, não inibiria a CUT de destinar-lhe críticas - incorria no risco de contribuir para um possível desgaste das bases de apoio do PT e, conseqüentemente, poderia arruinar aquela oportunidade histórica. Já a segunda opção poderia comprometer a representatividade e autenticidade, podendo colocar a central frente ao dilema de ser taxada como “entidade do

²⁷ “Novo sindicalismo” foi a expressão utilizada para chamar o movimento sindical nascido com as greves de 1978 no ABC paulista. Ver: França (2013).

²⁸ A CUT tem, desde sua gênese, um vínculo forte, embora não seja formal, com o PT. A criação do PT deveu-se, de certo modo, à iniciativa de líderes sindicais, estes que, em grande parte, foram/são também importantes lideranças políticas do partido até hoje, por exemplo, Lula da Silva.

governo”, o que poderia se tornar, ainda mais contraditório, na medida em que fossem tomadas decisões divergentes das suas pautas de luta²⁹.

Dias, dedicando-se aos estudos da obra de Gramsci no Brasil, inspirou-se em categorias gramscianas para explicar a realidade brasileira contemporânea e a atuação político-sindical³⁰. Ao escrever sobre os caminhos seguidos pela CUT, o autor é enfático:

Caminhou no sentido de reduzir seu horizonte político a duas tarefas: eleger Lula e fazer acordos corporativistas em benefícios de suas principais categorias. [...] Instalou-se um novo sindicalismo de resultados, negócios e apoio incondicional ao governo. Progressivamente, deixou de ser um instrumento de luta dos trabalhadores para monitorar-lhes a ação no sentido da redução da radicalidade das lutas, da aceitação acrítica das chamadas transformações no mundo do trabalho (DIAS, 2006, p. 188).

A CUT foi de movimento de massas à estrutura estatal. Uma conversão cuja origem é progressiva ao longo dos anos 1990 e 2000. A central sindical brasileira que, em geral, se colocava em oposição às políticas governamentais, com a chegada do PT ao governo federal, vinculou-se ao governo, transformando-se em seu “braço direito no meio sindical” (BADARÓ, 2013).

Sobre a crise de perspectiva da CUT, iniciada em meados da década de 1990 e aprofundada na década de 2000, Boito afirma:

Desde o seu surgimento como movimento de massa em 1978, a CUT transitou de um sindicalismo que ‘tendia’ à ação unificada de amplos setores das classes trabalhadoras contra a política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista do Estado burguês brasileiro – ou, pelo menos, contra a política salarial que era um aspecto fundamental da política de desenvolvimento – para uma ação sindical na qual os diferentes setores das classes trabalhadoras isolam-se em suas reivindicações específicas, desenvolvem uma nova segmentação corporativa, e procuram reduzir as perdas de seu setor particular numa conjuntura de crise, mesmo quando a redução das perdas implica a aceitação ativa da política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista (BOITO, 1994, p. 23 apud ALVES, 1998, p. 337).

Apesar de criticar o “sindicalismo de resultados”, a CUT irá se aproximar dessas concepções, adequando-se à institucionalidade, controlando o seu discurso e a postura frente ao Estado. Dito de outro modo, foram desenvolvidas

²⁹ Cf. Vêras de Oliveira (2014).

³⁰ Entre as principais categorias utilizadas pelo autor, em especial aquelas que nos referimos em nosso trabalho, estão: transformismo, consentimento ativo e consentimento passivo.

“estratégias sindicais propositivas de cariz neocorporativo no seio do sindicalismo da CUT” (ALVES, 1998, p. 309), acarretando um esvaziamento da perspectiva classista. No plano estratégico sindical, assim, passa a ser considerado um “defensivismo de novo tipo” (ALVES, 1998): a estratégia de confrontação à lógica do capital passa a ser substituída pela cooperação “conflitiva” com a mesma.

Na década de 1990 já era possível, como apontam os autores (DIAS, 2006; AMARAL, 2005; BADARÓ, 2003; ALVES, 1998; COELHO, 2005), perceber a tendência supracitada. Neste período, foi apresentado pela direção da CUT o que ela mesma chamou de proposta baseada no “desenvolvimento com distribuição de renda”, no sentido de construir coletivamente uma nova hegemonia capaz de aprofundar a “democracia” e a “cidadania” no país. Uma nova leitura de realidade estava sendo feita pela Central, na qual mudanças econômicas eram inevitáveis naquela conjuntura. Posturas e instrumentos conciliatórios eram as apostas para materializar ganhos para os trabalhadores. Uma “agenda propositiva” (AMARAL, 2005) que admite concepções liberais na condução da política e pautada na necessidade de redefinição da relação do Estado com o mercado.

A “agenda propositiva”, era vista por alguns dirigentes da CUT, sobretudo aqueles ligados à sua corrente majoritária - a Articulação Sindical³¹ -, como estratégia para objetivar a proposta de democratização do Estado e possibilitar a intervenção nas decisões e problemáticas de interesses dos trabalhadores. Os instrumentos se resumiriam em participação em negociações e fóruns institucionais (AMARAL, 2005).

Apesar de inegável a relação antagônica entre capital e trabalho, acreditava-se que ambas as partes poderiam ganhar, caso a produtividade e os lucros fossem melhor distribuídos. Acreditando ser possível conciliar as classes,

³¹ Para um estudo detalhado das correntes sindicais e do PT, como já indicamos, a tese de Coelho (2005) é leitura indispensável. A pesquisa documental feita pelo autor é rica de elementos que nos explicam a transformação do PT em “partido da ordem”. Mais do que isso, o autor trata das correlações de força dentro do PT e de como a ideia de um “PT autêntico”, construída pelas correntes majoritárias, apagou as posições das correntes críticas à esquerda da história do partido. É, sem dúvida, um estudo recente de referência para aqueles que se propõem discutir a organização política dos trabalhadores na atualidade e que, inevitavelmente, precisam recorrer à história.

a CUT acaba por aderir a práticas pragmáticas, abrindo mão da luta contra as políticas despóticas patronais e do próprio Estado. Segundo a autora,

as alusões às experiências revolucionárias são afastadas do horizonte das classes trabalhadoras para dar lugar a um tipo de leitura sobre a conjuntura que ressalta as possibilidades que ela encerra, como é o caso da luta por direitos e da inclusão nas políticas públicas, sendo estas pensadas como arena principal da disputa entre interesses conflitantes (AMARAL, 2005, p. 212-213).

Dar-se-á mais ênfase em determinações político-ideológicas em detrimento da análise estrutural do processo de produção capitalista no país, das transformações produtivas capitalistas provenientes do “padrão flexível” e seus impactos negativos para os trabalhadores. As estratégias sindicais adotadas expressam, como aponta Alves (1998, p. 85), uma “debilitação político-ideológica da perspectiva de classe”.

Após o PT assumir o governo, até mesmo os métodos de luta reivindicativa foram modificados pela CUT. A tática de organizar greves gerais foi abandonada. Nenhuma manifestação desse tipo foi convocada durante os governos petistas, só sendo uma tática retomada, e muito timidamente frente à pressão das bases, após o golpe de 2016. As novas formas de manifestação se resumiram, por exemplo, em marchas nacionais, dias nacionais de luta, showmícios de 1º de maio, campanhas unificadas e conferências nacionais. Nesses atos, evitava-se críticas profundas aos governos. Estas deviam ser abafadas e o compromisso com a manutenção da política em curso era escancarado, tendo a CUT encabeçado o apoio à reeleição de Lula em 2006 e à eleição de Dilma Rousseff em 2010 e 2014. Os próprios dirigentes da central, na atual conjuntura, não têm poupado esforços na construção da possível candidatura de Lula da Silva em 2018, sinalizando que, mesmo com a falência do projeto de conciliação de classes, pouca coisa mudou do ponto de vista de seus horizontes e direções estratégicas.

Conforme Galvão (2006, p. 136),

A capacidade de resistência da CUT diminuiu. Os laços existentes entre a corrente majoritária da central e a principal tendência petista, de onde provém Lula e os principais quadros do governo federal, têm afastado a CUT de manifestações e protestos contra o governo, mesmo quando este ameaça direitos dos trabalhadores. A central tem feito muitas concessões em relação a seu programa de lutas, o que a

coloca diante da necessidade de fazer muitos malabarismos discursivos para justificá-las.

Em nome da governabilidade, a CUT priorizou conter a resistência dos trabalhadores, ao invés de mobilizá-los em defesa de seus direitos. Assimilando o discurso da “utopia do possível” (GALVÃO, 2006), substituiu a perspectiva de construção de uma classe trabalhadora autônoma e combativa por uma compreensão de acúmulo gradual de forças nos limites da ordem burguesa. Analisando esse processo, Amaral (2005) vai argumentar que a opção adotada reduziu os horizontes ao campo estrito da emancipação política, restringindo à esfera da cidadania as possibilidades de intervenção.

A Força Sindical (FS), por sua vez, não surpreendeu com a postura que adotou. Desde sua criação, em 1991, a FS integrou a corrente sindical autodenominada “sindicalismo de resultados”. Não só aderiu ao neoliberalismo: foi criada para tanto.

A Força Sindical foi criada congregando uma massa de “sindicatos de carimbo”: sindicatos pequenos, com menos de quinhentos associados, alocados em setores de pouca capacidade de pressão, dispersos pelas pequenas cidades do interior e cuja maioria de dirigentes jamais tinha participado, até o congresso de fundação da Força Sindical em 1991, de qualquer congresso sindical (BOITO JR. 1996, p. 3).

Ideologicamente, o que unificou esses grupos foi, nas palavras de Boito Jr. (1996), um conservadorismo político genérico, a moderação e a passividade na ação sindical. Conforme o autor, “eles são, ou melhor, eles estão neoliberais porque o governo é neoliberal” (ibid., p. 3).

A Força Sindical aglutina confederações, federações e sindicatos de diferenciados ramos. Fundamentalmente, os dados divulgados em seu próprio site destacam que a atuação tem sido centrada em áreas como: indústria alimentícia, transportes, comércio, agricultura, aposentados, construção civil, confecções, setor hoteleiro e de edifícios, educação, químicos, profissionais liberais e autônomos (em especial, contabilistas e taxistas) e o setor de segurança. É uma central com pouca representatividade perante funcionários públicos. Nesse segmento, atua principalmente com os policiais rodoviários e profissionais do setor administrativo (FORÇA SINDICAL, 2010).

No primeiro governo Lula, a FS ocupou uma posição institucional de pouco destaque, esboçando algumas críticas sobre a manutenção das altas

taxas de juros. Tentava se afirmar, tendo em vista sua posição à direita prevaiente em 1990, como oposição ao governo. Contudo, não era uma posição fácil de assumir, mesmo que fosse somente no plano discursivo, uma vez que estavam sendo contrários a um governo respaldado por amplo apoio popular e dirigido por um partido, historicamente, aliado aos setores sindicais.

Nesse sentido, a FS, tradicional opositora do PT e da CUT, no segundo governo Lula passou a apoiá-lo. Em 2007, Luiz Antônio de Medeiros, um dos seus dirigentes principais, foi nomeado Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (BOITO JR., GALVÃO E MARCELINO, 2009)

Foi justamente o “caráter marcadamente governista e pelego” (GALVÃO, 2006, p. 142) da FS que impôs dificuldades para a central manter-se na oposição. A CUT precisou enfrentar o dilema de preservar ou não sua autonomia diante do partido que historicamente foi seu aliado, o PT. Já a FS, mesmo após passar a compor os governos, estava vivenciando um outro momento político, no qual, aliada de primeira hora anteriormente, perdeu o posto de principal “central governista” para a CUT.

Em síntese, a CUT e a FS, campos opostos na luta política na década de 1990, sob os governos Lula-Dilma, tiveram suas diferenças reduzidas. Como vimos, ambas foram base de apoio de Lula, priorizaram a negociação com o governo, optaram por canalizar a pressão sobre o Parlamento e realizar acordos patronais. A perspectiva propositiva prevalece, mesmo havendo, até certo ponto, resistência ao neoliberalismo, com as pautas de defesa da manutenção e ampliação de direitos.

Essa postura de “convivência política”, sobretudo, por parte da direção da CUT, fez com que dissidências surgissem. Em 2004, surge a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), construída por parte dos setores sindicais que romperam com a CUT após a reconfiguração e que, a partir de 2010, se transforma na CSP Conlutas – Central Sindical e Popular. Também foi criada, em 2006, a Intersindical (Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora), reunindo sindicatos, oposições sindicais e coletivos dissidentes da CUT e que decidem construir um instrumento de luta retomando o processo de organização combativa abandonado. Ambas as centrais seriam o “novo”, com horizontes à esquerda radical, no sindicalismo brasileiro, ainda que representem, ao mesmo tempo, tanto alternativas combativas a ser fortalecidas pelos

trabalhadores quanto parte da fragmentação/divisionismo sindical que se deu cabo neste período no país.

A Conlutas constituiu-se como organização inovadora, abrangendo não apenas entidades sindicais, mas organizações populares e movimentos sociais. Uma concepção abrangente fundamentada em um entendimento amplo de classe, no qual os trabalhadores não devem ser organizados apenas nos locais de trabalho. Para Galvão,

[...] a constituição da Conlutas se deu com o objetivo de organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (Sindical/Trabalhista, Universitária, Tributária e Judiciária) e também contra o modelo econômico que este governo aplica no país, seguindo as diretrizes do FMI (GALVÃO, 2012, p. 192-193).

Enquanto central sindical e popular, buscava unir numa mesma entidade nacional, movimentos sindicais, movimentos populares urbanos e do campo, da juventude e de luta contra a opressão das mulheres, negros, homossexuais e outros segmentos (CONLUTAS, 2011). O objetivo seria pautar a atuação pela defesa das reivindicações imediatas e interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão.

Outro elemento importante é o fato de, na Conlutas, não haver uma direção eleita. Existe uma estrutura de direção horizontalizada, com a participação de todas as entidades filiadas em sua Coordenação Nacional, que se reúne a cada dois meses. Busca-se romper com modelos cupulistas de direção, fonte de acomodação e burocratização dos dirigentes. Os representantes são indicados pelas entidades nas quais atuam, podendo ser substituídos por decisão soberana destas mesmas entidades (CONLUTAS, 2011).

A Conlutas se opôs “ao socorro financeiro do governo às empresas em dificuldade, à renúncia fiscal (pois esta leva à queda na arrecadação) e ao corte no orçamento público, defendendo um maior investimento em políticas públicas” (GALVÃO, 2012, p. 218-219). A Central tinha uma postura crítica, apontando a insuficiência das medidas adotadas pelo governo e questionando a participação dos sindicalistas nos organismos tripartites. Consideravam esta última uma forma de conferir uma aparência de democratização das decisões, levando à cooptação dos dirigentes sindicais.

A oposição ia além das medidas pontuais. Criticou-se a própria concepção norteadora da ação governamental.

Consideram o governo neoliberal em virtude do domínio da lógica financeira, expressa na prioridade dada à estabilidade monetária e ao equilíbrio fiscal. O controle da inflação continua a ser assegurado via taxa de juros que, embora inferior à média do governo Cardoso, mantém-se elevada. O superávit primário continua a limitar o gasto público [...]. Criticam o governo por ter promovido uma privatização “branca” (através de concessões de serviços públicos, venda de ações estatais, leilão de poços de petróleo e não ter revertido as privatizações efetuada no governo Cardoso; por não ter revogado a legislação, implementada na administração do PSDB, que expandiu os contratos precários de trabalho; por não ter adotado medidas para combater a histórica flexibilidade do mercado de trabalho (marcado pela rotatividade, pela demissão imotivada) e por ter mantido o fator previdenciário (GALVÃO, 2012, p. 207-208).

Mesmo com pouco espaço para atuação, a existência de centrais minoritárias, tal como a Conlutas, gerou incômodo. Em 2010, a Conlutas juntamente com a Intersindical, convocou um Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), cujo objetivo seria construir uma central unitária de luta com setores combativos da classe trabalhadora³². Para fazer frente ao evento, CUT, FS, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), todas próximas ao governo, convocaram a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), objetivando aprovar a Agenda da Classe Trabalhadora, em defesa do desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho. A agenda avaliava positivamente o governo Lula, defendendo a eleição de candidatos, na perspectiva de consolidar e ampliar os avanços obtidos na gestão petista (GALVÃO, 2012).

Cada vez mais as lutas se resumiram ao plano institucional. A Agenda da Classe Trabalhadora era a representação do atrelamento dessa parcela do sindicalismo com a gestão capitalista. Embora travestidas de uma suposta “defesa do fortalecimento nacional”, medidas paradoxais foram incluídas: a própria defesa do fortalecimento dos bancos, empresas públicas e fundos de pensão no financiamento de políticas de desenvolvimento, mesmo estes processos estando associados à privatização e à reestruturação produtiva.

³² A proposta de unir Conlutas e Intersindical não se concretizou devido as divergências programáticas das duas centrais expostas no Conclat.

As insatisfações frente às propostas adotadas eram manifestadas pelas centrais sindicais de forma distinta da combatividade que prevalecia anteriormente. As posições hegemônicas tomadas apoiavam os governos, destacando

seu bom relacionamento com o movimento sindical, expresso nas negociações e consultas ao movimento sindical efetuadas nos fóruns tripartites, mesas de negociação sobre o salário mínimo, sobre serviço público e aposentadorias e no reconhecimento das centrais. Entendem que o Brasil estava preparado para enfrentar a crise e que o governo atuou de forma positiva, ao aumentar o crédito para estimular o consumo; reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis, eletrodomésticos de linha branca (geladeiras, fogões, máquinas de lavar...) e móveis; manter investimentos; ampliar o programa Bolsa Família e valorizar o salário mínimo, “suavizando os efeitos da crise (GALVÃO, 2012, p. 217).

Nessa perspectiva, a transformação social não mais se apresentava como objetivo da luta pelo poder. Passa-se a ter uma meta estreita, resumida às disputas eleitorais. A aliança de classes, seja com forças progressistas ou conservadoras, à direita ou à esquerda, passa a ser um meio eficiente da construção de hegemonia petista. Não se fala mais em luta de classes. Agora, parece entrar em vigor, unicamente, o discurso que trata de uma sociedade homogênea, sem antagonismos e sem disputa de projetos. Aliás, não se fala sequer nesses “projetos”. Menções à classe trabalhadora são substituídas por menções aos pobres³³. Não é mais a luta de classes, é a luta “de todas as classes” contra a pobreza. Obviamente, sem mencionar suas determinações estruturais.

Em contraposição, as centrais críticas, como a Conlutas e a Intersindical, mobilizam as bases para tentar resistir às medidas de austeridade contra os trabalhadores, embora a adesão e capacidade de mobilização sejam pequenas. Enquanto o “sindicalismo de parceria” abriu mão de estar nas lutas, nas ruas e nas fábricas, temendo mobilizar os trabalhadores contra um governo “aliado”, as dificuldades organizativas e de mobilização impediram que o “vazio” deixado fosse ocupado pelo “sindicalismo classista” (GALVÃO, 2012).

³³ Uma tendência apontada por Francisco de Oliveira (2000) quando trata que aparentemente a pobreza e sua superação seriam nossa “chance histórica”.

Esses elementos trazidos nos ajudam a entender o distanciamento do movimento sindical brasileiro com a onda de mobilizações que eclodiu no Brasil, seja as greves nas obras do PAC, seja nas jornadas de junho, em 2013. Como diz Braga (2015, p. 93), “as direções não são as bases” e embora haja, por parte das centrais sindicais, negação de conflitos com os governos, isso não significa que esses tenham deixado de existir.

Negar o conflito não impede sua eclosão, porém rebate nas condições e perspectivas das lutas. A participação institucional das principais centrais sindicais do Brasil não impediu a emergência de uma onda de conflitos, nem a obtenção de conquistas materiais para os trabalhadores.

O posicionamento da maioria das organizações sindicais foi contrastado com o ativismo econômico e a conflitualidade nas organizações de base (Galvão, 2014).

No quadriênio 2004/2007, tivemos uma greve nacional de metalúrgicos que contou com 170 mil grevistas, uma greve estadual dos metalúrgicos paulistas que contou com 190 mil grevistas, uma greve dos trabalhadores da construção paulista que envolveu 130 mil grevistas, mais de uma greve dos trabalhadores dos Correios com cerca de 80 mil grevistas cada uma, mais de uma greve de petroleiros envolvendo cerca de 100 mil grevistas, greves de massa de bancários e outras (BOITO JR., GALVÃO E MARCELINO, 2009, p. 42).

Além disso, junho de 2013 entrou para a história das revoltas sociais no Brasil. Começando em São Paulo, em 6 de junho, com uma passeata contra o aumento das tarifas de transporte, o Movimento Passe Livre (MPL) nem imaginava a proporção que aquilo ia tomar.

Houve manifestações nos dias 7, 11, 13, chegando a um ponto espetacular em 17 de junho, com mais de 70 mil participantes em São Paulo, dezenas de milhares no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, enfim, em praticamente todas as capitais do país, das grandes às pequenas cidades, do centro às periferias (BRAGA, 2015, p. 113-114).

Foi uma “explosão popular que balançou os pilares da ordem”, disserta nosso autor (2015, p. 114). No dia 20 de junho, em cerca de 400 cidades, incluindo as 22 capitais, as pessoas saíram às ruas. Foram aglutinados mais de 8 milhões de pessoas, no ápice das manifestações, embora não fosse possível somar precisamente o “verdadeiro oceano popular presente” (idem).

No decorrer dos atos ficava claro que não se tratava apenas da indignação contra o aumento do preço da passagem de ônibus. A pauta das manifestações transcendeu o tema do transporte público. Expandiu-se para a melhorias na saúde, educação, contra os gastos da Copa do Mundo de 2014, contra projetos como a chamada “cura gay” e o “estatuto do nascituro” etc.

Estávamos “diante da ruidosa transformação de uma inquietação social latente e difusa em uma aberta” (BRAGA, 2015, p. 122). Os protestos atingiam praticamente toda a política brasileira. Foi um movimento amplo, polissêmico e multiforme que desafiou o “aparente consenso”, tendo, inclusive, sua eclosão, contraditoriamente, colocado forças conservadoras em evidência na negação da política posta³⁴.

No tocante ao movimento sindical, cabe pontuar que sindicalistas estiveram presentes nos atos, mas as centrais sindicais apenas se incorporaram tardiamente. Convocaram duas jornadas nacionais unitárias de lutas e paralisações, mas somente em julho e agosto de 2013, quando o processo de luta já havia esfriado. Com isso, as jornadas convocadas não alcançaram, na análise de Galvão (2014, p. 114), “a mesma dimensão das manifestações de junho, nem conseguiu articular os manifestantes de junho à pauta da reivindicação sindical (GALVÃO, 2014, p. 114).

Nossa posição é a de que os conflitos em Suape – objeto de nossa análise - foram parte dessa experiência que Braga denominou de “pulsão plebeia”, responsável por, em meio à crise de organização política dos trabalhadores na década de 2000, animar o ciclo de lutas sociais no país. Esses conflitos passaram a denunciar o projeto de desenvolvimento em curso no Brasil, no caso particular de Suape, no Nordeste e Pernambuco. Mesmo tendo atingido índices econômicos positivos, devido aos incentivos públicos e privados, grandes obras e empreendimentos alocados, a região não esteve imune às contradições,

³⁴ Mesmo não “creditando” as chamadas Jornadas de Junho uma vinculação com forças políticas específicas, afinal, as Jornadas foram “mobilizações em disputa” tanto por parte da direita quanto por parte da esquerda e grupos independentes, entendemos que, naquele momento, o sentido do termo “ocupar as ruas”, tão comumente ligado aos grupos progressistas, passou a ser cooptado pelo conservadorismo. O “verde-amarelismo”, o rechaço aos partidos políticos e as principais palavras de ordem presentes em junho (“vem pra rua”, “o gigante acordou” etc.), deram o tom das manifestações favoráveis ao golpe de 2016 no Brasil. Inegavelmente, grupos e partidos políticos conservadores souberam aproveitar as tendências expressas para consolidar o movimento pró-impeachment de Dilma Rousseff.

sobretudo sociais e no âmbito do trabalho, como analisaremos no segundo capítulo.

3. FORMAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL E OS CICLOS DE RESTAURAÇÃO ECONÔMICA EM PERNAMBUCO

Os ciclos de ampliação e declínio econômicos foram, historicamente, marcas do Nordeste e dos Estados que o compõe. A região se desenvolveu baseada em atividades produtivas agrárias, em especial, o cultivo da cana-de-açúcar. O impulso à industrialização emerge somente a partir dos anos 50 do século XX, pela mediação do Estado via incentivos financeiros e políticas de desenvolvimento regional, com vistas a “superar” a situação de “atraso” econômico da região em relação ao Centro-Sul do Brasil.

A intervenção do Estado é, portanto, a estratégia histórica construída para impulsionar o desenvolvimento regional. A criação da Sudene, em 1959, foi uma das principais ações de planejamento para construção de um projeto de “integração nacional” capaz de enfrentar o problema dos “desequilíbrios regionais”. Ainda que diante de limites, suas ações permitiram, com vultosos aportes financeiros, impactar as economias estaduais que, em função de tais políticas, efetivamente apresentaram sinais de crescimento.

Pernambuco foi um dos Estados da região mais beneficiados com os incentivos da Sudene. O Estado conseguiu taxas de crescimento econômico importantes até meados da década de 1980. Contudo, frente à crise financeira que se agudiza nesse período e diante da impossibilidade do governo nacional de manter os incentivos financeiros, imerge em novo momento de declínio econômico.

Este declínio passa a ser somente superado nos anos 2000, por meio de, novamente, políticas estatais para o desenvolvimento local. A combinação de programas sociais, obras de infraestrutura, investimentos públicos e privados e empreendimentos estruturadores deram a tônica da nova fase de ampliação econômica, acompanhando a tendência verificada no plano federal e regional.

Neste capítulo, iremos nos debruçar sobre esses aspectos que marcam a economia nordestina e pernambucana em perspectiva histórica. Nosso foco será evidenciar as mediações estruturais e conjunturais que contribuíram para a

dinâmica econômica e política estadual no que denominamos de neodesenvolvimentismo no Brasil as quais permitirão apreender a emergência, dinamismo e “ocaso”³⁵ do Complexo Industrial e Portuário de Suape. Para tanto, buscaremos entender a formação econômica do Nordeste e a particularidade dos ciclos econômicos de Pernambuco em sua processualidade histórica. Suape emerge como expressão e síntese das contradições inerentes ao desenvolvimento do Nordeste e de Pernambuco neste momento econômico e político.

3.1. DO “ARCAICO” AO “MODERNO”? : MEDIAÇÕES DA EXPANSÃO ECONÔMICA EM UMA REGIÃO PERIFÉRICA

O que é o Nordeste? Uma pergunta que, aparentemente, pode ser facilmente respondida, a nosso ver, carece de aprofundamento e nisso reside o sentido de iniciar este capítulo por tal questionamento. Como ponto de partida, cabe dizer que essa resposta se estrutura no entendimento do que seria uma região. Não estamos tratando meramente do conceito geográfico, baseado em delimitações territoriais, características físicas e populacionais. O sentido que atribuímos vai além e relaciona-se com o movimento de reprodução do capital e das relações de produção, na esteira do que teoriza Oliveira em seu clássico *Elegia para uma Re(li)gião*:

Uma “região” seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseguinte uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer

³⁵ Estamos usando esse termo entre aspas, uma vez que, mesmo após a crise, não tivemos um “fim” de Suape. Na verdade, houve uma reconversão de sua proposta: com o término das obras na Refinaria Abreu e Lima, Estaleiro Atlântico Sul e Petroquímica Suape, o “Eldorado Pernambucano” e seus empreendimentos passaram a ser vendidos para a iniciativa privada, cabendo a esta acumular os valores produzidos via esta proposta construída, centralmente, com dinheiro estatal. Em outros termos, tratou-se do “ocaso” do que ainda restava de “público” e “ganho social”, em especial com a geração de empregos, em Suape.

no produto social e nos pressupostos da reposição (OLIVEIRA, 1977, p. 29).

Uma “região” se definiria pelo caráter diverso da reprodução capitalista, no fulcro de suas relações com as demais regiões, ou seja, no lastro do que forma uma economia nacional em sua totalidade, sendo as “funcionalidades” das partes impostas pela necessidade de reprodução do todo. Na caracterização de Oliveira (1977), cada “região” e suas especificidades completam-se num quadro geral repleto de referenciais de outras “regiões”, com níveis diferenciados de reprodução do capital e relações de produção, principalmente quando se trata de uma economia nacional que se reproduz, globalmente, sob esquemas subordinados na divisão internacional do trabalho no capitalismo³⁶.

É com base nessa perspectiva que entendemos o Nordeste e os processos históricos que vão constituindo-o enquanto região brasileira de desenvolvimento “peculiar”. O Nordeste é a terceira maior região do país em extensão territorial, com área superior a 1,5 milhão de km², contendo o maior número de unidades federativas (nove no total, sendo elas: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Pernambuco), e sendo a segunda região mais populosa, com cerca de 50 milhões de habitantes, cerca de 30% da população brasileira (IBGE, 2010). Além disso, é marcado historicamente pelo “atraso” econômico-social e por ser ciclicamente atingido pelos períodos de seca.

Algumas correntes teóricas, a exemplo dos intelectuais que formaram o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)³⁷, buscaram explicar esse “atraso” atribuído à região pelas características econômicas que nela predominaram em relação àquelas que se sobressaíram na região Centro-Sul do Brasil. Desde as primeiras décadas do século XIX que tal aspecto podia ser percebido, tendo em vista que a consolidação da hegemonia de outras formas de produção e conflito de interesses em outros espaços impactou a configuração do desenvolvimento nordestino.

³⁶ Estamos no referindo a ideia de desenvolvimento desigual e combinado formulada por Trotsky e difundida por intelectuais brasileiros como Florestan Fernandes. Ver: Trotsky (1977) e Fernandes (1968).

³⁷ O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) foi criado em 1958 e coordenado pelo economista Celso Furtado visando a industrialização da Região Nordeste com o modelo de substituição de importações.

De um lado, tínhamos a emergência do que ficou conhecido como “região do café”, expandindo-se entre Rio de Janeiro e São Paulo, impulsionada pelas relações com as potências imperialistas (sobretudo os interesses do capital financeiro inglês) e fundada pelo modo escravista de produção, ainda que se diferenciasse na medida em que a circulação do processo de produção e apropriação do valor se esgotava na relação interna-externa (OLIVEIRA, 1977).

Do outro lado, tínhamos os “Nordestes”. O primeiro com uma forte tradição açucareira, excluído dos novos circuitos de produção e apropriação do valor gerados pelas economias baseadas no café e deslocado pela competição interimperialista que centrava sua disputa na produção e apropriação do açúcar produzido no Caribe. Em contrapartida a essa “simbiose dialética da constituição de outra ‘região’” (OLIVEIRA, 1977, p. 35) que cortou a expansão do “Nordeste açucareiro”, emergiu um “outro Nordeste”, aquele da produção de algodão e da pecuária, no qual a classe latifundiária comandava o processo produtivo, reiterando a subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano. Com as mudanças, segundo Oliveira,

A imagem do Nordeste que as crônicas dos viajantes de fins do século XVIII e princípios do século XIX descreveram em termos da opulência dos “barões” do açúcar [...] começou a ser substituída pela imagem do Nordeste dos latifundiários do sertão, dos coronéis; imagem rústica, pobre, contrastando com as dos salões e saraus do Nordeste “açucareiro” (OLIVEIRA, 1977, p. 35).

Contudo, foi com avanço da industrialização a partir de 1930 que as diferenças regionais, enquanto parte de um espaço econômico capitalista unificado, se acentuaram. A “região do café” passa a ser a “região da indústria”: São Paulo seria o centro e Rio de Janeiro o subcentro, Minas Gerais e o Paraná seus limites e a expansão das fronteiras da região capturou os espaços vazios do Centro-Oeste.

Tal processo começa a redefinir a divisão regional do trabalho no país. Nesse sentido, coube ao Nordeste servir como reserva de força de trabalho disponível, uma vez que as migrações Nordeste-São Paulo constituíam um exército de reserva para suprir os postos de trabalho criados pela indústria e manter os baixos salários. Outrossim, os diferenciais da taxa de lucros começam a drenar o capital que estava sendo formado na região, favorecendo a criação

de um mecanismo de triangulação das trocas de mercadorias Nordeste-Exterior-Centro/Sul-Nordeste que deprimia a taxa de realização do valor do que estava sendo produzido no Nordeste e inviabilizada a reprodução do capital nordestino (OLIVEIRA, 1977).

A análise de Oliveira revela um aspecto contundente sobre a forma de desenvolvimento das regiões brasileiras. Considerando as contradições da reprodução do capital e das relações de produção entre as regiões do país, o autor vai dissertar que um conflito ficou em evidência: o conflito entre a região do crescimento, Centro-Sul, e a região da estagnação, o Nordeste.

Cria-se um conflito que, fruto de contradições, expressa a tendência do desenvolvimento regional desigual e seus desdobramentos são, em igual medida, combinados à expansão capitalista. Em síntese,

No momento em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tem seu lócus na “região” Sul comandada por São Paulo, o ciclo toma *espacialmente* a forma de destruição das economias regionais, ou das “regiões”. Esse movimento dialético destrói para concentrar, e capta o excedente das outras “regiões” para centralizar o capital. [...] Aparentemente, pois, sucede de início uma destruição das economias “regionais”, mas essa destruição não é senão uma das formas da expansão do sistema em escala nacional (OLIVEIRA, 1977, p. 65-66, grifos do autor).

No quadro geral das transformações ocorridas, o Nordeste se consolida como espaço periférico no interior da economia nacional. Tornou-se, então, foco daqueles preocupados com a questão do desenvolvimento. Celso Furtado alertava ser o Nordeste “a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento do seu povo, [...] no qual se mostram sem disfarces as malformações maiores de nosso desenvolvimento” (FURTADO, 1981, p. 119).

As características nordestinas eram, na visão de Furtado, os baixos níveis de renda, a descontinuidade de sua articulação econômica interna, a ausência de condições de gerar espontaneamente poupança necessária para crescer e uma classe capitalista com reduzida propensão a investir produtivamente na economia. Enquanto no Sul-Sudeste, relativamente integrado, prevalecia um maior nível de renda e dinamismo do núcleo ligado ao comércio internacional e do núcleo industrial, permitindo que sua produtividade média e as dimensões do

mercado interno chegassem a níveis elevados que permitia ao sistema condições para impulsionar seu próprio crescimento³⁸.

É com a ideia de superar os “desequilíbrios regionais” que surge o chamado planejamento regional para o Nordeste, culminando em diversas estratégias governamentais para alavancar o desenvolvimento econômico regional. O Estado, portanto, passa a intervir cada vez mais na economia, criando condições para avanço da atividade industrial na região.

No que tange aos eixos de ação da proposta estatal destacam-se (GUIMARÃES NETO E BRANDÃO, 2009):

- 1) Transferência de recursos para a região, voltada para transformar as estruturas rurais, implantar infraestrutura econômica e social e dar condições de desenvolvimento para médias empresas;
- 2) Modificações estruturais que melhorem as condições de vida e a capacidade de iniciativa dos trabalhadores rurais;
- 3) Aumento da participação regional na atividade industrial.

O Estado deveria se questionar quanto o lugar ocupado pelo Nordeste no país. Destarte, a Constituição de 1946 foi o primeiro passo para reforçar o objetivo de “integrar” as “regiões atrasadas” ao nível de desenvolvimento das áreas ricas do país. Tendo essa “integração” como meta, na década de 1940 e 1950, o Nordeste passou a contar com instituições que visavam enfrentar os principais obstáculos para o desenvolvimento. Foram criados, nesse período: o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), a Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco (Codevasf), a Companhia Hidro hídrica, o Banco do Nordeste (BNB) e, por fim, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A Sudene, principalmente, constituiu-se como a forma institucional do planejamento regional para o Nordeste. Foi criada em 1959, pela lei nº 3.692 de 15 de dezembro do mesmo ano, enquanto desdobramento da chamada *Operação Nordeste*, que configurou a atuação do Estado voltada para a integração regional. Anunciada em 1959 pelo presidente Juscelino Kubitschek,

³⁸ Cf. Guimarães Neto e Brandão (2009).

seu objetivo era dar à sociedade uma prova de que o governo tinha um plano capaz de modernizar as estruturas arcaicas nordestinas (LIMA, 2014). Ademais, tendo sua construção adensada pelos debates feitos no GTDN, liderado pelo economista Celso Furtado, a instituição além de uma estratégia do Estado para promover a “integração nacional”, foi uma resposta às lutas em curso e latentes no país.

Estava-se diante do caráter antagônico da luta de classes que se travava no Nordeste e constituía um risco para a “unidade e a segurança nacional”. Conforme documentos da própria Sudene (1962 apud Oliveira, 1977), a crescente pressão demográfica nordestina suscitava problemas sociais e políticos de “suma gravidade” para a expansão do capitalismo no Brasil, a exemplo do clima geral de insatisfação, ressentimentos em relação às áreas desenvolvidas e aparecimento de associações camponesas com vistas a lutar pelo direito à terra³⁹.

Esse conflito de classe que aparece também sob as roupagens de conflitos regionais ou dos “desequilíbrios regionais” resultou nessa intervenção “planejada” do Estado no Nordeste, a Sudene.

A burguesia industrial do Centro-Sul, caminhando rapidamente para a hegemonia, não tem escolha: é preciso submeter as classes populares do Nordeste ao seu tacão, mas numa situação em que suas próprias bases, seu “populismo”, começam a entrar em declínio, ela não atacará diretamente as classes populares do Nordeste, num movimento que visava evitar a confluência das forças populares em escala nacional: submeterá primeiramente sua irmã gêmea Nordeste, a própria burguesia industrial regional. A Sudene é esse ataque pelos flancos” (OLIVEIRA, 1977, p. 99).

Oliveira (1977), estudando as relações do Estado brasileiro com a sociedade brasileira e nordestina a partir da emergência das análises envolvendo planejamento regional, vai apontar que a Sudene consistiu em um empreendimento de uma audácia inédita na história nacional. A criação da Sudene, visando promover o desenvolvimento na região Nordeste, integrar a

³⁹ Foi no Nordeste que, neste período, o movimento das Ligas Camponesas, por exemplo, utilizou o Código Civil para combater a propriedade, o trabalho superexplorado e o “cambão”. Com a organização das Ligas Camponesas, os camponeses e semi-camponeses nordestinos ganharam visibilidade enquanto sujeitos políticos, desvinculando-se do coronelismo e do voto de “cabresto”.

produção regional à economia nacional e internacional e permitir a progressiva diminuição das desigualdades verificadas entre as regiões do Brasil, tornou o Estado também produtor no Nordeste.

Na crítica formulada pelo autor, as causas de emergência da intervenção estatal têm gênese nas contradições da própria economia nordestina, na sua articulação com a expansão econômica do Centro-Sul e nos conflitos de classe desiguais que ambos processos davam lugar, como vimos. A Sudene, assim, mesmo sendo apresentada por seus formuladores como um “sopro de esperança” para o Nordeste desenvolver suas capacidades, se colocava como “correia transportadora” da hegemonia burguesa do Centro-Sul para o Nordeste, pela via dos incentivos fiscais” para construir os consensos necessários à manutenção da hegemonia capitalista (OLIVEIRA, 1977, p. 26). Desde sua origem traz inscrita a marca da intervenção “planejada” no seu programa, refletida nos textos das leis de sua criação e de seus planos diretores.

Após a criação da Sudene, houve transferência de grupos econômicos do Centro-Sul para o Nordeste, implantando fábricas e unidades produtivas que asseguraram a “homogeneização” monopolista do espaço econômico nacional. Dados apontam que das 100 maiores empresas nacionais, incluindo as estatais, 24 passaram a ter projetos implantados ou em implantação no Nordeste. Na época, essas empresas faziam parte de 7 projetos industriais da Sudene, selecionados a partir de um corte de 100 milhões de cruzeiros. No que concerne à indústria, por exemplo, dos 16 subsetores que resumiam a estrutura industrial do país, 11 se reproduziram na estrutura nordestina (OLIVEIRA, 1977).

Para o economista Guimarães Neto (1977), esse crescimento industrial, após a criação da Sudene, possibilitou à economia nordestina acompanhar de perto o crescimento econômico brasileiro (entre 1960-1975) e até superá-lo (1975-1980), mesmo que ainda dependente dos grupos externos à região. De 1960 a 1967, o Nordeste cresceu mais do que o Brasil, com taxas de 4,4% e 3,9%, respectivamente. Entre 1968 e 1973, houve uma inversão dos índices, sendo estes: Nordeste (7,4%) e Brasil (10,9%). Já entre 1981 a 1983, as taxas foram novamente alteradas, ficando o Nordeste com 10,1% e o Brasil com 7% (idem).

Os dados indicam que do total de capital integralizado nos projetos industriais que receberam recursos do fundo de incentivo regional, cerca de 61%

estava sob controle de grupos extra regionais e 50% deles ao controle do capital de grupos do Sudeste sobre a indústria nordestina. Um controle que esteve centralizado em projetos baianos (71%) e pernambucanos (66%) (GUIMARÃES NETO, 1977).

Com a diversificação industrial, a estrutura do setor público se voltou cada vez mais para a produção de bens intermediários, em contrapartida à indústria de bens não-duráveis (alimentos, têxteis, calçados, vestuário), que era o segmento principal da fase anterior. Outro fator importante foi a modernização dos espaços agrícolas, principalmente com a irrigação. Os serviços modernos marcaram presença na vida urbana, ao passo em que a economia informal passou a invadir as grandes cidades (GUIMARÃES NETO, 1977).

Esses aspectos reunidos transformaram a economia nordestina e possibilitaram o surgimento e consolidação de áreas dinâmicas, dos complexos ou polos industriais, dos polos agroindustriais, culminando na heterogeneidade da economia regional.

Em que pese esses elementos, ao tratar do Nordeste, outra característica marcante da região não pode deixar de ser destacada: a tradicional incursão do poder privado no domínio político. Historicamente, foram firmados compromissos de troca de proveitos entre poder público e a influência dos chefes locais, expressamente os proprietários de terra. Analisada por autores como “coronelismo” (LEAL, 2012) ou “oligarquias regionais” (MONTEIRO, 2016), o que ficou conhecido como tradição nordestina vincula-se, diretamente, ao peso da estrutura agrária na política local.

Essa estreita relação entre o público (representado pelo Estado) e o privado (as grandes famílias proprietárias de terras), envolve uma articulação da União, dos Estados e dos municípios, na qual o “dono de terra” no poder estatal, é tido como benfeitor do povo, ainda que governe determinado por seus interesses próprios.

Trata-se, em outros termos, de um “sistema de reciprocidade” (LEAL, 2012), sustentado pelo prestígio dos donos de terras – coronéis – e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga. Nesse sentido, o “coronel”, operador da economia, se torna também “um ser profundamente político que interage com o Estado, servindo-o e dele se servindo” (idem).

Em Pernambuco, por exemplo, temos o anacronismo destas relações sociais transpostas para as cidades, via influência política e econômica das elites locais, usineiros e altos comerciantes, caracterizando a atividade agrícola na Zona da Mata, Agreste e Sertão. O historiador Zaidan Filho (s.d.), em seu ensaio sobre a tradição oligárquica e as mudanças em Pernambuco, destaca como exemplos dessa hegemonia das grandes famílias proprietárias de terras no comando da política estadual: a eleição de Carlos de Lima Cavalcanti – usineiro de grande poder econômico - para governo do Estado após a Constituinte de 1934; a escolha, feita pelo então presidente da República Getúlio Vargas, de Agamenon Magalhães para trazer “a emoção do Estado Novo” para Pernambuco; e a chapa composta pelo industrial e usineiro Cid Sampaio e Pelópidas Silveira, em 1958.

Ademais, no Estado, em meados das décadas de 1930, 1940 e 1950, grandes fábricas têxteis se consolidaram, sobretudo na região do município de Paulista, formando vilas operárias, nas quais os trabalhadores viviam aos redores e em função das fábricas. Lopes (2011) enfatiza que Paulista foi originada a partir de fábricas têxteis, sendo seu território monopólio do poder das empresas, pelo menos até os anos 1960. Segundo o autor (ibid.), a Companhia de Tecidos Paulista, cuja proprietária era a família Lundgren⁴⁰ (sobrenome que nomeia importantes bairros da cidade atualmente) era uma das maiores fábricas em escala internacional, constituindo uma vila operária de 6 mil casas em 1950 e com força de trabalho, no seu auge, em torno de 15 mil trabalhadores.

A cidade era a expressão do despotismo fabril, sendo o governo local exercido por aquela companhia têxtil. Um tipo de domínio peculiar, que Lopes (1988, p. 15) retrata como “padrão de cidade industrial em que ‘as chaminés’ subordinam ‘a cidade’” ou, em outras palavras “as fábricas subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção” (LOPES, 1988, p. 16), ao passo em que a própria fábrica é proprietária das casas onde moram seus operários e é promotora da vida social extra-fábrica, controlando a esfera da reprodução social da força de trabalho⁴¹.

⁴⁰ Família de origem sueca e de atividades comerciais de importação-exportação e fabris no ramo da pólvora. Cf. Lopes (1988).

⁴¹ Conforme Lopes (1988), a Companhia Têxtil de Paulista, para marcar sua dominação e beneficência social aos seus operários, tinha a preocupação em erigir prédios grandiosos e “monumentos”, tais como a construção da Policlínica Anna Elizabeth, na Igreja Santa Elizabeth,

O poder econômico da família tinha força imensurável junto ao poder municipal, expressando a simbiose privado-público como alicerce do domínio político na região, consolidada, na época, como importante centro industrial de Pernambuco. Desde modo, percebemos o quanto, do ponto de vista político, as famílias e a influência de seus monopólios econômicos, serviram-se do Estado e do quanto o próprio Estado direcionou-se, ativamente, para atendimento das necessidades econômicas dessas famílias, ao fim e ao cabo, fortalecendo a dominação econômico-político por parte das “oligarquias regionais”.

Com influência dessas articulações políticas, no que concerne à Sudene, Pernambuco, particularmente, foi um dos maiores beneficiados com as políticas estatais. O período de incentivo à industrialização propiciado após a criação da Sudene, representou a mudança do perfil industrial existente no Estado, que já era tido como destaque por ser centro industrial e comercial da região.

A economia pernambucana, até o início do século XIX, era marcada por uma grande tradição agrícola, nesta se sobressaindo, especialmente, a produção açucareira, com vasto território dedicado a essa atividade. Como já tratamos, esse ramo produtivo tem centralidade no desenvolvimento da economia regional e encontrou, no caso de Pernambuco, características naturais, como clima e solo favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar.

Lima (1996) disserta que a gênese da sociedade pernambucana advém da chamada “civilização do açúcar”. Apesar de outras atividades econômicas, tais como o cultivo de algodão, serem desenvolvidas no Estado, entre o século XIX e início do século XX, foi a atividade açucareira que ganhou destaque. Essa ocupou, segundo o autor, “as melhores terras do estado, a zona da mata, com uma cultura de exportação que exigia grandes quantidades de trabalhadores e grandes extensões de terra” (1996, p. 40).

A produção do açúcar e do algodão era voltada à exportação, expressando uma tendência de boa parte da produção brasileira até o início do século XX. Uma condição que criava uma dependência econômica e colocava a economia local à mercê das oscilações do mercado externo. Lima (1996) aponta

uma escola de aprendizagem industrial no seu território, organização de um parque e jardim zoológico no interior dos terrenos que circundavam a Casa Grande.

que essa situação vai explicar os períodos de ascensão e declínio da economia pernambucana.

Além disso, a produção de cana-de-açúcar passou por momentos de ampliação e retração determinados pelo comportamento dos agentes econômicos, como fornecedores de cana e usineiros (LIMA, PINTO & FERREIRA, 2012) e a concorrência dos produtos do Sudeste do país.

Diante da retração econômica que marca as primeiras décadas do século XX, é iniciado, como já indicamos, um processo de implantação de algumas indústrias nos setores têxtil, metalúrgico e alimentício, com vistas a dinamizar as atividades produtivas estaduais. A indústria têxtil, por exemplo, se desenvolve com base no excedente gerado pelo setor agrário-exportador. Já o setor metalúrgico inicialmente tem poucas instalações e baixa absorção de força de trabalho, mas tem essa configuração alterada a partir dos anos 1960, com o apoio da industrialização incentivada pelo Estado (LIMA, 1996).

Percebe-se com essa discussão que, no decorrer do século XX, inicia-se uma fase de crescimento e a economia pernambucana se diversifica com a formação de uma atividade industrial. Nesse período, recebeu uma maior quantidade de projetos industriais aprovados pela SUDENE. Segundo Lima (1996), entre 1960 e 1977 Pernambuco teve 342 projetos aprovados, seguido pela Bahia, com 264 projetos aprovados, e pelo Ceará, com 185. Ademais, entre 1963 e 1990, o Estado barganhou 17,5% de recursos, ficando atrás somente da Bahia que teve percentual de 29,4% (LIMA, 1996). Por conta, em parte, desses investimentos, o Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco cresceu 10,6% ao ano entre 1970 e 1975, à frente do Nordeste, que cresceu 10,2% ao ano (LIMA, SICSÚ E PADILHA, 2007).

Porém, o modelo de intervenção estatal no Nordeste, centralizado na esfera federal, encontrou limites a partir do final da década de 1970 e ao longo da década de 1980. Um processo que, na explicação de Lima e Lima (2010), ocorreu devido à reversão das condições de financiamento externo e à fragilização da situação fiscal do Estado, que se evidenciou no esgotamento de sua capacidade de intervenção.

O baixo crescimento, o desemprego, a valorização cambial e o neoliberalismo, debilitaram fiscal e financeiramente o Estado, nos três níveis de governo, esvaziando suas instituições de planejamento e suas estruturas e

instrumentos de desenvolvimento regional. Nesse contexto de crise econômica, financeira e fiscal do Estado, as transformações nordestinas perderam força, significando o esgotamento também do processo de desconcentração espacial na economia brasileira, registrado nos períodos anteriores.

Houve, desde então, uma descentralização do gasto público no país e uma elevação da autonomia dos governos estaduais para deliberar sobre assuntos econômicos. Com o papel da União menor em sua capacidade de reduzir as disparidades regionais, a Sudene foi redefinida. As modificações empreendidas à nível federal e estadual praticamente inviabilizaram a instituição como instância de planejamento do espaço regional.

Com a Sudene sendo esvaziada, conforme avaliação de Lima (2014), sua possibilidade de promover a cooperação regional e contribuir para um suposto “desenvolvimento nacional equilibrado”, como foi pensado por seus idealizadores, se tornou cada vez mais difícil.

As economias estaduais da região, por sua vez, passam a apresentar novamente declínio. O Estado de Pernambuco, ao qual estamos dando centralidade nessa discussão, de forma associada à menor participação nos incentivos fiscais da Sudene, inicia um período de menor dinamismo econômico, crescendo à média de 6,6% ao ano entre 1975 e 1980 (LIMA, SICSÚ E PADILHA, 2007).

Essa perda de ímpeto relativo vai ser acentuada na primeira metade da década de 1980. A média de crescimento anual caiu para 2,4% em Pernambuco, contra 4,4% no Nordeste entre 1980 e 1985. Uma perda mantida nos anos 1990, no qual Pernambuco teve média de crescimento do PIB de 2% e o Nordeste 3% (LIMA, SICSÚ E PADILHA, 2007).

Ocorre que a indústria de transformação em Pernambuco, que apresentou forte dinamismo nos anos 1970 (cresceu 13,1% ao ano na década), passou a sofrer quedas de produção dos anos 1980 em diante, tendo taxa média de crescimento de -1,2% entre 1980 e 1990 e de -1,3% entre 1990 e 1999 (idem).

Entre 1986 e 2005, a atividade produtiva total do Estado registrou somente um crescimento de 1,8% ao ano, porcentagem um pouco maior que o crescimento de sua população. O setor industrial em seu conjunto (indústria extrativa e de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública) teve uma taxa de apenas 0,4% ao ano e o seu núcleo industrial

constituído pela indústria de transformação registrou um declínio anual de aproximadamente -0,5% (GUIMARÃES NETO, 2011).

Esse encolhimento da indústria representou um claro processo de desindustrialização que foi se agravando na década de 1990. Quando são comparados dados de 1986 com os de 2003, fica evidente que o valor adicionado da indústria de transformação, em valores deflacionados, apresentou uma cifra 10% menor do que havia apresentado em 1986. A participação relativa na economia passou de 28% (1986) para 16,7% (2003) (GUIMARÃES NETO, 2011).

Dito isso, evidenciamos que ao passo que houve importantes alterações na economia regional e, em particular, de Pernambucano, ainda que contraditórias, após a emergência das políticas de desenvolvimento para o Nordeste criadas em âmbito federal, o declínio desse ciclo impactou negativamente as economias regionais, sobretudo no que diz respeito à indústria. Representou a entrada num ciclo de menor dinamismo econômico que só começa a ser superado via políticas de desenvolvimento criadas nos anos 2000, no chamado ciclo neodesenvolvimentista.

3.2. NORDESTE E PERNAMBUCO NO CONTEXTO NEODESENVOLVIMENTISTA

Na década de 2000, o Nordeste brasileiro registrou um novo momento de dinamismo, apresentando importantes transformações na sua base econômica. As mudanças relacionam-se com o avanço da soja nos cerrados da região⁴², a fruticultura irrigada, o ressurgimento da grande indústria e os projetos estruturadores, que alocaram na região montadoras, estaleiros, siderúrgicas, refinarias e a indústria farmacológica, além de pequenas e médias fábricas de calçado, confecções, alimentos e serviços tecnológicos.

⁴² Região sul dos Estados do Piauí e Maranhão e oeste da Bahia.

Existiria, segundo especialistas ligados às instituições governamentais e economistas (SUCHODOLSKI et al., 2014) um determinado “consenso” em torno da ideia de que o Nordeste passou a experimentar um novo momento, baseado no tripé políticas sociais, emprego e investimento. A região, nos anos 2000, estaria diante de um “encantamento” com os recentes investimentos, melhorias sociais e a redução das desigualdades.

O melhor dinamismo regional pode ser observado nos dados acerca do produto regional, que cresceu acima da média brasileira ao longo da primeira década do século XXI. O Nordeste apresentou, entre 1990 e 2010, incremento de sua economia da ordem de 80,2% enquanto a economia brasileira expandiu 77,8% (GUIMARÃES NETO E SANTOS, 2014). No que diz respeito ao percentual de participação relativa no PIB nacional, a região passou de 12,7% em 2000 para 13,8% em 2010 (idem).

Após o abandono dos instrumentos de planejamento e da fragilização da máquina pública durante a onda neoliberal do fim dos anos 1980 e ao longo dos 1990, o Estado vai ressurgir como investidor e promotor das bases do crescimento regional. Existiriam, “janelas de oportunidade” (CASTRO, 2014, p. 505) para melhor aproveitamento dos ativos reais e potenciais disponíveis para as regiões brasileiras menos desenvolvidas. Atualizando, nessa trilha, a tese de Celso Furtado sobre um projeto nacional de desenvolvimento integrado e de longo prazo, que tenha como horizonte uma estratégia para o Nordeste e demais regiões do país.

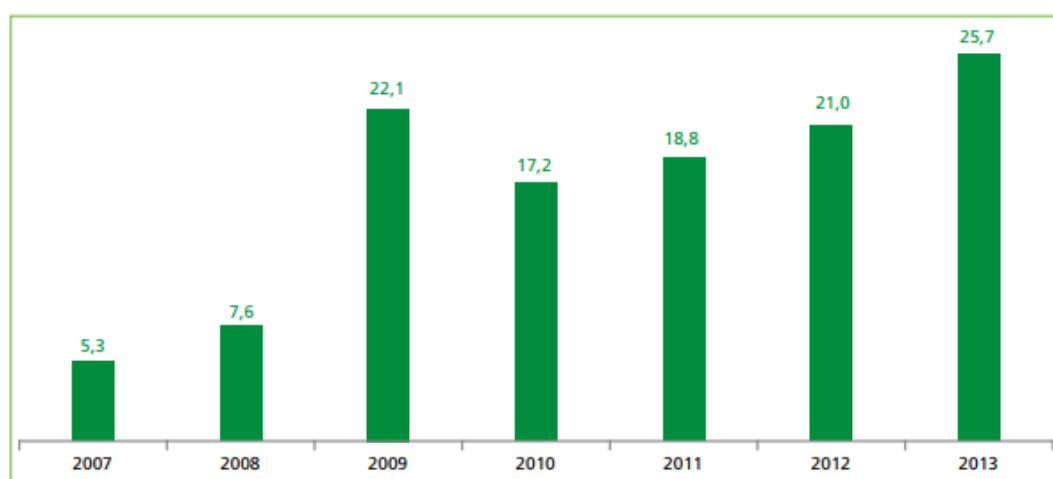
Em livro produzido pelo BNDES sobre o chamado “olhar territorial para o Nordeste”, o conjunto de autores deixa evidente o objetivo da política voltada à região na última década:

A questão fundamental passa a ser, portanto, como dar substância, enraizar e ampliar o impulso ao desenvolvimento. Daí o consenso sobre ser preciso que o novo modelo escolhido, além de atender à demanda já estimulada na região, promova uma mudança produtiva estrutural. Para além de complementar as deficiências existentes, foram enfatizadas estratégias focadas no apoio à infraestrutura social e do conhecimento; nas novas formas de aproveitamento do potencial próprio da região; e no fortalecimento e modernização das redes urbanas. Cultura, cidadania, inovação e sustentabilidade colocaram-se como temas centrais na discussão sobre as novas formas de desenvolvimento no terceiro milênio (ANDRADE et al. 2014, p. 30)

O Nordeste vivenciou um ciclo virtuoso de crescimento econômico e social, impulsionado por políticas setoriais vinculadas a esse projeto de “desenvolvimento regional”. Os programas de transferência de renda dos governos neodesenvolvimentistas tiveram forte impacto econômico na região, maior beneficiária do Bolsa Família (55% dos recursos são captados pelo Nordeste⁴³). Com isso, estima-se que, entre 2000 e 2010, o rendimento médio das famílias residentes no Nordeste cresceu 5,6%, quando a média nacional foi de 4,5%, e no Sudeste foi de 3,9% (BACELAR, 2014).

Ao mesmo tempo, aumentou-se significativamente o percentual de investimentos financeiros na região. Somente no que concerne aos investimentos do BNDES, no ano de 2013, foram liberados recursos para financiamento que atingiram a marca de R\$ 25,7 bilhões. Houve um aumento de 22% em relação a 2012 e um crescimento de quase cinco vezes do valor investido em 2007, que foi de R\$ 5,3 bilhões (SUCHODOLSKI et al., 2014). Vejamos no gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Desembolsos do BNDES para o Nordeste, 2007-2013 (em R\$ bilhões)



Fonte: (BNDES apud GUIMARÃES et al., 2014).

⁴³ Ver Bacelar (2014).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, durante o segundo mandato do presidente Lula da Silva, foi primordial para aumento dos investimentos governamentais no Nordeste. O programa, pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes no Brasil, promoveu a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Na avaliação do governo, “contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais” (BRASIL, 2018).

O PAC teve, nesse sentido, importância para o país durante a crise financeira mundial entre 2008 e 2009 e garantiu continuidade do consumo de bens e serviços, mantendo ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais.

Sete grandes projetos ou conjuntos de projetos de infraestrutura, ligados ao PAC, foram implantados, ou ainda estão em fase de implantação no Nordeste, com orçamento que chega à marca de R\$ 16 bilhões (GUIMARÃES NETO E SANTOS, 2014). São eles: a Ferrovia Nova Transnordestina, orçada em R\$ 5,4 bilhões; a Integração do Rio São Francisco, orçada em R\$ 4,7 bilhões; a duplicação da rodovia BR-101, com investimento da ordem de R\$ 2,8 bilhões; a construção ou revitalização de perímetro de irrigação, com orçamento de R\$ 1,4 bilhão; o conjunto de projetos de implantação, ampliação ou melhorias de sistemas públicos de esgotamento sanitário (R\$ 1,1 bilhão); os projetos do Programa Água para Todos, orçados em R\$ 402 milhões; a ferrovia Oeste-Leste na Bahia (R\$ 1,8 milhão); o Canal do Sertão Alagoano (R\$ 1,5 bilhão); projetos do Programa Luz para Todos (R\$ 1,4 milhão); a adutora do agreste em Pernambuco (R\$ 1,2 bilhão); a Vertente Litorânea Paraibana (R\$ 842 milhões); e a dragagem de aprofundamento e outras obras no Porto de Fortaleza (R\$ 588 milhões)⁴⁴.

Do ponto de vista da questão regional, o governo federal fortaleceu as economias e possibilitou uma atuação ativa via gasto em investimentos federais, objetivando a desconcentração produtiva nacional. No Nordeste, isso atingiu em cheio o setor industrial que, por exemplo, registrou taxas de crescimento

⁴⁴ Cf. Guimarães Neto e Santos (2014).

constantes, produzindo, em 2010, um valor adicionado bruto de R\$ 108,6 bilhões (GUIMARÃES NETO E SANTOS, 2014).

Outra resultante desse padrão de crescimento foi a capacidade de geração de empregos formais. Em dezembro de 2003, o Nordeste tinha um estoque de empregos formais de 4.296.397. Em 2010, no auge da expansão econômica brasileira e nordestina, esse estoque chegou a 8.010.839, significando uma taxa anual de crescimento na faixa de 6,4% (Rais/MTE apud BACELAR, 2014).

Um dos Estados marcados por esse novo ciclo de crescimento econômico no Nordeste foi Pernambuco. Nos anos 2000, em âmbito estadual, enfatizou-se o processo de re-industrialização e de modernização da economia. Importantes mudanças foram operadas no perfil econômico do Estado, cuja combinação de processos arcaicos e modernos vem sendo reforçada em face da implantação de grandes empreendimentos, que recebem apoio das forças políticas locais e nacionais no que concerne a incentivos e isenções fiscais, expansão de infraestrutura, base para instalação de empreendimentos privados, além de investimentos públicos diretos e indiretos. A cultura da cana-de-açúcar se mesclou com a robustez do setor industrial que cresceu⁴⁵ vertiginosamente nesse período.

A aliança política entre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e o governo estadual, sob direção do Partido Socialista Brasileiro (PSB), garantiu que Pernambuco fosse um dos Estados nordestinos mais beneficiados por verbas da União para obras e programas sociais⁴⁶, resultado da estratégia de manutenção e ampliação da “coalização política” do governo federal, com fins de garantir a governabilidade.

Eduardo Campos, governador do Estado, era aliado político e amigo pessoal de Lula da Silva. Em 2007, primeiro ano do mandato de Campos, a

⁴⁵ Segundo o perfil dos Estados disponível no Portal das Indústrias (2017), o PIB industrial de Pernambuco é de 24,8 bilhões. A indústria pernambucana exportou US\$ 1.253 milhões em 2016, sendo o Estado décimo terceiro colocado em exportações industriais do país.

⁴⁶ Cf. BRITTO, Carlos. Bahia e Pernambuco estão entre os estados que mais recebem verba do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.carlosbritto.com/bahia-e-pernambuco-estao-entre-os-estados-que-mais-recebem-verba-do-governo-federal/>>. Acesso em: 24/10/2017.

participação de Pernambuco no total das transferências voluntárias feitas pelo governo foi de 5%. Em 2010, último ano de gestão Lula, essas transferências alcançaram o patamar de 14,6%, o maior repassado aos Estados no ano (ESTADÃO, 2013). O valor chegou a ser de R\$ 994 milhões (idem), no período em que o governador disputava a reeleição com o apoio do PT.

Em 2014, já durante o governo de Dilma Rousseff, o valor repassado pela União para Pernambuco saltou: conforme dados que constam no projeto de Orçamento 2014, enviado por Eduardo Campos à Assembleia Legislativa de Pernambuco, este valor foi de R\$6,87 bilhões (REVISTA FÓRUM, 2014). Uma cifra 44% maior que as verbas destinadas no último ano do governo do presidente Lula da Silva (REVISTA FÓRUM, 2014). Ao assumir a presidência da República, Dilma repassou a Eduardo Campos R\$2,26 bilhões a mais que o presidente Lula da Silva (idem).

Outro dado importante diz respeito aos investimentos do BNDES destinados ao Nordeste. Pernambuco foi o segundo Estado mais beneficiado, conforme podemos observar no Gráfico a seguir:

Tabela 1 – Desembolso do BNDES por estados da Região Nordeste, 2007-2013 (em R\$ milhões)

Estados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total	%
Alagoas	89	151	261	588	860	518	953	3.420	2,9
Bahia	2.760	3.150	3.366	4.799	4.978	5.731	9.262	34.046	28,9
Ceará	448	961	1.969	3.592	2.489	3.009	2.484	14.952	12,7
Maranhão	293	1.092	1.599	1.327	2.702	3.772	3.919	14.704	12,5
Paraíba	107	279	370	482	727	589	980	3.534	3,0
Pernambuco	1.320	1.647	13.026	4.245	4.601	3.208	3.636	31.683	26,9
Piauí	171	77	820	697	379	785	868	3.797	3,2
Rio Grande do Norte	91	186	347	806	1.471	2.813	2.845	8.559	7,3
Sergipe	44	83	308	675	563	625	709	3.007	2,6
Nordeste	5.322	7.627	22.067	17.211	18.768	21.048	25.657	117.700	100,0

Fonte: (BNDES apud GUIMARÃES et al., 2014).

Além da aliança política PT-PSB ter sido fundamental para o desenvolvimento econômico estadual nesse período, devido a sua localização estratégica no Nordeste, Pernambuco teve vantagens para atrair investimentos

em centrais de distribuição e projetos industriais com maiores conexões externas. As linhas gerais das políticas voltadas para o Estado, por exemplo, ficam a cargo da Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco (AD Diper), que busca investimentos e desenvolve um Programa de Exportação para os produtos do Estado. Conforme a Agência:

[...] de 1999 a abril de 2004, por exemplo, 789 novos negócios foram atraídos para Pernambuco, representando investimentos privados na ordem de R\$ 7 bilhões. Estes investimentos geraram cerca de 48 mil empregos diretos. O Governo de Pernambuco investiu na modernização da infra-estrutura e criou um sistema de incentivos fiscais competitivo e abrangente, que prioriza o fortalecimento das cadeias produtivas e o uso da vocação logística do Estado como diferencial competitivo. (AD DIPER, 2007 apud LIMA, SICSÚ E PADILHA, 2007, p.532).

A AD Diper conta com uma equipe especializada para prospecção e acompanhamento desses investimentos. Seus gerentes de investimentos desenvolvem: facilitação de negócios, via apoio aos potenciais investidores em sua interlocução com órgãos públicos; monitoramento das empresas captadas com Protocolo de Intenções assinados, assim como elaboração dos protocolos de intenções firmados entre novos investidores e o Governo de Pernambuco; identificação de áreas para investimento; disponibilização de informações estratégicas sobre as melhores condições para se investir no Estado; articulação com entidades públicas e privadas relevantes para o processo de atração de investimentos; articulação com as prefeituras dos municípios pernambucanos visando identificar oportunidades para atração de novos investimentos; apoiar os municípios na atração de empresas e identificar entraves à competitividade e propor medidas para superá-los; e, por fim, recepção de missões nacionais e internacionais com foco em investimento e a difusão dessas informações (AD DIPER, 2018).

Dando suporte à ação da AD Diper, é mantido um programa de incentivos fiscais, o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE), oferecendo vantagens para empresas com interesse em se instalar, ou mesmo expandir sua capacidade, no Estado. Lima, Sicsú e Padilha (2007) apontam que esses incentivos têm prazo de 8 a 12 anos para atividades industriais, podendo ter as centrais de distribuição, consideradas como prioritárias, até 15 anos de incentivos sobre os impostos estaduais.

Nesse contexto, Pernambuco tornou-se “vitrine” de projetos federais em infraestrutura, fundamentais na promoção tanto das candidaturas no nível federal quanto estadual. Na tabela abaixo podemos observar os investimentos feitos através do PAC para o Estado.

Tabela 2 – Investimentos do PAC em Pernambuco/ Investimento por eixos (2015-2018)

INVESTIMENTO TOTAL	R\$ 41,39 bilhões
2015 a 2018	R\$ 28,46 bilhões
Pós 2018	R\$ 12,92 bilhões

EIXO	2015 A 2018 EXCLUSIVO (R\$ MILHÕES)	PÓS 2018 EXCLUSIVO (R\$ MILHÕES)	2015 A 2018 REGIONAL (R\$ MILHÕES)*	PÓS 2018 REGIONAL (R\$ MILHÕES)*
Logística	4.540,75	1.840,64	807,31	40,00
Energia	11.204,40	6.380,24	789,69	2,00
Social e Urbana	6.123,75	4.660,95	4.999,11	-
TOTAL	21.868,89	12.881,84	6.596,11	42,00

Fonte: BRASIL. Ministério do Planejamento e Gestão (2018).

Nessa dinâmica de atração de aporte financeiros para impulsionar a economia, o Produto Interno Bruto (PIB) estadual chegou a atingir taxas superiores aos índices nacionais. O PIB do Brasil cresceu, de 2005 a 2012, a taxas de 2,9%, 3,8%, 5,4%, 5,1%, -0,2%, 7,5%, 2,7% e 0,9%, respectivamente; já o de Pernambuco teve um melhor desempenho: 4,2%, 5,1%, 5,4%, 5,3%, 5,2%, 9,3%, 4,5% e 2,3% (IBGE apud VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). No quadriênio 2013, 2014 e 2015, mesmo já com os sinais da crise evidentes, enquanto o PIB nacional atingiu taxas de 2,3%, 0,1%, -3,8; Pernambuco ficou com médias de 3,5%, 2%, -3,5% (CONDEPE/FIDEM, 2017).

Esse novo potencial econômico estadual tem base nos grandes projetos estruturadores alocados no Estado, capazes de melhorar as condições de emprego e renda na região. Esses empreendimentos foram, em nossa análise,

centrais para impulsionar a dinâmica econômica e política pernambucana na última década.

Foi consolidado um Polo de Software com objetivo de dar visibilidade à economia digital de Pernambuco. O Porto Digital, como foi nomeado, é um dos principais parques tecnológicos e ambientes de inovação do Brasil. Com localização no Recife, abrange áreas de software e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa (EC), com ênfase nos segmentos de games, multimídia, cine-vídeo-animação, música, fotografia e design, também atuando, desde 2015, no setor de tecnologias urbanas como área estratégica. Atualmente, abriga 267 empresas, organizações de fomento e órgãos de Governo e cerca de 8.500 trabalhadores (PORTO DIGITAL, 2018).

Houve implantação de um Polo Farmacêutico, a partir da instalação da Empresa Brasileira de Hemoderivados (Hemobrás), situada em Goiana – Mata Norte do Estado. A companhia possui 259 trabalhadores(as) e tem folha de pagamento mensal de R\$ 2 milhões (JORNAL DO COMÉRCIO, 2017). Mesmo funcionando com 70% da fábrica concluída, distribui medicamentos via Sistema Único de Saúde (SUS) para todo o país. A expectativa é a de que a produção de hemoderivados possa gerar, além de elevação econômica estadual, o desenvolvimento da biotecnologia de ponta em toda a cadeia produtiva de hemoderivados, o que permitiria ao Brasil dominação das etapas do processo produtivo num setor concentrado em poucos países.

Foi formado um Polo Automotivo, com a instalação da Fiat – Montadora. O empreendimento visa criar um novo vetor de desenvolvimento, rumo à Zona da Mata Norte pernambucana, uma área favorável para os planos da Fiat Chrysler Automobiles (FCA). A inauguração da fábrica nessa localização propiciou redução nos custos e otimização dos prazos de terraplanagem, permitindo uma maior integração das operações e conferindo as vantagens logísticas que hoje são um dos pilares também da marca Jeep. Segundo informações do governo, até 2020, o Polo Automotivo responderá por 6,5% do PIB estadual e injetará R\$ 2,1 bilhões na massa salarial do Estado, a partir da geração de 47,5 mil postos de trabalho diretos e indiretos (PERNAMBUCO, 2015).

A Ferrovia Transnordestina é outro exemplo de empreendimento alocado em Pernambuco. De acordo com seu projeto, a ferrovia unirá Missão Velha/CE,

Salgueiro/PE e Petrolina/PE. Espera-se que impulse o desenvolvimento econômico de diversos setores em sua área de abrangência, sobretudo o polo gesso do Araripe e o polo agroindustrial de Petrolina e Juazeiro.

Também ganha destaque a obra de Transposição do Rio São Francisco, objetivando irrigar a região Nordeste e semiárida do Brasil, levando água para 12 milhões de pessoas em quatro estados: Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Por fim, encontra-se o conjunto de obras que se concentram no Complexo Industrial e Portuário de Suape, concebido como o grande exemplo desse “novo Nordeste”. Em nossa perspectiva, Suape, ao passo que impulsiona as mudanças econômicas em Pernambuco, também expressa as contradições do padrão de desenvolvimento levado a cabo nesta década, como trataremos a seguir.

3.2.1. Suape como expressão contraditória do crescimento econômico pernambucano

A emergência do projeto governamental de implantação de um “superporto” em Pernambuco deita raízes na década de 1960, e deve ser apreendida no contexto do impulso à industrialização e integração do Estado às cadeias nacionais e internacionais de produção e circulação de mercadorias. Este projeto é inspirado nos complexos industrial-portuários de Marseille-Fos, na França, e de Kashima, no Japão.

O plano diretor para a implantação começou a ser elaborado em 1973 e, no ano seguinte, o projeto foi aprovado pelo governo de Eraldo Gueiros Leite. Os estudos para viabilidade econômica ocorreram entre 1976 e 1977. Em 7 de novembro de 1978, por meio da Lei Estadual nº. 7.763, criou-se a empresa SUAPE – Complexo Industrial Portuário, com “a finalidade de administrar a implantação do distrito industrial, o desenvolvimento das obras e a exploração das atividades portuárias” (SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2017).

As primeiras operações ocorrem no ano de 1983 e ganham força em 1986, quando as empresas de combustível do Porto de Recife, BR Distribuidora, Shell, Texaco e Esso vieram para Suape, acelerando o projeto e seu funcionamento (SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2017). Era esse o objetivo de Suape: atrair empresas interessadas em colocar produtos no mercado regional ou exportá-los para outros países, como aponta Silva Júnior (2008).

No entanto, a partir de 2007, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), profundas transformações foram operadas em Suape e no seu entorno.

Com o PAC e sua proposta de apostar no “desenvolvimento” das economias locais, foram atraídos investimentos privados e públicos, convertendo Suape em um enorme “canteiro de obras”. Em 2010, período de forte ascensão econômica, no Relatório sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Suape, registrou-se um comparativo dos investimentos públicos dirigidos à Suape. Conforme os dados, entre 1995 e 1998, os investimentos foram de 155,0 milhões; entre 1999 e 2002, de 136,1 milhões; entre 2003 e 2006, de 147,6 milhões; entre 2007 e 2010, de 1,462 bilhão. O que demonstra um salto nos investimentos públicos direcionados ao território de Suape (SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2010). A Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (2015) registrou que, em infraestrutura, foram 2,2 bilhões de investimentos públicos.

No que concerne aos investimentos privados, o relatório supracitado apontou que, em 2006, ainda com o número de 81 empresas instaladas, a soma de investimentos privados já chegava a marca de US\$ 2,2 bilhões. Já entre 2007 e 2010, com 37 empresas em fase de instalação e 15 em fase de projeto, a soma de investimentos chegava a US\$ 17,0 bilhões, número superior ao de investimentos públicos, que demarca o grande investimento de capital privado que foi feito na região (SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2010).

Ademais, dados mais atuais indicam que o valor de investimentos privados já ultrapassa a marca de R\$ 50 bilhões, proveniente tanto de capital nacional quanto de capital internacional (SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2017). Estes teriam como atrativo os aportes públicos para garantir as infraestruturas portuária, industrial e viária necessárias. Somente em

obras, de 2007 até novembro de 2014, foram gastos R\$ 2,19 bilhões. Haviam sido pagos R\$ 139,4 milhões para a construção do acesso rodoviário aos estaleiros Atlântico Sul e Vard Promar, na terraplenagem do Conjunto Habitacional Nova Vila Claudete, destinado aos moradores de áreas de preservação ecológica e industrial de Suape, nos acessos viários aos Cais 4 e 5 e na reforma da torre de controle dos navios e na ampliação do pátio público de veículos (SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2014).

Figura 1 – Complexo Industrial e Portuário de Suape



Fonte: Suape/Governo de Pernambuco (2018)

Suape seria, portanto, o “território das oportunidades”, o que fez com que um discurso consensual fosse construído em torno da noção de pleno emprego, de status e de garantia de empregabilidade como promessas possíveis de realização a curto prazo. Na região e no Estado, de modo geral, Suape passou a ser tratado como um *oasis* ou *eldorado*, no qual comparece fortemente a ideia de um novo ciclo de desenvolvimento do Nordeste e, particularmente, de Pernambuco.

De acordo com dados oficiais divulgados, existem 200 empresas em operação (AD-DIPER, 2015), sendo: 27 empresas arrendadas ou com terreno próprio em operação no porto organizado; 2 empresas em operação na Zona Industrial Portuária (estaleiros); 59 empresas em operação na Zona Industrial; mais de 70 empresas instaladas em condomínios na área de influência de Suape; e outras 35 empresas em implantação no território de Suape. Estima-se que foram gerados mais de 25 mil empregos diretos, além de 40 mil na construção civil até 2014 (SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2015).

Além de ter sido realçado sob a ótica da capacidade de geração de postos de trabalho, Suape foi foco do discurso da qualificação profissional, dada a difusão da necessidade de tornar os trabalhadores pernambucanos aptos para as novas exigências do mercado de trabalho na região.

A questão da qualificação profissional dirigida à Suape se tornou um grande desafio para consolidar a atual dinâmica econômica de Pernambuco, pois envolve tanto as demandas empresariais quanto as dos próprios trabalhadores. Estes, por sua vez, passaram a incorporar a noção de empregabilidade, como uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho e a buscar os meios de qualificação e obtenção de competências, ora por iniciativas espontâneas, ora por ação direcionada pelo Estado e empresariado.

As instituições de ensino superior estiveram voltadas a garantir a qualificação da força de trabalho para as novas demandas. Parcerias, convênios e contratos promoveram uma mobilização em prol de especialização e formação profissional, priorizando-se investimento na formação tecnicista.

Véras de Oliveira (2013) assinala que a primeira grande ação de qualificação profissional no território de Suape foi a realização do Plano Setorial de Qualificação – PLANSEQ da construção civil, financiado por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e das empresas beneficiadas. A primeira edição, de 2007 a 2010, voltou-se à qualificação para maquinaria pesada, enquanto as outras duas edições estiveram centradas para segmentos mais leves.

Destacam-se também estratégias de qualificação envolvendo o Sistema S – SENAI, SENAC, SESI, SEBRAE. Este último, com as demandas do setor de petróleo e gás, em 2010, executou o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, do Ministério das Minas e

Energias, em parceria com a Petrobrás. De acordo com Soares Júnior e Martins (2010 apud VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013), o orçamento do PROMINP/SENAI-PE, referente ao ano de 2009 chegou à marca de 10 milhões, incluindo 14 cursos, 389 turmas e cerca de 6,2 mil alunos.

Outro exemplo foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, criado em 2011, pelo governo federal. Em Pernambuco, no ano de 2014, foram investidos R\$ 124,7 milhões no Pronatec (BLOG LUIZ MULLER, 2014). Em parceria com o Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE), foram ofertados cerca de 19 cursos em Ipojuca, tendo um total de 1.058 pré-matriculados, o que superou a quantidade de vagas existentes (PREFEITURA DE IPOJUCA, 2013).

Nas pesquisas acumuladas, detectamos que “obras desenvolvimentistas” foram direcionadas estrategicamente para a região de Suape. Foram obras de expansão, pavimentação e ampliação de rodovias, que facilitariam o acesso ao Porto de Suape, por exemplo: a construção do acesso rodoviário ao Porto-PE, tendo como órgão responsável a Secretaria de Portos da Presidência da República; a obra de duplicação da BR-101/NE, cujo órgão responsável foi o Ministério dos Transportes; e também o projeto de construção do Arco Metropolitano do Recife, cujo objetivo seria ligar Suape e a área industrial que vem se desenvolvendo no litoral norte do estado, sustentada por empreendimentos como a Fiat.

Esse conjunto de ações buscou dinamizar a economia pernambucana, no entanto, ao mesmo tempo em que marcou um “novo ciclo” de desenvolvimento do Estado, também gerou consequências diferenciadas, seja no âmbito social, ambiental e no mundo do trabalho⁴⁷. A implantação das empresas e a ampliação das obras em torno do Complexo, impactou diretamente os municípios situados no território estratégico de Suape, tendo sido o crescimento populacional um dos destaques (SANTOS, 2011). Vejamos abaixo:

⁴⁷ No documentário “Suape: Desenvolvimento para Quem?”, recentemente produzido e lançado em Recife por pesquisadores(as) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), estão retratados os negativos impactos sociais e ambientais produzidos pela implantação do Complexo, notadamente da Refinaria Abreu e Lima, sobre os territórios, dentre os quais se destaca a destruição de fontes de trabalho tradicionais, como a pesca artesanal, e a poluição das águas.

Tabela 3 – População estimada dos municípios do Território Estratégico de Suape, no período de 2005-2009.

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009
Cabo de Santo Agostinho	169229	172150	163139	169986	171583
Escada	58281	58450	59850	62163	62604
Ipojuca	67963	69523	70070	74059	75512
Jaboatão dos Guararapes	640722	651355	665387	678346	687688
Moreno	55516	56650	52830	55102	55659
Total	991711	1008128	1011276	1039656	1053046

Fonte: BRASIL, 2010 apud SANTOS, 2011.

É fundamental pontuar que esse aumento da população, relacionado à implantação dos empreendimentos na região foi sendo realizado sem planejamento e ajustamentos. Segundo Artigas (2013), “a região de Suape foi vítima de um intenso processo de favelização”⁴⁸. No município de Ipojuca é visível a ausência de infraestrutura, planejamento urbano, déficit habitacional nas áreas urbana e rural, além do que, as condições de sobrevivência da população mais pauperizada são marcadas pela precariedade⁴⁹.

Sobre esse processo, Santos (2011, p. 82) destaca:

Dependente principalmente da indústria canavieira por muitos anos, Cabo e Ipojuca tiveram uma mudança no seu perfil com o crescimento do turismo na região, mas a consolidação do Complexo Industrial e Portuário de Suape está fazendo com que a região deslanche no desenvolvimento e crescimento econômico, que só poucos parecem usufruir.

Do ponto de vista do mercado do trabalho, conforme aponta a administração do Complexo, cerca de 20% dos trabalhadores vieram de regiões externas ao território estratégico de Suape. No período em que as obras estavam em andamento, Silva (2013), em sua análise sobre o cotidiano dos homens em situação de alojamento em Suape, aponta que as idades de trabalhadores vindos de outras regiões variaram entre 18 a 68 anos, mas a grande maioria tinha entre

⁴⁸Desenvolvimento Excludente. Instituto Ciência Hoje, agosto de 2013. Disponível em:<http://cienciahoje.uol.com.br/especiais/reuniao-anual-da-sbpc-2013/desenvolvimento-excludente>. Acesso em: 27/05/2017.

⁴⁹ Cf. RIOS, Luís Felipe; LINS, Maria Betânia; QUEIROZ, Taciana; TEÓFILO, Isabel. Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape. Recife: Editora UFPE, 2015.

24 e 40 anos, sendo também esses trabalhadores vindos de fora, com exceção de trabalhadores/as da parte administrativa, todos homens.

Parte desses trabalhadores ficou instalada em “alojamentos construídos pelas próprias empresas, como o da Odebrecht, com capacidade para 1.296 trabalhadores; da Camargo Correia, com capacidade para 3.500; da KMA, que alojou 992 funcionários; e Conest, que comportou 3.688” (RODRIGUES, 2012, p. 41). Já a outra parte, contratados por empresas terceirizadas, moravam em casas alugadas na localidade, que foram adaptadas precariamente para servirem de alojamento (RODRIGUES, 2012).

Operários de várias regiões brasileiras, com qualificação tão diversificada quanto suas idades e cargas culturais, vieram para Suape. Porém, percebe-se que esses trabalhadores estão submetidos a condições degradantes não só no que concerne aos vínculos de trabalho, mas também no que diz respeito às suas condições de vida e reprodução social. As casas e alojamentos cedidos pelas empresas têm a precariedade como característica central, uma vez que recebem um número muito maior de trabalhadores do que a capacidade que possuem, não oferecendo também o mínimo conforto necessário (RODRIGUES, 2012).

Com o incremento da força de trabalho externa ao território de Suape, cabe notar que os trabalhadores residentes na região, por terem menor escolaridade, tendem a ocupar os cargos menos qualificados e de menores salários, conseqüentemente, com vínculos mais precários, assim como também habitam as periferias urbanas, em condições precarizadas (RODRIGUES, 2012). Segundo Santos (2011, p. 43), “a combinação de falta de acesso ao mercado de consumo com a falta de acesso a serviços públicos torna a população mais vulnerável aos agravos de saúde”.

Outro elemento a ser destacado são os altos índices de produtividade exigidos pelas empresas. Para atingir tais objetivos, a estratégia adotada é a expansão das jornadas de trabalho (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). O tempo das jornadas de trabalho, estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não pode exceder oito horas diárias⁵⁰. No entanto, como aponta a Federação dos Metalúrgicos (Fitemetal), as jornadas de trabalho em Suape chegam a doze

⁵⁰ BRASIL. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452compilado.htm>. Acesso em: 27/05/2017.

horas diárias, além do tempo gasto pelos trabalhadores até chegar ao local de trabalho. Conforme o diretor da Fitemetal, “os trabalhadores saem de casa para trabalhar às 4h e só retornam por volta das 20h. Porque, além das jornadas de trabalho serem extensas demais (12 horas por dia), eles precisam enfrentar um trânsito caótico” (JORNAL LEIA JÁ, 2012).

Entre as estratégias para prolongamento da jornada de trabalho, pode-se citar as “horas extras”. A “hora extra” é utilizada pelas empresas, tendo em vista que, em vez de contratar um novo trabalhador, ela consegue expandir o tempo de trabalho do trabalhador já contratado. Em seu estudo sobre o desenvolvimento e o trabalho na região de Suape, Moraes (2015) argumenta que a hora-extra é uma estratégia que acaba atraindo também os trabalhadores, pois esses não querem ficar “mal vistos” pelos empregadores ao se recusarem realizar as horas excedentes de trabalho e pelo fato desses trabalhadores, por receberem baixos salários, necessitarem complementar suas rendas, embora a submissão a esse processo elimine o tempo livre (tempo de descanso, de estar com a família, de viver etc.).

Além de baixos salários e prolongamento das jornadas de trabalho, na dinâmica erguida em Suape, busca-se construir uma cultura do trabalho que tenta naturalizar os processos de superexploração e precarização, que são agudizados com os novos regimes de contratação da força de trabalho, com empresas terceirizadas e, até mesmo, quarterizadas⁵¹.

Conforme Silva e Silva (2014, p. 75), os trabalhadores de Suape

compõem uma força de trabalho heterogênea, com níveis de escolaridade, faixa etária, e região de origem bastante diversificada. Esse quantitativo nos oferece um quadro das empresas que compõe este complexo, com regimes de trabalho, salários, benefícios, modalidades de contrato e controles diferenciados. Estas se organizam majoritariamente com base na formação de consórcios e de contratos terceirizados, o que também já nos revela o grau de superexploração a que os trabalhadores estão submetidos.

⁵¹ De acordo com notícia do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (2011), a maioria das empresas em Suape se organiza por meio desses esquemas de contratação, além de incluir também a formação de consórcios. A subcontratação é prática comum, sendo esse processo, para os trabalhadores, colocado não como tendência, mas como realidade. A terceirização – como justificativa para flexibilização das condições de trabalho – potencializa os processos de precarização, significando rebaixamento salários e dificultando a fiscalização por parte dos sindicatos das violações dos direitos dos trabalhadores.

Em Suape, apesar da mídia alarmar o *boom* de empregos que seriam gerados com a instalação dos empreendimentos, dados apontam para um alto índice de rotatividade nesses empregos⁵²: em 2012, no âmbito da construção civil, ocorreram 36.992 admissões e 29.451 demissões, deixando um saldo de apenas 7541 empregos fixos (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013).

Esse processo tem sido expandido, desde 2014, com o fim das obras na Refinaria Abreu e Lima e já sob sinais de esgotamento do crescimento econômico na região. Houve uma retração nas taxas de empregos em Suape. Em nota do Jornal do Commercio (2015), dos 45 mil trabalhadores de canteiros de obras da Refinaria Abreu e Lima, em 2015, só sobraram 3 mil remanescentes. As demissões em massa na construção pesada, metalmeccânica e no setor de fretamento, geraram a segunda maior desmobilização de trabalhadores da história do Brasil, perdendo apenas para a construção de Brasília.

O “progresso industrial”, o moderno, decaiu e, novamente, o setor canavieiro, “o atraso”, voltou com força como saída para o desemprego em massa. Segundo manchete do Jornal do Comércio (2015), a “cana atrai operários que antes estavam em Suape. O trabalho atual é pior, mas ruim mesmo é o desemprego”. O grau da crise em Suape, para os trabalhadores que saíram da Zona da Mata, trocando, há alguns anos, os seus empregos no setor sucroalcooleiro pelos postos de trabalho “bem melhores” que surgiram na construção da Refinaria Abreu e Lima, significou o “fim de um sonho” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2015).

De acordo com a Agência do Trabalho do Cabo de Santo Agostinho, no Grande Recife, das 150 pessoas atendidas por dia, pelo menos 90 eram ex-funcionários do Porto de Suape (G1 PERNAMBUCO, 2015). Notícia divulgada pelo site Uol notícias (2017), trouxe dados sobre o saldo de empregos em Ipojuca, desde a criação do PAC até os dias atuais. Respectivamente: em 2007, 2.439 empregos; em 2008, 2.862 empregos; em 2009, 4.792 empregos; em 2010, 15.842 empregos; em 2011, 7.991 empregos; em 2012, 3.708 empregos; em 2013, -149 empregos; em 2014, -22.827 empregos; em 2015, -16.706 empregos; em 2016,

⁵² Rotatividade nos empregos – que significa a substituição de um empregado por outro no mesmo posto de trabalho -, é, do ponto de vista do capital, funcional, pois as empresas demitem para contratar um trabalhador com salário menor, sobretudo quando há muito desemprego, como é o caso da realidade na região de Suape.

58; em 2017, -2.245 empregos (UOL, 2017). Um quadro alarmante se compararmos o período áureo de investimentos do PAC em Suape, em 2010, e o ano de 2017, cujo patamar é negativo.

Esse momento de esgotamento expressa os processos de crise cíclica que são inerentes ao processo de desenvolvimento do capitalismo e ao modelo neodesenvolvimentista que orientou o crescimento da economia no país nos últimos anos, como indicamos no primeiro capítulo desse trabalho.

Em 2016, após o agravamento da crise, cinco empresas deixaram de integrar Suape. Com o desenrolar das investigações da chamada “Operação Lava-Jato”⁵³, projetos comandados pela Petrobras ou que dependem da empresa, como a Refinaria Abreu e Lima, o polo naval e a Petroquímica Suape, sentiram os impactos do plano de desinvestimento da estatal. Algumas obras de melhorias na infraestrutura do porto, por exemplo, aguardam, desde 2013, inclusão nos lotes de licitação do governo federal (JORNAL DO COMÉRCIO, 2016).

Outrossim, a atração de investimentos, em 2016, também foi impactada. Com as incertezas geradas tanto pela crise econômica quanto pela crise política brasileira – esta última agravada após o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff e que culminou com o seu vice, Michel Temer, no poder, - as empresas “apertaram o botão de pausa” nos investimentos (JORNAL DO COMÉRCIO, 2016).

O andamento de licitações, com a troca de ministros feita por Temer, foi dificultado. O orçamento Geral da União, por exemplo, desde 2015, foi limitado e nem existe expectativa de liberação de recursos (JORNAL DO COMÉRCIO, 2016). A previsão para 2016 foi de um orçamento próprio de R\$ 118 milhões, abaixo da média de R\$ 300 milhões aplicada no complexo nos últimos anos (JORNAL DO COMÉRCIO, 2016).

⁵³ Iniciada em 2014, a “Operação Lava-jato” é tratada como sendo a maior investigação sobre corrupção conduzida até hoje no Brasil. Seu início teve como marco a investigação de uma rede de doleiros que atuavam em vários Estados e descobriu a existência de um vasto esquema de corrupção na Petrobras, envolvendo políticos de vários partidos e as maiores empreiteiras do país. Sobre a operação, no entanto, tem sido feito um conjunto de críticas, uma vez que tem tido na prática, essencialmente, um caráter determinado por relações interburguesas, expressas nos vazamentos seletivos de informações sigilosas e violação dos direitos e garantias fundamentais dos suspeitos (tal como a presunção de inocência), em especial daqueles vinculados à partidos de esquerda. A prisão arbitrária do ex-presidente Lula da Silva, mesmo sem terem sido esgotadas todas as possibilidades de defesa, é o maior exemplo desse processo.

Estaríamos, com a crise, diante de um “polo de obras inacabadas” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2017). Notícia divulgada pelo Jornal do Commercio, em agosto de 2017, listou os problemas centrais dos empreendimentos de Suape. A Refinaria Abreu e Lima foi responsável por parte significativa do prejuízo de 6,2 bilhões da Petrobrás com corrupção. Sem recursos, foi adiada a conclusão da segunda etapa da obra, que deveria ter sido inaugurada em 2015, sendo esta etapa apenas realizável em parceria com algum investidor. Não se descarta, inclusive, que o empreendimento seja vendido (JORNAL DO COMÉRCIO, 2017).

O Estaleiro Atlântico Sul tem seus sócios investigados na Lava-Jato. A “Sete Brasil”, que encomendou sete navios-sonda ao Estaleiro, foi apontada como uma “filial do petrolão” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2017). O empreendimento tem uma dívida de 1,6 bilhões, sendo 1,3 bilhão só com o BNDES. Ademais, só tem projetos em carteira até 2019, dependendo da Petrobrás para fechar novos pacotes de navios. A Petroquímica Suape deu um prejuízo de 2,5 bilhões, somente em 2016, e encontra-se em processo de venda para a empresa mexicana Alpek por 1,2 bilhão, valor bem inferior aos 9 bilhões investidos.

Suape se inseriu numa lógica ampla de desenvolvimento regional, principalmente pela promessa de combinar ações econômicas com melhorias sociais capazes de proporcionar dinamismo para a economia local, que poderia – pela proposta neodesenvolvimentista – gerar emprego, renda e desenvolvimento social. Porém, essa lógica estava permeada de limites. Os vultosos investimentos que foram atraídos pelas empresas, a massiva absorção de força de trabalho propiciada, os compromissos firmados entre Estado e empresariado no sentido de atender às exigências de prazos de conclusão das obras, além de gerarem impactos sociais profundos, no contexto de crise, não se sustentaram.

Ademais, as contradições emergentes no Complexo Industrial e Portuário de Suape, são expressão do próprio *modus operandi* capitalista, no qual a instalação de grandes empreendimentos ocorre *pari passu* à degradação das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Como vimos ao longo deste capítulo, em Suape convivem, em um mesmo espaço-tempo, empreendimentos com avançado nível de modernização, a exemplo do estaleiro, da petroquímica

e refinaria, com emprego de força de trabalho qualificada, e um entorno de atividades informais, desordenamento urbano e precarização das condições de trabalho e reprodução social. É expressão, como afirma Oliveira (2013), da “modernização conservadora” que marca a expansão do capitalismo no país, que se dá “introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 2013, p. 60).

Foi no contexto dessas contradições do “desenvolvimento” operado na região, que se registrou um quadro de intensas mobilizações e lutas dos trabalhadores. Os trabalhadores coletivamente organizaram suas formas de resistência, que se moveram em um terreno de permanentes tensões e questionamentos em relação à legitimidade e a representação sindical, como abordaremos no capítulo seguinte.

4. REVOLTA NOS CANTEIROS E SINDICATOS EM CRISE: OS CONFLITOS DO TRABALHO NO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DE SUAPE

“Estamos passando fome”⁵⁴. Essa é a situação exposta em faixas espalhadas por trabalhadores de empresas terceirizadas, Conduto e Efesa, vinculadas à Petrobrás e que prestam serviços no Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco. Uma faixa construída para um ato público, realizado em janeiro de 2015, às 7h da manhã de uma sexta-feira, mostra a realidade degradante vivida por operários das obras na região, tida como o “território das oportunidades”.

Rodeados pelo aparato da Polícia Militar, os trabalhadores, em solidariedade aos companheiros demitidos e que não receberam liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Seguro Desemprego, denunciaram as suas condições precárias de vida. Mais do que isso, a faixa nos faz questionar o próprio sentido do desenvolvimento operado no território pernambucano e seus limites definidos no contexto de crise econômica no Brasil.

Foram os trabalhadores, desde meados de 2011, que acirraram um conjunto de lutas, que aqui estamos chamando de conflitos do trabalho, e expuseram a contradição gestada em Suape. Reivindicando melhorias básicas para garantia de sua reprodução social, mobilizaram-se a ponto de não ser mais possível “silenciar” o que ali estava acontecendo, mesmo estando o país vivendo supostamente um “consenso” em torno do dinamismo econômico, da distribuição de renda e geração de empregos.

Conquanto, a retomada da dinâmica de mobilização social encontrou-se diante de uma verdadeira reviravolta “transformista” da direção histórica do movimento sindical brasileiro, resultando em inúmeras dificuldades organizativas para a classe trabalhadora.

⁵⁴ A frase que dá início a nossa discussão foi retirada de faixa exposta em fotografia divulgada no site oficial do Sintepav-PE, no ano de 2015, e que compôs parte do material documental dessa pesquisa.

Embora coloque os sindicatos diante de desafios, as manifestações com ascensão de um movimento operário massificado exigiu atuação tanto por parte dos sindicatos quanto do Estado. No processo, foram postos dilemas tais como o próprio questionamento acerca da representatividade das organizações sindicais, considerando que se expressaram outras formas através das quais a insatisfação dos trabalhadores foi canalizada.

Nesse capítulo, portanto, iremos caracterizar esses conflitos que emergiram em Suape, durante o período que tomamos como marco temporal de pesquisa (2011-2015) e que marca o *boom* e declínio econômico nas economias locais. Feito isso, iremos nos deter ao debate sobre o sindicalismo atuante no contexto das mobilizações dos trabalhadores, em especial, os posicionamentos e as estratégias sindicais empreendidas diante das lutas.

4.1. “LEVANTADOS DO CHÃO”: CARACTERIZAÇÃO DOS CONFLITOS DO TRABALHO EM SUAPE

As obras e os empreendimentos alocados no Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco, modificaram a dinâmica econômica, política e social do Estado e dos municípios situados em seu território estratégico. A realidade de Suape, na década de 2000, foi marcada por aglutinar um número considerável de trabalhadores, sobretudo com a propagação do discurso das oportunidades e geração de emprego.

Contudo, em contrapartida às diretrizes do chamado neodesenvolvimentismo brasileiro – articular grandes obras e projetos com melhorias nas condições de reprodução social da população -, um paradoxo foi sendo delineado. Ao mesmo tempo em que se ampliou a capacidade produtiva do Estado e economicamente se obteve taxas de crescimento, também foi produzida uma cultura que naturalizou os processos de degradação das condições de vida e trabalho dos trabalhadores, como vimos no capítulo anterior.

A eclosão de um conjunto de lutas construídas pelos operários das obras de Suape, passou a evidenciar esses outros aspectos da lógica que sustentou a prosperidade econômica estadual. Foram longas e diversas as paralisações nos canteiros que escancararam a realidade de degradação da vida e do trabalho naqueles locais.

Esse movimento, contudo, não foi realidade exclusiva de Suape. Foi registrado também em obras da Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, do Porto de Pecém, no Ceará, e da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, empreendimentos que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e que, na conjuntura de iniciativas sustentadas pelo discurso do “desenvolvimento”, rebaixaram as condições de reprodução dos trabalhadores, ainda que tenham promovido, até certo grau, o acesso ao consumo.

De acordo com Braga (2012), em 2011, 22 mil trabalhadores paralisaram suas atividades na Hidrelétrica de Jirau em Rondônia; 16 mil na Hidrelétrica de Santo Antônio; outros milhares na Hidrelétrica de São Domingos no Mato Grosso do Sul; seguidos de mais de 80 mil trabalhadores grevistas em diferentes frentes de trabalho na Bahia e no Ceará. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos apontou que, somente em março do mesmo ano, mais de 170 mil operários da construção civil entraram em greve (UOL NOTÍCIAS, 2013). Apesar dos acordos, as violações e as greves persistiram em Jirau e Santo Antônio, chegando a contabilizar mais de 43 mil operários parados no ano de 2012. (REPÓRTER BRASIL, 2012).

Em Belo Monte, no Pará, um projeto de 30 bilhões, que concentra mais de 25 mil trabalhadores, os intensos conflitos entre trabalhadores e empreiteiras foram notícia em rede nacional, além de ser tema de debate no que se refere à degradação ambiental e perda de território dos povos indígenas que viviam na região (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013). Em Belo Monte, cerca de 7 mil trabalhadores espalhados por todas as frentes de trabalho ficaram parados por 12 dias, em 2011. Igualmente ocorreu na realidade do Porto do Pecém, no Ceará - que tem como missão incrementar o transporte intermodal de cargas na região, pela oferta de infraestrutura, de programas, de sistemas e de parcerias que resultem em desenvolvimento socioeconômico para a população do Estado do Ceará - e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com aproximadamente 15 mil trabalhadores em greve.

Além disso, destacamos as mobilizações trabalhistas nas obras dos estádios da Copa do Mundo de futebol que, de 2011 a 2013, registraram 26 greves da categoria de trabalhadores da construção e da madeira, o que equivale a 1.165 horas de trabalho (REDE BRASIL ATUAL, 2014). A Cidade da Copa de Pernambuco, situada no município de São Lourenço da Mata, esteve incluída entre as obras da Copa que foram *lócus* de conflitos do trabalho.

Em Suape, as revoltas dos “peões dos canteiros” foram se acumulando, desde 2008, na medida em que as obras avançavam. As pesquisas acumuladas indicam que, referente ao ano de 2008, operários dos serviços de terraplenagem da Refinaria Abreu e Lima interromperam o trabalho por dois dias, tendo como pauta de reivindicação o pagamento de horas extras e de salários atrasados, bem como, no mesmo ano, trabalhadores do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), entraram em greve (SILVA E SILVA, 2014). A pesquisa das autoras ainda indica que, em 2009, dois mil trabalhadores do EAS se mobilizaram pelo pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), e, em 2010, trabalhadores do Consórcio Conest, paralisaram as atividades por não estarem de acordo com o plano de compensação das folgas de fim de ano e as diferenciações salariais.

Nos anos de 2011, 2012 e 2013, novamente, explodiram diversas mobilizações nas obras de construção da Petroquímica Suape e da Refinaria Abreu Lima e nas atividades do Estaleiro Atlântico Sul. De acordo com Silva e Silva (2014), os conflitos foram caracterizados por longas paralisações e processos de negociação, com participação de diferentes sujeitos sociais – trabalhadores, empresas e representações sindicais de ambas as partes.

No levantamento feito via notícias nas mídias sindicais estaduais (Força Sindical, CUT e CSP-Conlutas), constatamos a frequência das paralisações nos canteiros e empresas alocadas em Suape.

Em janeiro de 2011, 7 mil funcionários da Odebrecht atuantes em Suape fizeram paralisação pelo pagamento de auxílios firmados em acordo coletivo. Em março de 2011, 30 mil trabalhadores da construção pesada da Refinaria Abreu e Lima, fizeram greve visando romper a intransigência patronal de não negociar uma totalidade de 13 itens da pauta de reivindicação da categoria. Em agosto de 2011, cerca de 40 mil trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima e do Polo Petroquímico de Suape, suspenderam os trabalhos e decretaram greve geral. A pauta da luta esteve em torno do abono dos dias parados na última greve,

reajuste nos salários e no valor da cesta básica (FORÇA SINDICAL, 2011). No mês de setembro, um grupo de cerca de 800 funcionários do Estaleiro Atlântico Sul paralisou as atividades na empresa para reivindicar melhorias financeiras e nas condições de trabalho (FORÇA SINDICAL, 2011).

Em fevereiro de 2012, 10 mil trabalhadores da Odebrecht, responsável pelas obras da Petroquímica Suape, fizeram paralisação pelo pagamento da participação nos lucros e resultados. No mês de agosto foi a vez de 44 mil trabalhadores fazerem greve nas obras da Refinaria Abreu e Lima. O que voltou a se repetir em outubro, com cerca de 50 mil trabalhadores parados e em novembro tendo mais de 54 mil trabalhadores (FORÇA SINDICAL, 2012).

Em dezembro de 2012, cerca de 1.200 trabalhadores que atuavam na empresa terceirizada Jaraguá Equipamentos, responsável pela engenharia e montagem industrial da Refinaria Abreu e Lima, decidiram parar as atividades por conta da falta de pagamento de benefícios firmados em acordo coletivo de trabalho (FORÇA SINDICAL, 2012).

Como vimos, o conteúdo reivindicado pelos trabalhadores tratou-se de direitos historicamente já conquistados, em especial nos anos 1980 no contexto de acirramento da luta sindical no país. Nesse sentido, percebe-se que nos conflitos do trabalho em Suape, voltam à cena demandas tradicionais e históricas dos trabalhadores brasileiros, estes que estão cada vez mais subsumidos aos regimes de subcontratação adotados pelas empresas no intuito de flexibilizar e potencializar a produtividade e os lucros.

As principais reivindicações dos trabalhadores, conforme os estudos já sistematizados (RODRIGUES, 2012; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013; SILVA E SILVA, 2014; SILVA 2014, AMARAL, 2013), dizem respeito à falta de equiparação salarial, baixos salários, não pagamento de horas extras, falta de local adequado para banho, para alojamento e negligência das empresas na questão de acesso/ampliação a benefícios sociais empresariais (atendimento odontológico gratuito no canteiro de obras, auxílio residência, pagamento antecipado de passagens aéreas para trabalhadores que moram fora do Estado).

Já as práticas de resistências organizadas pelos trabalhadores foram desde atraso nas trocas de turnos de trabalho, paralisações das atividades até

bloqueio de rodovias de acesso ao Complexo e incêndios de ônibus e alojamentos das empresas (AMARAL, 2013; SILVA E SILVA, 2014).

Em 2014 e 2015 tais mobilizações voltaram a se repetir - em menor intensidade do que nos anos antecedentes -, porém centradas, basicamente, nas mesmas questões já citadas. Em abril de 2014, funcionários da Emtep Engenharia, que presta serviços para a Petroquímica Suape, cruzaram os braços denunciando as irregularidades cometidas contra os trabalhadores, desde assédio moral a atraso nos pagamentos de salários.

Em maio de 2014, trabalhadores da empresa Jaraguá fecharam a PE-60 e PE-09, vias de entrada de Suape, denunciando o atraso no pagamento de salários e benefícios. Em junho de 2014, dezenas de funcionários do Consórcio Fidens-Milplan fecharam a entrada da Refinaria Abreu e Lima. Conforme nota divulgada pelo Sintepav-PE, a mobilização começou porque fazia cerca de dois meses que 804 trabalhadores foram demitidos e ainda aguardavam pagamento dos direitos trabalhistas (SINTEPAV-PE, 2014).

Em agosto de 2014, 30 mil trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica Suape paralisaram as atividades por quatro dias, reivindicando melhorias e cumprimento dos direitos trabalhistas. Em setembro do mesmo ano, funcionários da empresa Emypro Brasil, responsável por serviços na Refinaria Abreu e Lima, paralisaram as atividades em protesto contra o descumprimento do acordo coletivo, especificamente no que diz respeito ao pagamento da participação nos lucros e resultados, plano de saúde e duração das jornadas de trabalho. Em outubro, trabalhadores da Enfil, empresa ligada à Petroquímica Suape, realizaram paralisação em favor de reajuste salarial, valor da cesta básica e adicional de periculosidade. Em novembro, por sua vez, funcionários da Refinaria realizaram um ato na Procuradoria Geral do Trabalho da 6ª região, denunciando o fato de estarem sem receber salários, tíquetes-alimentação e o valor da rescisão do contrato daqueles que foram afastados dos empregos.

Houve uma greve dos trabalhadores da empresa Alusa, que presta serviços à Petrobrás nas obras da Refinaria Abreu e Lima, ainda no mês de novembro de 2014. Estes denunciaram o atraso de salários em ao menos 60 dias e o clima de incerteza nos empreendimentos. Os mesmos trabalhadores voltaram a protestar, no mês de dezembro, na frente da Petrobrás situada em Recife. Ademais, esses problemas também englobaram empresas como a

Empresa Brasileira de Engenharia (EBE), incluindo a falta de pagamento das verbas rescisórias de cerca de 300 operários demitidos (SINTEPAV-PE, 2014).

Em janeiro de 2015, trabalhadores do consórcio Coeg – formado pelas empresas Conduto e Egesa – fizeram trancamento da rodovia que dá acesso ao Complexo de Suape, reivindicando a liberação imediata do FGTS e do seguro-desemprego dos funcionários demitidos. Segundo os trabalhadores, havia sido prometido benefícios como sorteios de premiações e bonificação salarial, caso os serviços fossem concluídos rapidamente. Porém, na realidade, o que ocorreu foi que as empresas não pagaram a segunda parcela do 13º salário, funcionários foram demitidos sem receber aviso prévio e nem o valor referente à participação nos lucros (SINTEPAV-PE, 2015). Os trabalhadores do consórcio, em julho e novembro de 2015, voltaram a realizar manifestações com a pauta do pagamento das verbas rescisórias. Entre as palavras expressas nos cartazes estavam: “Não temos nada a ver com a Lava-Jato. Queremos nossos direitos” (SINTEPAV-PE, 2015).

Em abril de 2015, trabalhadores pertencentes à Construtora Jole, AD engenharia, Barros Construtora, Alusa Engenharia e Acoplacion paralisaram as atividades. A categoria denunciava irregularidades nas empresas que prestam serviços à Petrobrás nas obras de construção da Refinaria Abreu e Lima. Os trabalhadores reclamaram da falta de 30% da periculosidade, cestas básicas, não cumprimento da convenção coletiva, equiparação salarial, da folga de pagamento e da falta de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Nota-se que, a partir do contexto de crise em Suape, foi desencadeamento um processo de demissão em massa após o fim das obras da Refinaria Abreu e Lima, que passou a ser denunciado, bem como a falta de cumprimento, por parte das empresas, do pagamento dos direitos trabalhistas.

O Ministério Público do Trabalho de Pernambuco (MTP) chegou a criar um órgão para monitorar as demissões em Suape: o Fórum de Recolocação de Mão de Obra de Suape (Remos), criado em 2013, sendo composto por representantes do MPT, do governo do Estado, da Petrobras, responsável pela obra, e empresas que fornecem para o projeto (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2013). A grande preocupação era a possibilidade de aproveitamento desses trabalhadores em outras empresas e qual a melhor forma de garantir o

pagamento das verbas rescisórias (ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, 2014). No entanto, os trabalhos realizados não tiveram seguimento e o Fórum logo foi extinto, deixando milhares de trabalhadores demitidos sem perspectiva de trabalho, ademais o grande impasse judicial que começou a marcar a relação entre operários e empresariado na região.

Assim, podemos afirmar que, em Suape, os conflitos deram visibilidade política tanto aos limites da lógica de desenvolvimento implantada em Pernambuco quanto aos trabalhadores e suas condições de trabalho. Os operários mostraram o descontentamento/enfrentamento com a situação ao qual estavam sendo submetidos às custas de um “crescimento econômico” dividido com poucos. Isso tudo, cabe dizer, apesar da grande “aceitação social” às principais formas de regulação social neodesenvolvimentistas impulsionadas pelos governos petistas (políticas de distribuição diretas de renda, aumento do salário mínimo, ampliação do sistema federal de ensino superior, políticas de ampliação do crédito consignado) etc.

Os operários que pareciam acomodados com sua condição de classe, revelaram-se insatisfeitos com as controvérsias emergentes, a exemplo do endividamento das famílias trabalhadoras, empregos de baixa qualidade, regimes exaustivos de trabalho e baixos salários, o que germinou uma “inquietação social”, entendida por Braga (2012) como uma prática política resultante do momento em que os trabalhadores percebem que a promessa de “avanços” e de “inclusão social”, por meio do “surpreendente desenvolvimento”, muito dificilmente seria efetivada.

Contudo, como já dissertamos, esses conflitos do trabalho ocorreram no contexto de crise sindical que impactou diretamente as práticas organizativas dos trabalhadores. Constatou-se um distanciamento entre o movimento organizado pelos trabalhadores e as representações sindicais, evidenciado, em parte, devido às estratégias de lutas e análises conjunturais construídas pelas centrais sindicais atuantes em Suape.

4.2. POSICIONAMENTOS E ESTRATÉGIAS SINDICAIS FRENTE AOS CONFLITOS DO TRABALHO EM SUAPE

4.2.1. Central Única dos Trabalhadores (CUT): sindicalismo de resultados e silenciamento das lutas

A Central Única dos trabalhadores (CUT) é uma das centrais com representação legal em Suape, atuando no contexto dos conflitos a frente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Pernambuco (Sindmetal). Fundado em 21 de novembro de 1935, o sindicato foi criado em uma época de grandes lutas da classe operária pela melhoria das condições de trabalho e garantia dos seus direitos. Atualmente, possui 46 diretores e tem em sua estrutura setor de homologação, setor jurídico, setor saúde (oferece serviços como clínica médica e odontológica), secretaria geral, comunicação e setor administrativo e financeiro.

Porém, apesar de ter desde seu princípio vinculação com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, as posições do Sindmetal e da CUT-PE em relação aos conflitos do trabalho em Suape foram marcadas pela ausência de confrontos e questionamentos com o patronato e a política de Estado.

Primeiramente, destacamos as próprias tendências que prevalecem nos informativos disponibilizados pelo sindicato, pela CUT/PE e CUT/Brasil. Há, se comparado com as outras centrais sindicais, pouca cobertura dos conflitos do trabalho em curso nos canteiros de obras brasileiros e pernambucanos, o que se colocou como dificuldade para construção de uma análise aprofundada do tema em nossa pesquisa. No máximo, foram noticiados atos e mobilizações de 1 dia de duração, além de ter havido uma prevalência de notícias que trataram de temas como acidentes de trabalho e demissões. Abaixo, vemos informativos feitos pela CUT, nos quais pode ser observada essa tendência.

Em Pernambuco é necessário aprofundar o debate sobre os trabalhadores do Complexo Industrial e Portuário de Suape/Cabo de Santo Agostinho, no que diz respeito, principalmente, aos acidentes de

trabalho, as condições de saúde, higiene e segurança, além do meio ambiente (CUT, 2011).

O Complexo Industrial e Portuário de Suape, não é somente desenvolvimento econômico e geração de empregos. Convocamos a população e os sindicatos para denunciar que no entorno de Suape e na Petrobrás têm pessoas que sofrem acidentes de trabalho quase todos os dias. Queremos alertar a opinião pública sobre trabalhadores que foram acidentados, sofreram mutilações e outros que chegaram até morrer. Vamos dar visibilidade a este grave problema vivido por trabalhadores e trabalhadoras de todos os setores produtivos do Estado (CUT, 2012).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT-PE) vem a público repudiar as demissões de trabalhadores nas obras da Refinaria Abreu e Lima (Rnest) e Petroquímica Suape (PQS), iniciadas na segunda-feira (20). Sem prévia notificação, centenas de trabalhadores das obras da Rnest foram surpreendidos após 20 dias de greve, com a informação de que estavam demitidos por justa causa (CUT, 2012).

No caso das demissões, a central sindical chegou a repudiar e considerá-las “absurdas, descabidas e arbitrárias” (CUT, 2012), reiterando a necessidade de contrapartidas sociais acompanhando essas obras com financiamento público estatal. Segundo afirma em seu jornal, as “obras que contam com subsídio público não devem levar em conta apenas o projeto e o financiamento, mas ouvir também os trabalhadores por meio das centrais” (CUT, 2011).

A CUT-PE, em algumas notícias, chegou a denunciar a situação dos trabalhadores na Petroquímica Suape, em 2012. Descreveu as condições de trabalho como “quase medievais” (CUT, 2012), prevalecendo a pressão das chefias e desrespeito aos direitos mais elementares dos operários. Por outro lado, em outras notícias destaca o dinamismo econômico proporcionado por Suape. Conforme Carlos Veras, presidente da CUT-PE,

O Estado de Pernambuco assumiu a responsabilidade de ficar na dianteira na retomada da indústria naval brasileira, desde o início do governo do presidente Lula. Os trabalhadores e trabalhadoras estão firmes e honrando essa luta (CUT, 2013).

Suape é a região que possui uma relevante contribuição no crescimento econômico e na geração de empregos, por isso é fundamental a defesa por mais empregos de qualidade, que garantam uma vida digna e os direitos fundamentais do trabalho (CUT, 2014).

A CUT toma uma posição dúbia, na qual, ao mesmo tempo em que faz algumas críticas, também defende o plano desenvolvimentista em Pernambuco. Reafirma sua defesa do projeto de desenvolvimento dos governos e pondera em

pautas polêmicas, como o caso dos acidentes de trabalho e demissões, que comprometeriam e levariam a questionamentos, se houvesse omissão, sobre seu papel de representação dos trabalhadores.

Notamos nos posicionamentos a publicização da articulação e diálogo com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com vistas à proposição de medidas que objetivavam ampliar o chamado desenvolvimento com inclusão social. Em 2011, ano que marcou a retomada do ciclo grevista no país, a CUT-PE, em detrimento da convocação dos trabalhadores para fortalecer os movimentos em curso nas obras do PAC, chama seus filiados para a “atualização da nossa estratégia, para nossa militância disputar o projeto de desenvolvimento para o Brasil” (CUT-PE, 2011).

A central sindical aponta ser basilar “aprofundar a reflexão sobre o desenvolvimento regional e o papel da CUT como protagonista nesse processo e mobilizar a base cutista em defesa do projeto democrático-popular defendido pela Central” (CUT, 2014). O mesmo projeto que o Partido dos Trabalhadores implanta em seus governos, é incorporado pela CUT. Isso dificulta distinguir a pauta de governo do projeto discutido com as bases da Central. Ou, em outros termos, nos faz questionar que o projeto do governo é o mesmo das bases sindicais, embora as greves dos trabalhadores expressem o contrário.

Nos seus jornais, avaliando o ano de 2011, por exemplo, a CUT-PE silencia sobre as mobilizações em Suape e destaca as vitórias eleitorais que a solidificaram enquanto a maior Central de Pernambuco e do Brasil.

Em muitas eleições sindicais vencemos, outras poucas perdemos. Mas o fortalecimento do modo cutista de fazer a luta sindical, em todos os momentos se fez algoz dos que não tratam com seriedade a luta dos trabalhadores/as brasileiros. Vitórias, lutas diversas, seriedade competência e compromisso se fizeram presentes no ano de 2011 (CUT-PE, 2012).

Há uma preocupação reiterada com a sustentação de suas próprias estruturas e representações internas. A CUT constitui uma burocracia sindical preocupada com sua burocracia interna e que se ausenta dos esforços de organicidade com a classe em processo de confronto, forjando, nesse sentido, uma tensão entre representação sindical e organização das lutas.

Ainda que afirme as pautas da autonomia e liberdade sindical, ao tratar dos desafios e dificuldade em relação ao processo de hegemonia política, aponta ser necessário que “o governo avance com a gente com o objetivo de sermos sempre vanguarda da luta social” (CUT-PE, 2011). Ou seja, atrelam o avanço das lutas sindicais à pauta governista, mesmo que algumas bandeiras históricas de luta sejam mencionadas e tidas como atuais. Se, por um lado, tivemos os trabalhadores organizados denunciando as precárias condições de trabalho, por outro, tivemos a CUT-PE marcando a mesma posição dos governos:

O país está crescendo, distribuindo renda, longe do que nós esperamos. Hoje, está mais fácil adquirir carro, comprar um imóvel, entre outros bens. [...] O Brasil está às vésperas de uma Copa do Mundo e precisamos estar preparados não só para a Copa, mas para a pós-Copa (CUT-PE, 2012).

A ideia de um país que esteja bem economicamente e socialmente é alardeada e a CUT centra as expectativas sindicais nas discussões no Congresso Nacional, repudiando grupos que demonstram intenção de desestabilizar o projeto de desenvolvimento defendido e que ajudaram a construir. Em artigo produzido pelo presidente estadual da Central, Carlos Veras, enfatiza-se o crescimento econômico de Pernambuco, a “China Brasileira”.

O Estado de Pernambuco é o que mais cresce no Brasil e, também, o que mais concentra investimentos industriais, apresentando uma série de problemas de ordem social e trabalhista que *cabe aos trabalhadores organizados enfrentar ao lado do governo e dos empresários*. Nós da CUT-PE vamos ampliar essa discussão sobre as perspectivas de futuro da classe trabalhadora *de forma integrada, com uma plataforma de desenvolvimento com equilíbrio e distribuição de renda* (CUT-PE, 2013, grifos nossos).

A ideia da conciliação de interesses entre trabalhadores, governo e empresariado se faz presente e se materializa na defesa desse projeto de integração do “desenvolvimento com equilíbrio”. Nos textos, a CUT assinala o processo de avanços nos governos petistas, sobretudo por tratar o Nordeste de forma diferenciada em relação ao Sul, no que tange aos investimentos, sendo necessário ampliar essas “vitórias” no âmbito da política agrária. Nesse sentido, na defesa da pauta dos trabalhadores, entende que deve exigir participação nas discussões estratégicas sobre o futuro do país, nas vias institucionais.

A CUT ressalta em suas análises conjunturais que os programas sociais, iniciados no governo Lula da Silva, “deram origem a um processo de reversão de desigualdade” (CUT, 2011). A política de valorização do salário mínimo implantada pelos governos é valorizada por ser conquista das centrais sindicais e por ter possibilitado, de acordo com a avaliação da CUT, o brasileiro investir em qualificação e o país permanecer em um “ciclo virtuoso”.

Outro elemento que analisamos foi a crítica ao projeto neoliberal e a afirmação de um compromisso com um suposto projeto de “integração e cooperação solidária” (CUT, 2012) para superar as heranças do neoliberalismo nos continentes. Não articulam, nessa formulação, as determinações que estruturam o capitalismo nos países da periferia capitalista mundial e o que alicerça o projeto de “integração”, entenda-se “conciliação de classe”, dado cabo pelos governos na década de 2000.

A Central, nessa perspectiva, encabeçou a campanha de reeleição de Dilma Rousseff, em 2010 e 2014, e a posição em relação ao mandato se esquivou de críticas à política de desenvolvimento implantada no país. A CUT, pelo contrário, manteve a avaliação progressista da agenda implantada.

[...] o compromisso estabelecido desde o ano de 2003 tem sido a busca do pleno emprego da força de trabalho com a elevação do poder aquisitivo das remunerações. O resultado tem sido a redução da pobreza e da desigualdade social (CUT, 2014).

Enfatiza-se que os principais acertos dos governos foram marcados, justamente, pela capacidade de ouvir o movimento sindical e absorver propostas apresentadas antes das tomadas de decisão. Ademais, entre os ganhos estaria o PAC e, nas palavras da central sindical, os investimentos públicos “acertados porque confirmam a vocação do Estado como indutor do desenvolvimento” (CUT, 2010).

Nas discussões acerca do PAC e, diante da eclosão da onda de mobilizações dos trabalhadores nas obras, é que a CUT, minimamente, relata os acontecimentos nos empreendimentos alocados em Suape. Contudo, a presença sindical nas empresas, que deveria cumprir função importante na formação de uma consciência de classe coletiva entre os trabalhadores, é

limitada pelo próprio acordo coletivo assinado pelos dirigentes sindicais, atendendo os interesses patronais.

No caso do Sindmetal, conforme Convenção Coletiva (2011), o acesso dos dirigentes sindicais às empresas ocorre observando as seguintes condições:

- a) Comunicação prévia ao representante legal da empresa com antecedência de 48 horas, informando da pauta a ser tratada;
- b) Uma vez por bimestre e por empresa;
- c) A empresa indicará local e combinará a hora do encontro;
- d) Faculdade da empresa de indicar um representante para presenciar o encontro;
- e) Proibição de utilização do acesso para a realização de assembleia;
- f) Duração de 30 minutos por acesso;
- g) Proibição de divulgação de matéria político partidária ou ofensiva ao empregado ou seus representantes legais.

São postas dificuldades que impactam os processos de articulação coletiva dos trabalhadores via sindicatos, quais sejam: a submissão ampla ao patronato para realização de reuniões e o monitoramento das pautas a serem discutidas, incluindo a censura de pautas políticas e críticas aos patrões e suas representações.

Ademais, no que concerne às estratégias de atuação nas lutas dos trabalhadores, descritas nesses mesmos Acordos Coletivos de Trabalho defendidos e firmados pela CUT-PE, também não se evidencia, nem em suas descrições formais feitas nos acordos nem nas práticas sindicais propriamente ditas relatadas nas notícias das mídias sindicais, elementos dirigidos à formação política dos operários.

No documento em questão, particularmente na parte que trata das relações sindicais, é feita menção aos “mecanismos de solução de conflitos”. Nestes, centralmente, cabe, mediante “conflitos de interesses” entre empresas e trabalhadores, convocação de uma Comissão Paritária, composta por membros integrantes de ambas as categorias, cuja competência deve ser “apreciar questões que envolvam matéria pertinente à segurança e saúde dos trabalhadores” (CUT-PE, 2011).

Em outros termos, recorre-se às negociações com as empresas, prioritariamente, enquanto recurso de “solução” dos conflitos, característica do “sindicalismo de resultados” predominante a partir da década de 1990 no Brasil. Em trecho retirado do jornal da CUT Brasil, fica evidente o peso dado pela central sindical às saídas negociais. Vejamos:

Na busca por dignidade dos trabalhadores que atuam ou vão atuar nas grandes obras e também para todo o setor da construção civil, a CUT e suas entidades filiadas – depois de muita cobrança e aviso ao governo federal e após sérios conflitos em canteiros de obras de diferentes pontos do território nacional – conseguiram colocar na mesma mesa de negociação trabalhadores, governo e empresários para elaborar um compromisso nacional que equivale a um acordo coletivo. Acreditamos que esse documento, se levado a sério, pode garantir um novo patamar de direitos para os operários desse ramo (CUT, 2011).

A CUT disse “apoiar de forma irrestrita a luta dos trabalhadores de Suape, por melhores condições de trabalho, remuneração digna, respeito e valorização profissional” (CUT, 2012). Mas a resposta dada aos conflitos em curso foi unicamente a formação de um grupo tripartite para discutir alternativas de criação de consensos entre os sujeitos envolvidos. Como resultado, em 2011, firmou-se um compromisso, que a própria central divulga como “facultativo” aos empresários e trabalhadores, sobre formalização, jornada de trabalho, igualdade de oportunidades, saúde e segurança, representação sindical no local de trabalho, intermediação da força de trabalho e práticas sindicais na indústria da construção civil. O acordo nacional foi intitulado de Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção.

Em outro trecho do jornal sindical, reafirma-se a estratégia de “resultados” prevalecente do sindicalismo da CUT, bem como a tendência de legitimação do ideário desenvolvimentista dos governos do PT.

Defendemos a distribuição de renda e a valorização do trabalho, tendo como premissas a liberdade sindical e a *consolidação da negociação e acordos coletivos* (CUT, 2013, grifos nossos).

Para a CUT, o crescimento da economia brasileira deveria ser motivo de orgulho e a função dos sindicatos é “transformar a riqueza em distribuição de

renda” (CUT, 2013). As negociações com o empresariado e o governo seriam, nessa linha, a melhor saída para consolidar esse projeto em “prol de todos”.

Somente em 2015, diante da conjuntura de ajuste fiscal e possíveis aprovações de legislações contrárias aos trabalhadores no mandato de Dilma Rousseff, outrossim já com o governo estadual do PSB sendo oposição ao PT, que se percebeu uma inflexão nas posições cutistas acerca dos governos, embora mantenham críticas limitadas à política geral.

A CUT organiza a paralisação nacional contra as Medidas Provisórias 664/665 e o Projeto de Lei 4330 da terceirização. Em Pernambuco, chega a repudiar a arbitrariedade da Polícia Militar e a prisão de dirigentes sindicais que participaram dos atos ocorridos nas proximidades do Estaleiro Atlântico Sul, em Suape, ainda reafirmando o diálogo como saída necessária.

Não é a primeira vez que a PM em Pernambuco comete truculência e violência contra os trabalhadores metalúrgicos, servidores públicos municipais, estaduais, federais, além de trabalhadores rurais. A violência exacerbada e abusiva a qual os companheiros do Sindmetal-PE foram vítimas soma-se à falta de diálogo efetivo e necessário (CUT-PE, 2015).

Além de serem poucas as notícias que tratem diretamente dos conflitos do trabalho nas obras, contabilizamos apenas duas que fazem menção à arbitrariedade policial nas intervenções durante as paralisações nos canteiros de obras.

De maneira geral, notamos que, por parte da CUT, pelo menos no que tange ao noticiado nas mídias sindicais, a postura que prevaleceu foi de “silenciamento” das lutas em curso. São poucos os informativos acerca das reivindicações dos trabalhadores e das táticas de lutas organizadas, sendo a prioridade da central dada às saídas negociais em andamento junto com o governo e o empresariado – classes “integradas” para ampliação do desenvolvimento econômico com ganhos sociais.

As análises conjunturais e estratégias de “luta” da CUT seriam o “puro sangue” do neodesenvolvimentismo brasileiro dos governos do PT, ao passo que se relacionam na defesa e implantação das pautas do governo em detrimento da publicização das demandas dos trabalhadores e participação protagonista nos conflitos do trabalho em Suape.

4.2.2 Força Sindical: sindicalismo a serviço do capital

A Força Sindical é outra central sindical com forte atuação em Suape, por meio do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem no Estado de Pernambuco (Sintepav-PE), representante legal de grande contingente dos trabalhadores inseridos nas obras de construção da Refinaria Abreu e Lima. A criação do Sintepav-PE deu-se oficialmente em período recente, no ano 2000. Entretanto, a entidade ganhou força política a partir do “boom” de Suape e das grandes obras de infraestrutura que marcaram o período neodesenvolvimentista, a exemplo da construção da Refinaria Abreu e Lima, obras da Copa do Mundo, construção do Estaleiro Atlântico Sul, Transposição do Rio São Francisco e Ferrovia Transnordestina. No período de apenas um ano, entre 2010 e 2011, o número de trabalhadores representados pelo Sintepav-PE saltou de 10 mil para 40 mil operários (FORÇA SINDICAL, 2011).

O crescimento quantitativo de sua base de representação em obras estratégicas no contexto neodesenvolvimentista confere a Força Sindical um robusto poder político direcionado para o fortalecimento de sua própria estrutura e burocracia sindical orientada para a negociação com o empresariado e a judicialização dos conflitos.

No período analisado, as análises conjunturais desta Central estão em geral orientadas para o apoio do projeto neodesenvolvimentista e ao crescimento econômico verificado no período, com conseqüente geração de empregos. Embora faça menção as precárias condições de trabalho e as questões salariais, estes problemas não são situados como expressão da contradição capital-trabalho mas, antes, como expressão de uma “falta de entendimento” do empresariado sobre as necessidades de trabalhadores a serem garantidas, portanto, por meio do diálogo e da negociação “pacífica”. Não se verifica, em nenhum dos documentos analisados, uma crítica contundente ao modelo de desenvolvimento capitalista em curso no país. Os conflitos do trabalho são demarcados em relação ao Governo Federal, especialmente à ausência de canais de diálogo com as centrais que marcam os governos de Dilma Rousseff

e, posteriormente, a denúncia da criminalização e monitoramento pelo governo federal da movimentação sindical em Suape no período de oposição à proposta de regulamentação dos portos (2014).

A atuação sindical se coloca como representação de trabalhadores nestes espaços de negociação para firmar Acordos Coletivos de Trabalho com vistas a “pacificar temas relativos às relações de trabalho e ação sindical” (FORÇA SINDICAL, 2011). Esta atuação sindical direcionada à negociação com resultados condicionados à “pacificação” dos conflitos e interdições à sua expressão se materializa nos acordos coletivos firmados pelo Sintepav-PE em relação à Suape e, nacionalmente, pela Força Sindical para garantir o bom andamento das obras do PAC para sustentar a atividade econômica e a geração de empregos, com respeito aos direitos e condições de trabalho. A estratégia sindical é, assim como no caso da CUT, definida pela política do governo, isto é, pelo pacto do projeto neodesenvolvimentista.

A expressão mais cabal dessa orientação é o grande acordo nacional firmado em 2011, entre Governo Federal, empresários e centrais sindicais – o Compromisso Nacional da Indústria da Construção para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho – com o objetivo de garantir “um patamar mínimo de direitos” aos trabalhadores nos canteiros de obras e “prevenir eventos como os ocorridos no início de 2011”, quais sejam, as grandes greves e paralisações dos trabalhadores nas obras de Jirau e Santo Antônio (RO), Pecém (CE), Usina São Domingos (MS) e Refinaria Abreu e Lima (PE).

O objetivo do compromisso é estabelecer um clima de negociação permanente e entendimentos entre trabalhadores e empregadores no setor da construção, grande responsável pelo aumento da atividade econômica e do emprego nos últimos anos e que continuará a desempenhar um papel fundamental na economia nacional doravante, em função das obras do PAC, da Copa do Mundo e das Olimpíadas (FORÇA SINDICAL, 2011).

Nas grandes greves ocorridas em Suape, no ano de 2011, embora afirmem o apoio aos trabalhadores, a estratégia do sindicato está voltada para a negociação com o patronato e posterior diálogo com os trabalhadores para informar das decisões. A entidade de classe atua como mediadora do conflito e não há menção ao papel que cumpre à frente das mobilizações. A tensão entre

representação e organicidade às lutas dos trabalhadores se revela drasticamente no conflito que eclode durante a greve deflagrada em agosto de 2012, na Refinaria Abreu e Lima, quando um grupo de trabalhadores recusou acordo feito pelo Sintepav com o patronato o que, conseqüentemente, levou a greve anunciada pelos trabalhadores a ser declarada ilegal pela Justiça do Trabalho. Após Assembleia, parte dos trabalhadores ateou fogo em sete ônibus em manifestação contra a atuação sindical.

A posição de estarecimento e dificuldade de estabelecimento de uma relação política com os trabalhadores em conflito é reconhecida pelos dirigentes deste movimento sindical, quando eclodem as principais greves nos canteiros de obras do PAC, em 2011, revelando a burocratização das estruturas sindicais no país. Conforme noticiário, um dos dirigentes da Força Sindical reconhece que “tanto a FS quanto a CUT não tem experiência para lidar com multidões. Naquela região de Jirau, construíamos no máximo uma ponte ou um prédio, empregando no máximo mil pessoas. Estamos lidando com 20 mil” (FORÇA SINDICAL, 2011).

A resposta do Sindicato frente a estas grandes paralisações foi de não reconhecimento e criminalização das formas de protesto destes grupos de trabalhadores, como se destaca no pronunciamento do Presidente do Sintepav, ao afirmar que “trabalhador não bota fogo em ônibus, não usa armas brancas nem apedreja ninguém. Estes atos terroristas que mancham a imagem do Estado de Pernambuco precisam ser apurados e punidos severamente” (SINTEPAV-PE, 2012). Com efeito, o Sindicato acionou a polícia civil para apurar os fatos.

Os 51 mil trabalhadores que atuam nas obras da Refinaria Abreu e Lima e Petroquímica Suape, empreendimentos localizados em Ipojuca, paralisaram mais uma vez suas atividades hoje (13). Mas ao contrário do movimento ocorrido na última quarta-feira – provocado por vândalos e terroristas que colocaram em risco a vida dos operários – a greve de hoje foi conduzida de maneira ordeira e pacífica pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem no Estado de Pernambuco (Sintepav-PE), legítimo representante da categoria (SINTEPAV/PE, 2012).

Pelos noticiários, verifica-se que o Sintepav atua fortemente reivindicando seu papel como representante legal da categoria nas negociações, algumas

vezes em conflito com os próprios trabalhadores, que não reconheceram a atuação do sindicato e negociações firmadas, como no caso da greve de fevereiro de 2011, em Suape. O que se revela nas notícias e documentos analisados é a baixa organicidade deste sindicato na construção dos processos de mobilização, uma vez que não aparece como mobilizadora dos processos grevistas, sobretudo nos momentos de maior expressão dos conflitos do trabalho. É o que está explícito em um dos posicionamentos da Força Sindical no contexto das greves de 2011.

Um grupo independente de funcionários paralisou as atividades na empresa para reivindicar melhorias financeiras e nas condições de trabalho. (...) Pouco antes das 13h, o clima que até então era de tensão se transformou em confronto direto com a PM. O resultado da confusão foram 12 pessoas detidas por vandalismo” (FORÇA SINDICAL, 2011).

A paralisação havia sido deflagrada no dia 1 de agosto, à revelia do Sintepav, que firmou acordo com a classe patronal no dia 27, aceitando reajuste salarial de 10,5%, vale-alimentação de R\$ 260,00 e equiparação salarial entre os funcionários com atividades semelhantes nas diferentes empresas que atuam na obra. A reivindicação do sindicato era de 15% de aumento. (FORÇA SINDICAL, 2011).

A atuação caracterizada por uma burocracia sindical a serviço da conciliação com o patronato traduziu-se, em março de 2014, em suspensão de uma mobilização dos trabalhadores contra a cobrança de pedágio para acesso ao território de Suape. A primazia da negociação e judicialização sobre a mobilização se evidencia quando, frente às demissões irregulares verificadas a partir de 2013 em Suape, o Sintepav/PE anuncia que “aguardará” audiência para definir os próximos passos e definir mobilização: “o SINTEPAV decidiu recuar e aguardar a audiência” (SINTEPAV/PE, 2014). Firma-se, assim, uma perspectiva de atuação sindical nos gabinetes, mediada pelo Estado, por meio da Justiça do Trabalho.

O “diálogo” é o elemento discursivo acionado pela burocracia sindical para gerar consenso em torno de uma atuação que nega o conflito e o antagonismo de classe. No caso da Força Sindical, convivem com esta forma de atuação burocrática e conciliatória elementos históricos da cultura política conservadora, como o personalismo e o patrimonialismo, como se pode ver no extrato a seguir de um dos seus noticiários.

Portanto, os trabalhadores encontram-se abertos à negociação, e no aguardo do contato dos patrões, na tentativa de conseguir uma solução negociada, evitando o acirramento de todo o processo (SINTEPAV/PE, 2012).

Como Aldo Amaral sempre pautou sua vida na defesa do diálogo para a resolução dos problemas dos trabalhadores, decidiu pela suspensão da manifestação. “Aceitamos conversar com os responsáveis pela Concessionária para definição de uma solução que beneficie o trabalhador. Conseguimos a primeira vitória, que é sentar e negociar. Vamos agora trabalhar na tentativa de reverter a situação dos trabalhadores de Suape, que amargam diariamente prejuízos financeiros em seu deslocamento ao trabalho”, explica Aldo. (SINTEPAV/PE, 2014).

Temos nos empenhado bastante para que, a partir do diálogo, os direitos dos trabalhadores sejam garantidos. Este é o objetivo principal da Força Sindical de Pernambuco, concluiu Aldo Amaral. (SINTEPAV/PE, 2014).

A negociação com o empresariado se expressa de maneira iniludível com a participação de executivos de empresas do setor da construção, como Odebrecht e Camargo Correa, em seminário de trabalhadores promovido pela Força Sindical para debater o contrato coletivo na área da construção civil, situação que os próprios dirigentes caracterizam como “momento inusitado”. Na visão de um dirigente, “em 30 anos de carreira nunca pensou em fazer este tipo de debate. Isso demonstra a evolução nas nossas relações” (FORÇA SINDICAL, 2011).

Nos noticiários, destaca-se a elegia do diálogo e negociação não só como forma de garantir melhorias nas condições e garantias nas relações de trabalho, mas também, e sobretudo, como alternativa às ações mobilizadoras, como as paralisações. A estratégia negocial busca o alcance de melhorias “sem a necessidade de greve” (FORÇA SINDICAL, 2012). Esse posicionamento é reiterado em várias notícias do Sintepav-PE. As paralisações, greves e outras formas de mobilização são tratadas como último recurso que deve ser evitado por meio das estratégias de negociação e judicialização, como se vê nos noticiários a seguir.

Os trabalhadores estão maduros e preparados para lutar da maneira mais inteligente. Ou seja: legitimando e reconhecendo os esforços que o Sintepav-PE tem desenvolvido ao longo de todo ano e principalmente durante a campanha salarial. Não foi preciso paralisar para que as

empresas entendessem que os ganhos gerados em Suape precisam ser compartilhados também com o trabalhador. Estamos de parabéns por mais esta vitória, afirmou Aldo Amaral (SINTEPAV-PE, 2013, grifos nossos).

E o amargo dessa mistura deságua nas instâncias trabalhistas. Sindicatos, ministérios do trabalho e emprego, ministério público do trabalho e justiça do trabalho (principalmente os nobres guerreiros juizes das varas de Ipojuca) alçados à condição de tábua de salvação, apagando os incêndios deixados no rastro desses calotes, enfrentando a fúria dos trabalhadores famintos nas suas portas (SINTEPAV/PE, 2014).

Nosso movimento aconteceu na base do diálogo, foi um movimento pacífico, sem necessidade de protestos e radicalização. “Foi uma vitória histórica para os trabalhadores de Suape”, diz Leodelson Bastos, “aproveito para parabenizar a postura da Polícia Militar de Pernambuco, em nome do comandante Adilson, que conduziu esse período de greve sem qualquer tipo de truculência”, finaliza Bastos (SINTEPAV/PE, 2014).

Os Acordos Coletivos de Trabalho firmados pelo Sintepav/PE, no período, expressam a primazia da negociação, de maneira que todos os acordos analisados de 2011 a 2015 estabelecem uma cláusula sobre “solução de conflitos”, apontando esta estratégia direta “como forma preferencial de solução de conflitos oriundos deste Acordo Coletivo” (FORÇA SINDICAL, 2010) e afirmando que “a greve é um recurso extremo que só deverá ser deflagrada depois de esgotadas todas as tentativas de solução negociada” (ibid.).

Esses Acordos Coletivos resultantes de negociação estabelecem, como condição para o acesso aos direitos e garantias trabalhistas, a contenção das greves.

Cláusula Septuagésima Sétima – Greve

A partir de 1º de agosto de 2011, as empresas representadas pelo SINICON com obras na RNEST e PETROQUIMICA, concederão abono de 50% dos dias parados em consequência da greve deflagrada entre janeiro e março de 2011 (...)

Parágrafo 1º. – A concessão do abono dos dias parados na forma prevista do caput desta cláusula está condicionada a não ocorrência de movimentos paredistas considerados ilegais pela Justiça do Trabalho e de exauridas as tratativas de composição de conflitos até março de 2012 (FORÇA SINDICAL, 2012).

Da mesma maneira se dá em relação aos processos de judicialização: as determinações da Justiça do Trabalho de Pernambuco exigindo a garantia de direitos pelas empresas estavam, em alguns casos, atreladas à não ocorrência

de manifestações por parte dos trabalhadores, como se vê na determinação seguinte, de 19 de novembro de 2014, estabelecendo que

a ocorrência de novos tumultos ou manifestações dos substituídos antes que essas questões pertinentes à individualização dos empregados substituídos sejam esclarecidas, sujeitará o sindicato requerente às medidas legais necessárias ao restabelecimento da paz social, uma vez que o presente processo está tendo a sua tramitação regular, não se justificando os atos reiterados de perturbação da paz social (SINTEPAV/PE, 2014).

A estratégia de judicialização dos conflitos por meio do Ministério Público do Trabalho – MPT, em Pernambuco, configura o segundo braço da atuação da Força Sindical. O trabalho das Promotorias do Trabalho é ressaltado nos informativos por dirigentes e artigos assinados pelos mesmos são publicados também na mídia sindical.

No período marcado pela crise, a cobertura das mobilizações dos trabalhadores ganha nova perspectiva nos noticiários do sindicato, que passa a dar mais visibilidade às demandas dos operários e expressar apoio ao potencial de greve e paralisações e às mobilizações por meio do fechamento de rodovias para reivindicar os direitos trabalhistas. No entanto, a estratégia sindical volta-se, sobretudo, para a judicialização das demandas, especialmente relacionadas à garantia de direitos nos processos de demissão irregulares que se ampliam no período. Verifica-se maior atenção às violações de direitos e descumprimento dos acordos coletivos pelas empresas e consórcios vinculados à Petrobrás e à cobertura das paralisações que se intensificam nesse momento.

É a partir de 2014, portanto, no contexto de crise, que se verifica esta inflexão na estratégia do Sindicato na direção de expressão do apoio aos trabalhadores nos conflitos e à judicialização dirigida especialmente à estatal Petrobrás, responsável pela Refinaria Abreu e Lima.

A greve tem chance de acontecer. As reivindicações começaram na semana passada, quando os trabalhadores atrasaram a troca de turno em duas horas. É apenas mais uma pedra no caminho da Petrobrás, responsável pelo empreendimento. Somente para lembrar, o Sintepav/PE, sindicato que responde pelos trabalhadores da construção civil, conseguiu esta semana uma liminar exigindo que a estatal arque com os encargos trabalhistas de uma das fornecedoras de Abreu e Lima (SINTEPAV/PE, 2014).

O ato tem o apoio do Sindicato (...) que continua lutando na justiça pelos trabalhadores das empresas Engevix, Alusa e consorciados, ainda com salários atrasados (SINTEPAV, 2015).

A estratégia de judicialização, diante da crise, ganha força frente a da negociação. Embora o discurso reconheça os movimentos realizados pelos trabalhadores, a judicialização busca assegurar garantias diante das demissões irregulares e defesa da volta de trabalhadores migrantes aos seus Estados de origem. Sob a mediação do poder judiciário, exige-se que um projeto de desmobilização dos trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima seja apresentado pela Petrobrás, assegurando direitos trabalhistas. Além da pauta defensiva, o discurso muitas vezes apela à culpabilização de trabalhadores pelo desligamento, em função da falta de qualificação (SINTEPAV/PE, 2014).

O que vemos, como tendência geral, no caso da Força Sindical, é a prevalência da representação em detrimento da organicidade dos sindicatos à classe trabalhadora em Suape. Nesta Central, a representação advém de uma determinação burocrática e legal, constitutiva da força dirigente do Sindicato da Construção Civil Pesada em Pernambuco. Sua representação é, nesse sentido, uma determinação burocrática e sua atuação é marcada pela reivindicação desse “direito” e na reiteração de uma burocracia sindical subordinada ao patronato, que se traduz em diversos casos em estratégias de negociação com as empresas como forma de atenuar os conflitos do trabalho ou, mesmo, inviabilizá-los. Nas palavras de Amaral,

Ao se aprofundarem os processos de superexploração do trabalho, os trabalhadores não encontram organicidade com a representação sindical, que, no capitalismo contemporâneo se caracteriza por um participacionismo e colaboracionismo com o capital. Essas características demarcam a virada do sindicalismo brasileiro com a reestruturação produtiva do capital (AMARAL, 2013, p. 7)

A tendência geral que caracteriza a atuação deste movimento sindical é, assim sendo, a de “colaboracionismo com o capital” (AMARAL, 2013). Essa prática sindical pelega interdita o acirramento do antagonismo entre classes e, com isso, as condições de possibilidade para a formação de uma consciência de classe forjada na luta.

4.2.3. CSP/CONLUTAS: “alternativa de direção para a classe trabalhadora brasileira”

A Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) foi a primeira a declarar apoio e solidariedade às manifestações de trabalhadores nos canteiros de obras do PAC, de maneira geral, e em Pernambuco, no território de Suape, em particular. Sem representação legal junto às categorias de trabalhadores dessa região, a mediação da Central nos conflitos do trabalho emergentes na região foi, sobretudo, política. Não sem razão, destina mais centralidade à cobertura dos conflitos em seus noticiários, de maneira que pudemos recobrir, em nossa pesquisa, um vasto material sobre as revoltas dos trabalhadores nos canteiros de obras.

A partir da análise deste material, podemos apontar que a emergência dos conflitos do trabalho é incorporada na análise de conjuntura desse movimento sindical sobre os rumos do desenvolvimento capitalista no país, nos esforços para apreender as condições da classe trabalhadora no contexto dos grandes projetos.

Na perspectiva adota pela CSP-Conlutas, as resistências organizadas pelos trabalhadores reiteram a crítica em que se pauta essa Central sobre os limites do modelo neodesenvolvimentista que orienta os governos do PT, marcado por uma tentativa de conciliar o irreconciliável, capital e trabalho, que se traduziu, no plano da política, por um governo de coalizão com setores da burguesia nacional e transnacional, com papel proeminente do capital financeiro.

No que diz respeito aos acordos com a burguesia, as políticas de aliança, o financiamento empresarial de suas campanhas e no aspecto fundamental, para quem governam quando estão no poder, o PT não tem se diferenciado do PSDB (CSP-CONLUTAS, 2014)

O posicionamento da CSP-CONLUTAS pauta-se, essencialmente, do ponto de vista da economia, pela crítica do modelo de desenvolvimento econômico adotado no período, baseado na superexploração do trabalho e na degradação social e ambiental; do ponto de vista político, está dirigida para a política de coalizão dos governos petistas e sua subordinação aos interesses

do grande capital transnacional, o que leva a uma equiparação entre as políticas deste governo e aquelas adotadas pelas forças de direita, como a do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

A crítica contundente à perspectiva de conciliação de classes dá a tônica da análise de conjuntura da central sindical e os conflitos do trabalho emergentes nos canteiros de obras do PAC são analisados como a expressão da inviabilidade estrutural de conciliação desses interesses quando, em verdade, os benefícios para o capital são garantidos à custa da exploração dos trabalhadores. Os conflitos expressam as tensões que emergem das condições materiais de vida e reprodução da classe trabalhadora, que o discurso neodesenvolvimentista das “oportunidades” e da “grande chance” brasileira tenta invisibilizar.

As tensões que levaram à explosão de manifestações – Jirau, Santo Antonio, Suape – precisam ser encaradas imediatamente como um problema político que está diretamente associado ao modo como o governo federal tenta conciliar “capital e trabalho”, cuja concretização indecorosa se dá nos canteiros de obras do PAC e tem levado milhares de operários a condições degradantes de vida e trabalho (CSP-CONLUTAS, 2011).

Os conflitos são, portanto, a manifestação da inviabilidade desse intento conciliatório e do seu aparente consenso, uma vez que, nos canteiros de obras, se impõe a realidade do trabalho precário, em condições sociais e ambientais deterioradas que afetam as condições básicas de reprodução da força de trabalho. Vale ressaltar que as análises conjunturais da central sindical se dotam de uma perspectiva mais ampla sobre os problemas da classe trabalhadora, ao abranger, por exemplo, os problemas e lutas das populações indígenas em defesa de seus territórios. Nos documentos, faz-se menção, por exemplo, à luta dos povos Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, que enfrentaram um forte conflito com as forças paramilitares ligadas ao grande latifúndio e com a Força Nacional ligada ao Estado brasileiro, especialmente no final do primeiro Governo de Dilma Rousseff.

Os conflitos do trabalho levados a termo por petroleiros e pelos trabalhadores da construção ganham centralidade nos noticiários da CSP-Conlutas, sendo conteúdo de destaque de grande parte dos seus manifestos no período que analisamos. Nestas notícias, dá-se especial atenção aos conflitos

nos canteiros de obra de Jirau e em Suape, o que nos leva a afirmar que a particularidade da sua atuação diante dos conflitos do trabalho, diferentemente das outras Centrais, é a tática de amplificar sua vocalização através de seus meios de comunicação.

Diz uma bela música que “paz sem voz, não é paz, é medo”. É assim que nós vemos essa batalha dos operários da construção civil. Uma voz que só iniciou o seu grito e que, ao menos pelas ditas autoridades, não se fez ouvir. Nós buscaremos ser uma caixa de ressonância dessas vozes e para tanto tentaremos insistentemente contribuir para o êxito dessa luta, mesmo que para isso tenhamos que enfrentar, além de cumplicidade do governo com as empreiteiras, a omissão da justiça e a rendição de uma parceria significativa do sindicalismo brasileiro (CSP-CONLUTAS, 2011).

Nas análises conjunturais, destaca-se, de um lado, a crítica à mediação do Estado brasileiro, sob os governos do PT, como agente do “desenvolvimento insustentável” e dos processos de precarização e destituição de direitos da classe trabalhadora e da criminalização de suas lutas; de outro, a crítica ao sindicalismo cutista cuja atuação busca legitimar e respaldar as ações do Poder Executivo Federal, dirigido por uma coalização liderada pelo PT.

Uma tendência geral nas análises desta Central é o desvelar dos processos de precarização do trabalho, por meio da terceirização, por parte das empresas, com respaldo dos governos. Outro elemento fortemente denunciado diz respeito à criminalização das lutas dos trabalhadores nestes contextos, por meio, inclusive, da utilização da Força Nacional para assegurar a implementação das obras, e da judicialização dos conflitos em prejuízo da classe trabalhadora e suas manifestações em defesa de melhores condições de trabalho e, inclusive, de sobrevivência. Sobre a análise acerca do sindicalismo governista praticado pela CUT, destacamos:

Não é de hoje que a CUT é o braço forte do governo federal, com a tarefa de apaziguar os ânimos dos trabalhadores descontentes, de acalmar aqueles para quem os números da economia nada dizem e que convivem todos os dias com a exploração e com a humilhação (CSP-CONLUTAS, 2011).

Com efeito, o posicionamento sobre as greves nos canteiros de obras é de apoio e solidariedade às demandas imediatas dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, estes conflitos são tratados como a oportunidade para estabelecer um

diálogo que permita avançar mais além dessas demandas no sentido de construir uma direção classista para estas manifestações fragmentadas.

[...] a greve em Suape foi vitoriosa. Uma verdadeira demonstração de resistência. “O mais importante desse movimento em Suape foi a unidade da categoria e a consolidação da organização de base. Isso tem que continuar, pois as comissões de base são o principal instrumento para a mobilização dos trabalhadores”, afirmou Helio Cabral, representante da CSP-Conlutas em Pernambuco. (CSP-CONLUTAS, 2011)

O posicionamento da CSP-Conlutas distingue-se sobremaneira do das demais Centrais, na medida em que é pioneiro em afirmar a legitimidade destas reivindicações, em reconhecer o potencial de resistência e, ao mesmo tempo, o isolamento político dos trabalhadores e, diante disso, em buscar estabelecer uma relação direta com os mesmos. Esta posição irá se traduzir em orientação estratégica para as direções estaduais e nortear a perspectiva de atuação especialmente no período de 2011 a 2013, quando os conflitos se intensificam e no decorrer do qual ocorrem as grandes greves em Jirau (2011) e Suape (2011).

É hora de unir os trabalhadores de todas as obras em uma só luta para enfrentar o Governo, a Petrobrás, os empresários e as direções traidoras do movimento, com a força necessária para que, apoiados nas lutas de outras categorias, possam avançar em suas conquistas e sigam gestando uma nova alternativa de direção para as batalhas de nossa classe em nosso país (CSP-CONLUTAS, 2011).

Acompanhar, apoiar e estimular a “organização” da classe nos processos de conflito, especialmente nas greves emergentes no período, é o eixo central da estratégia da CSP-CONLUTAS e é essa a mediação que a Central opera frente aos conflitos no território de Suape, em Pernambuco. Como já dito, a CSP-Conlutas não detinha representatividade legal das categorias em mobilização no território integrado de Suape. Não obstante, estabelece uma relação política de solidariedade e apoio aos trabalhadores em mobilização e constitui uma das forças políticas que os apoiam na grande greve de fevereiro de 2011.

Sua chegada ao território de Suape decorre de uma análise do caráter estratégico destes conflitos como portadores de um potencial de organização da classe trabalhadora com expressão autônoma frente ao governo e de crítica ao modelo de desenvolvimento. A postura da Central é de apoio, solidariedade aos

trabalhadores em luta, a suas demandas e mobilizações, e de fortalecimento da auto-organização desses segmentos. Como se lê em um de seus noticiários, ao tratar da grande greve de 2011, na Refinaria de Abreu e Lima, em Suape, o presidente da Central afirma que “é preciso cercar de solidariedade a greve desses operários para que não se dê mais nenhum passo para trás” (CSP-CONLUTAS, 2011).

Nossos sindicatos e as seções estaduais da Central devem dar atenção especial a esses processos e, sempre que ocorrerem, estimular a organização desses segmentos, a formação de grupos nas empresas, comissões de base, oposições sindicais e as formas de organização concretas que surgirem desses processos (CSP-CONLUTAS, 2014).

Fica evidente a prioridade dada à relação com os trabalhadores em conflito, suas lutas e demandas. Ao mesmo tempo, a perspectiva da CSP-Conlutas vai além destas demandas imediatas, ao reivindicar o fortalecimento da auto-organização desses trabalhadores em uma perspectiva classista. É nessa perspectiva que busca impulsionar a formação de comissões de fábrica nas empresas do Complexo de Suape, passando, assim, a integrar processos de negociação, o que gera conflitos com as outras centrais atuantes no contexto.

O membro da secretaria executiva, Atnágoras Lopes, falou sobre a volta da mobilização em Pernambuco nas obras de Suape. Segundo o dirigente, a greve durou quatro dias e esses operários têm enfrentado duros ataques ao livre direito de mobilização. Atenágoras ressaltou a importância de neste momento se buscar o diálogo com esses trabalhadores em luta. “Sozinhos, eles não serão capazes de dar a resposta contra esses ataques”, finalizou, salientando que só com a união de todos os trabalhadores é possível alcançar a vitória (CSP-CONLUTAS, 2011).

Desde as grandes paralisações na Refinaria de Abreu e Lima, em fevereiro de 2011, a Central mantém ações de presença política e mobilização na região, por meio de panfletagens e mobilizações para dias de paralisação nacional. Todavia, embora logrem imprimir uma direção classista às mobilizações dos trabalhadores, igualmente não têm êxito em gerar processos organizativos que elevem o patamar dos conflitos do trabalho em Suape.

A participação em processos de negociação entre empresas, sob mediação do Estado brasileiro, deu-se com a integração da Central à Mesa Nacional de Negociação entre centrais sindicais, empresas e governo para

melhoria das condições de trabalho nas obras do PAC, criada em 2011 pelo Governo Federal após as greves nos canteiros de obras que foram seguidas pela demissão de milhares de trabalhadores em Jirau e pelo não pagamento dos dias parados aos trabalhadores de Suape.

Nós estaremos nas negociações defendendo os direitos desses milhares de homens e mulheres, defendendo o fortalecimento de sua organização e de sua luta. Estaremos para contribuir pelo resgate de um sindicalismo independente política e financeiramente do governo e com forte representação no local de trabalho. Além disso, tendo sempre a certeza de que esta comissão não tem o direito de substituir as decisões destes trabalhadores em suas assembleias de base (CSP-CONLUTAS, 2011).

Desta maneira, a participação em espaços de negociação com Estado e empresariado é tomada como tática para a defesa de direitos ameaçados e garantia de condições de trabalho e reprodução nas obras do PAC. Assim, o que é estratégia para a CUT e Força Sindical – a negociação para atender as demandas imediatas de trabalhadores e empresários – é para esta CSP-Conlutas uma tática assumida pontualmente, e rapidamente abandonada diante do caráter inócuo em que se mostram os espaços de negociação criados (nos referimos aqui à Mesa Nacional de Negociação criada em 2011).

Com crítica a não materialização dos acordos e objetivos, a Central se retira da mesa de negociação.

2 – Frente à gravidade das péssimas condições de trabalho a que estão submetidos esses operários e a legítima reação desses ao se levantarem em greve, consideramos importante a iniciativa de estabelecer esse canal de negociação. Atendemos a convocação e, além da defesa destes, temos exigido punições às empreiteiras por seu grau de ganância, descaso e irresponsabilidade.

3 – Ocorre que, apoiado no posicionamento e declarações desse governo, está se materializando, como “saída” para este conflito, uma PUNIÇÃO AOS TRABALHADORES com a qual não podemos concordar. (...)

5 – Se em meio à existência desta Mesa de Negociações, a resultante prática forem as demissões em Jirau, o desconto dos dias de greve em Suape, nenhum alinhamento dos salários, o aumento da repressão nos canteiros, a manutenção das jornadas extenuantes e a criminalização da luta dos trabalhadores, não faz sentido, a mesma acabará servindo para legitimar essa situação, deixando de lado direitos e demandas dos trabalhadores (CSP-CONLUTAS, 2011).

A reivindicação da independência sindical frente ao governismo é o parâmetro que norteia a estratégia sindical de atuação da CSP-CONLUTAS no

período, a qual, em síntese, podemos caracterizar como uma atuação de dupla via: busca, ao mesmo tempo, 1) precisar sua estratégia frente à classe trabalhadora, marcada pela perspectiva de apoio às mobilizações e fortalecimento da auto-organização, e 2) demarcar-se do campo CUT, identificado como governista, reivindicando a autonomia sindical frente ao governo.

A atuação pela construção de consciência de classe pautada por uma crítica do modelo econômico em implementação também dá a tônica das definições estratégicas da CSP-CONLUTAS frente aos conflitos do trabalho no período. Em suas análises de conjuntura, podemos constatar uma constante consideração sobre a movimentação das forças da classe trabalhadora, incluindo-se os conflitos em eclosão no país nas regiões mais marcadas pela implementação de obras e projetos diretamente concernidos ao modelo neodesenvolvimentista dos Governos Dilma Rousseff (2011-2016).

Do apoio aos processos de greve e outras expressões de conflitos no campo do trabalho protagonizados pelos trabalhadores de Suape, que marca o período de mais efervescência desses conflitos territorializados, entre 2011 e 2013, a CSP-CONLUTAS, a partir de 2014, tem sua estratégia pautada pela convocação de processos em escala nacional, tais como dias nacionais de paralisação e greve geral, especialmente para fazer frente às medidas provisórias que atingem direitos trabalhistas e previdenciários, que marcam o início do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff. No ano de 2013, destaca-se a participação desta Central nas mobilizações contra os “crimes da Copa” (CSP-CONLUTAS, 2015) e nas mobilizações que tomam as ruas do país, as Jornadas de Junho.

Diante do acirramento das contradições e da polarização social que marca o período pós-eleições gerais de 2014, e frente às medidas dos primeiros meses do Governo Dilma Rousseff, verifica-se uma inflexão na estratégia da CSP-Conlutas, no sentido de tomar parte dos processos de mobilização nacional contra a destituição de direitos do trabalho e a convocação à unidade da ação sindical e das lutas sociais no país. Nesse momento, a CSP/CONLUTAS afirma como tática a construção de unidade na ação, buscando a construção de acordos e alianças nas lutas. Segundo a Central,

A busca e o chamado à unidade de ação deve ser parte importante da nossa política, construindo acordos com os setores que estiverem a lutar, inclusive aqueles que apoiam os governos, mas se rebelam com as políticas concretas, seja do PT, seja do PSDB e outros partidos (CSP-CONLUTAS, 2014).

Em 2015, a Central convoca um Dia Nacional de Paralisação do Setor da Construção em defesa de direitos destituídos pelas Medidas Provisórias 664 e 665⁵⁵, do Governo Dilma Rousseff.

Não dá para aceitar calado o ataque do governo aos nossos direitos. A gente já ganha pouco, somos superexplorados nas obras do PAC e na construção de prédios nos grandes centros urbanos, somos uma das categorias em que mais morrem operários em acidentes de trabalho, temos de trabalhar com a Força Nacional de Segurança empunhando armas em nosso local de trabalho, quase não temos nenhum direito, inclusive humano, e agora vem a Dilma e tira nosso seguro-desemprego, nosso PIS e nossos benefícios previdenciários. (...)

Juntamente com os ataques das MPs 664 e 655, milhares de companheiros nossos estão sofrendo, sendo demitidos pelas empresas corruptas das obras da Petrobrás, como no caso da COMPERJ e Suape, sem receber nada de direitos trabalhistas e o governo não faz nada. Basta!

É hora de construir um Dia Nacional de Paralisação do nosso setor e para isso ser organizado, com a força necessária, temos de juntar todo mundo. Temos de juntar todas as centrais sindicais, federações, confederações, sindicatos, delegados sindicais, cipeiros, todos!

(...)

Vamos juntos. O caminho é a mobilização! Não podemos cair na armadilha de “negociar” ou “emendar” essas medidas, pois qualquer negociação vai significar reduzir nossos poucos direitos. Temos de exigir a imediata retirada dessas medidas provisórias; nós não podemos pagar pela crise que eles criaram e, de outra parte, se foi o patrão que roubou, não pode ser o trabalhador que pague o preço sendo demitido e ficando sem receber nada” (CSP-CONLUTAS, 2015).

Com efeito, assiste-se nesse período uma tentativa de retomada das mobilizações no plano nacional e um esforço de unificação entre centrais sindicais para fazer frente às medidas regressivas implementadas pelo Governo Dilma Rousseff, que agravaram a crise econômica e política no país e diante dos sinais de ofensiva da direita e ruptura do pacto de coalização no interior do Governo Federal.

⁵⁵ Já mencionadas nessa dissertação, as MPs alteram dispositivos de leis que disciplinam benefícios previdenciários e trabalhistas, significando um verdadeiro desmonte dos direitos consolidados historicamente pelos trabalhadores. Especificamente: a MP 665 trata sobre o abono salarial e o seguro-desemprego, já a MP 664 modifica regras dos benefícios de pensão por morte e auxílio-doença.

No território de Suape, nesse período, a tônica dos conflitos passa a ser pautada pela crise do crescimento na região, contra as demissões massivas e sem o cumprimento das garantias trabalhistas pelas empresas. A CSP-Conlutas passa a vocalizar estas demandas dos trabalhadores nos canteiros de obras, mas verifica-se, pelos próprios noticiários, uma perda de centralidade destas demandas frente às ameaças aos direitos da classe trabalhadora como resposta regressiva do governo à crise em que mergulha naquele momento o país. As notícias dão visibilidade aos dados sobre crescimento das greves no país, divulgados no ano de 2014 pelo DIEESE, analisando-as como reação da classe trabalhadora frente aos ataques do governo e empresariado e reforçando a estratégia de convocação de uma greve geral com vistas ao enfrentamento direto com Estado, patrões e “a burocracia sindical brasileira” (CSP-CONLUTAS, 2015).

Com essa última assertiva e pelos elementos que analisamos acima, podemos caracterizar o posicionamento desta Central frente aos conflitos em Suape como a tentativa de afirmar-se como alternativa de oposição sindical, estabelecer uma relação direta entre sindicato e base de trabalhadores e, a partir daí, imprimir uma direção classista a estas movimentações fragmentadas. Nesse processo, confrontam-se diretamente, em Pernambuco, com as expressões da burocracia sindical subordinada ao patronato, a Força Sindical, e ao sindicalismo governista da CUT.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos latino-americanos se preocuparam em analisar a experiência dos governos progressistas eleitos na década de 2000. O que ficou conhecido como neodesenvolvimentismo foi analisado a partir da economia, do trabalho, da política social e das inflexões político-sindicais. Nosso trabalho trilhou essa última vereda, na medida em que sustentamos o argumento de que esse novo modelo de reprodução ampliada capitalista, com incisiva participação do Estado, reconfigurou o movimento de luta dos trabalhadores e sua tradicional forma de representação, o sindicalismo.

Como evidenciamos, o neodesenvolvimentismo, que pautou a política de Estado dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), desde sua chegada à Presidência da República, no ano de 2003, constituiu-se como “alternativa”, no contexto de crise neoliberal, tentando unir uma agenda social aos ditames econômicos do capital. O PT operacionalizou a reprodução capitalista e, em torno da ideia de consolidar-se enquanto “terceira-via” entre demandas do capital e do trabalho, ampliou os ganhos do mercado velando esta intencionalidade através da distribuição de renda e combate à pobreza, especialmente através de programas como o Bolsa Família, políticas de acesso ao crédito, educação, aumento do salário mínimo e geração de empregos. Sob o mito de criação de uma “nova classe média”, cuja marca seria o acesso ao consumo de bens duráveis – casa própria, carro, eletrônicos -, o “desenvolvimentismo” criou a ilusão de que um novo rumo estava sendo dado ao Brasil, no caminho das “mudanças”.

Nosso trabalho revelou que, para construção dessa hegemonia, os governos articularam empresariado e os sujeitos políticos da classe trabalhadora, forjando, no caso do sindicalismo, uma determinada morfologia capaz de legitimar esse projeto de “desenvolvimento com inclusão social”. O movimento sindical, que desde meados da década de 1990, havia se aproximado de uma estratégia política de atuação com vistas à criação de consensos no que concerne às pautas do Estado e do empresariado, no contexto neodesenvolvimentista, passou a participar ativamente dos governos,

transformando o projeto governamental em “projeto dos trabalhadores”, pelo menos no plano formal.

Entendemos que essa mudança expressou o transformismo da direção do sindicalismo brasileiro e configurou uma morfologia sindical que priorizou sua relação com a burocracia de Estado. As lideranças sindicais passaram a compor cargos nas instituições do governo e o financiamento das organizações ficou refém do imposto sindical que, por sua vez, impulsionou a fragmentação das representações dos trabalhadores, ao invés de construir meios que unificassem as pautas e as lutas. Conforme mostramos em nosso estudo, no primeiro governo de Lula da Silva, metade dos cargos superiores de direção e assessoria, cerca de 1.300 vagas, foram ocupados por sindicalistas. Estes passaram a integrar, inclusive, o conselho administrativo do BNDES, além de participarem da gestão dos fundos de pensão e dos fundos salariais, chave de resposta do que Braga e Bianchi (2011) chamaram de “financeirização da burocracia sindical brasileira”.

Dito isso, no plano real, o que vimos foi a emergência de uma onda de conflitos do trabalho, incluindo os canteiros de obras do Complexo Industrial e Portuário de Suape, em Pernambuco, nos quais os trabalhadores, na direção inversa da orientação sindical, passaram a denunciar a degradação do trabalho como a parte que sustenta os grandes empreendimentos que impulsionaram o dinamismo econômico em nível nacional e estadual.

Esses trabalhadores evidenciaram que, apesar das altas taxas de crescimento econômico, que superaram, inclusive, os índices nacionais, a realidade das desigualdades sociais e da precariedade do trabalho foi mantida em Pernambuco. Ao reivindicarem aumento de salários, auxílios para transporte, alimentação e saúde, pagamento de direitos trabalhistas pós demissões etc, os operários dos canteiros das obras em Suape mostraram que concomitantemente à ideia de “território das oportunidades”, os que ali estavam precisavam da garantia das condições básicas para sua reprodução social.

Assim, percebemos que eram majoritários os setores mais proletarizados da classe trabalhadora brasileira nas greves. A realidade em Suape mostrou um perfil de trabalhadores submetidos à venda de sua força de trabalho por baixos salários, jornadas de trabalho extensas e condições precárias, que caracterizam a superexploração da força de trabalho no capitalismo periférico.

Esse processo de proletarização serve de aporte explicativo para as dificuldades de organicidade desses operários, que não conseguiram tensionar o movimento sindical politizando suas necessidades. Ou seja, estávamos diante de um perfil de trabalhadores que, frente aos impasses para sua organização coletiva, mostrou o descontentamento com as condições de trabalho, na expectativa de acesso a direitos. O acesso aos direitos, nesse sentido, colocou-se como pauta de reivindicação central, dada as próprias condições do operariado, que vive do trabalho, nos empregos marcados pela precarização e superexploração.

Em outros termos, a análise dos conflitos do trabalho em Suape, de que tratamos, nos permitiu reforçar a ideia de que os conflitos se realizam de maneira “espontânea”. A nosso ver, as táticas dos trabalhadores culminaram em verdadeiras “greves selvagens”, que negaram as posições despóticas do sindicalismo atuante na região, ao passo em que foram organizadas sem a participação, à revelia e, em alguns casos, em confronto com os sindicatos que representam a classe. Estes conflitos eclodiram a partir das condições aviltantes de trabalho e ausência das condições mínimas para a reprodução da força de trabalho no contexto das obras. Indicaram, nesse sentido, um nível de consciência de classe em si, no qual os trabalhadores não se reconheceram ainda enquanto classe, mas organizaram lutas que podiam, em termos, criar as condições objetivas e subjetivas para tal.

Nos nossos capítulos, mostramos – e isso confirma nosso suposto de pesquisa – que os conflitos do trabalho que eclodiram no território de Suape não tiveram, em geral e necessariamente, as organizações sindicais como suas forças-motrizes ou, pelo menos, como mediações fundamentais para sua eclosão. Os conflitos foram deflagrados pelos próprios trabalhadores dos canteiros de obras diante das condições aviltantes de trabalho e frente à insatisfação com as representações sindicais e, mesmo, em confronto com elas, como no caso do conflito entre trabalhadores de Suape e Sintepav/PE, durante a Assembleia que resultou em um trabalhador ferido à bala por um dos seguranças da organização sindical, em 2011, e na morte de outro trabalhador, por infarto. Muitos conflitos do trabalho que tiveram lugar em Suape foram deflagrados *contra*, e não *com*, as próprias representações sindicais legalmente representativas da categoria, especialmente daquela ligada à Força Sindical.

Assim, como evidenciamos nesse estudo, no contexto dos conflitos, os sindicatos chegaram a expressar apoio e solidariedade, ainda que de forma limitada. A tônica de apoio revelou, como tendência geral, uma atuação *ex-post*, e não *ex-ante*, dos sindicatos frente aos conflitos do trabalho emergentes em Suape, justamente devido às relações com o Estado brasileiro que definiram as respostas sindicais as lutas em curso nas obras do PAC e, no caso de nosso trabalho, em Suape. O movimento dos trabalhadores não contou com orientação e respostas sindicais que contribuíssem para impulsionar as lutas e pressionar o patronato e o Estado, no sentido de atender efetivamente as suas demandas.

No caso da CUT, expoente do novo sindicalismo no Brasil na década de 1980, por ter uma aproximação histórica, desde sua gênese, com o PT, particularizou sua atuação sindical diante dos conflitos através de sua subsunção ao governo e seu projeto neodesenvolvimentista, atuando, majoritariamente, como um aparelho privado de hegemonia desse projeto.

A posição Cutista nos parece a mais paradoxal. A CUT incorporou o discurso das oportunidades e do novo “milagre brasileiro”, de maneira que não se pode, muitas vezes, discernir entre seu discurso e aquele do governo e entre sua estratégia e aquela de sustentação do projeto petista de poder. Como consequência, reconhecer os conflitos do trabalho e dar voz e vez às lutas dos trabalhadores em Suape pressupõe questionamento acerca do modelo neodesenvolvimentista cuja defesa e sustentação configurou o coração da estratégia deste movimento sindical no período analisado.

Reconhecer os conflitos do trabalho supõe, portanto, negar a própria posição da CUT em relação ao aparente “consenso social” construído através dos “ganhos” propiciados pelos governos aos trabalhadores, em especial seu discurso da distribuição de renda e geração de empregos e oportunidades nesse “novo momento” vivenciado no país; em última instância, a sustentação do projeto neodesenvolvimentista levado adiante pelos governos do PT levou a um distanciamento desta Central com os trabalhadores em conflito nos territórios em que esse projeto se viabilizou em sua máxima potência, como foi o caso de Suape. Afirmar a degradação do trabalho nesses empreendimentos seria negar o “território das oportunidades” e o “boom do crescimento”. A CUT caiu, nesse sentido, numa armadilha sem fácil solução. Embora reconheçamos que tenha havido acessos a direitos durante esses governos, o que problematizamos é a

ausência de crítica por parte da Central aos direcionamentos dados, principalmente, no que diz respeito às condições de vida e trabalho daqueles que sustentaram com sua força de trabalho os empreendimentos do propagado “progresso”.

Como foi exposto, uma tentativa de inflexão ocorreu no segundo governo de Dilma, quando foi adotada uma política de austeridade e medidas de destituição de direitos previdenciários e trabalhistas e diante da crise econômica iminente, o que fez com que a Central defendesse uma atuação nas ruas em defesa de um “programa para o desenvolvimento”. Nesse sentido, podemos pensar que, especialmente no caso da CUT, o que pautou a morfologia do movimento sindical não foram somente as movimentações no mundo do trabalho, mas aquelas que transcorreram na esfera do Estado sob a direção dos governos progressistas. Significando, para um movimento cuja razão de existência encontrou-se nos processos de luta no mundo do trabalho, uma enorme perda de força política, levando a uma crise de representatividade profunda, como as dificuldades de convocação atuais e de encontro com novas movimentações do precariado brasileiro (BRAGA, 2012), a exemplo da recente greve dos caminhoneiros, parece sinalizar. Entendemos, deste modo, que a subsunção sindical às pautas dos governos, principalmente por parte da CUT, desdobrou um verdadeiro golpe às organizações de classe dos trabalhadores e suas reivindicações, ainda mais com a entrada em cena de um novo perfil de trabalhadores, marcado pelo processo de “proletarização”, como já indicamos.

Mostramos também que a atuação da Força Sindical se particularizou pela sua subordinação ao patronato, com interesse em manter sua estrutura sindical burocratizada. Mesmo afirmando apoio às pautas dos movimentos dos trabalhadores nos canteiros de obras, a atuação desta Central apontou no sentido de controle, contenção dos conflitos e autoritarismo. Em suas análises caracterizaram os grupos que tomaram a frente dos conflitos em Suape como ilegítimos, ao passo que estes sujeitos políticos protagonizaram as mobilizações e questionaram os rumos tomados pelas representações sindicais, em especial o Sintepav-PE.

Em nossa análise, constatamos que, enquanto burocracia sindical subordinada ao capital, a Força Sindical propôs as negociações entre empresariado e trabalhadores como forma de “solucionar” os conflitos.

Apontaram, assim, o diálogo como “saída inteligente e madura” a ser tomada pelos trabalhadores e, havendo impasses, a busca pela Justiça do Trabalho como passo a ser trilhado, ao invés de medidas que entenderam serem “drásticas”, como as greves. Deslegitimaram, a partir dessa posição, uma forma histórica e legítima de luta da classe trabalhadora, o movimento grevista, e adotaram posturas de conciliação de interesses estruturalmente antagônicos. Uma tendência que Amaral (2005, p. 284) já apontava ao afirmar que, para a Força Sindical – braço político da burguesia junto aos trabalhadores -, “a parceria entre capital e trabalho é uma condição imperativa para o desenvolvimento de projetos comuns”.

E, por fim, o que particularizou a atuação da CSP-Conlutas foi a oposição a estas duas perspectivas e o esforço por estabelecer uma relação direta com as lutas movidas pelos trabalhadores, tentando imprimindo-lhes uma direção classista.

A Central, se opondo ao governismo cutista, fez a crítica ao modelo neodesenvolvimentista dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff e à burocracia sindical predominante no país. Em suas formulações, sinalizando os limites do modelo de desenvolvimento implantado, demonstrou apoio, solidariedade e vocalizou as demandas dos trabalhadores envolvidos nos conflitos do trabalho em Suape, publicizando-as enquanto reação de classe à exploração do trabalho.

No contexto de crise sindical, a CSP-Conlutas atuou como alternativa de organização política dos trabalhadores e, no caso de Suape, mesmo não sendo a representação legal dos operários das obras, se somou as lutas e à Comissão de Trabalhadores que organizou as paralisações e expôs as demandas do trabalho na Refinaria Abreu e Lima, no Estaleiro Atlântico Sul e na Petroquímica Suape.

Nesse sentido, tentamos ao longo desses capítulos, evidenciar as mediações econômicas, políticas e subjetivas que atravessaram o contexto neodesenvolvimentista e impactaram a dinâmica das lutas em curso nos anos 2000, em especial os elementos que conformaram uma morfologia sindical que não conseguiu canalizar as demandas dos trabalhadores nos processos que envolveram os conflitos do trabalho. Avançamos para a análise das características desse processo no contexto de Suape, tratando da formação

social e econômica do Nordeste e sua particularidade em Pernambuco, onde se combinaram, além dos traços históricos de subalternidade e desigualdade regional que marcam a região, o peso das oligarquias políticas tradicionais como mediação do próprio processo neodesenvolvimentista local. Como ponto de chegada, analisamos os posicionamentos e estratégias do movimento sindical frente aos conflitos do trabalho emergentes em Suape, nos quais se expressaram, em contraste com as greves que denunciaram as condições aviltantes de trabalho e mostraram os limites do ciclo de desenvolvimento operado no país, práticas conciliatórias e pactuadas, combinadas aos elementos de repressão e coerção, com os quais os sindicatos não se confrontaram com o Estado e o patronato.

Nosso estudo mostrou que as respostas sindicais aos conflitos em curso foram a negociação e a judicialização, que impuseram barreiras para um direcionamento com orientação classista capaz de politizar esse processo e elevar o patamar da luta de classes nesse tempo histórico. Mostramos que sob o neodesenvolvimentismo no Brasil, o que prevaleceu foi a superexploração da força de trabalho, a precarização, práticas despóticas – próprias da formação histórico-social brasileira - e a opressão, porém os trabalhadores, ainda que tenham assumido o discurso das oportunidades, também deram visibilidade às suas lutas em relação à política de Estado, desafiando suas representações.

Apontando esses elementos, nossa pesquisa sinaliza para a necessidade da autonomia sindical diante de governos e partidos da ordem, ainda que reconheçamos os próprios limites do papel dos sindicatos no capitalismo. O sindicato, aqui assumindo o sentido dado por Gramsci nos Cadernos do Cárcere, tem limites políticos estruturais: “também como corporativismo, não pode se emancipar da estrutura social ‘classista’ da qual é expressão” (LIGUORI E VOZA, 2017, p. 728). Por essa perspectiva, mesmo reconhecendo o mérito de ter representado a primeira forma orgânica da luta de classe, o sindicato não pode ser a base do poder proletário, sobretudo por ter, historicamente, baseado “sua própria ação no melhoramento das condições de vida do proletariado, exigindo salários mais altos, horários de trabalho reduzidos e um corpo de legislação social” (ibid, p. 727). Obviamente, essas lutas obtiveram resultados positivos ao passo que constituíram ganhos aos trabalhadores, mas às custas da conservação do princípio da propriedade privada e do capitalismo.

Na atualidade, essas questões são atualizadas uma vez que, ao nosso ver, os sindicatos cumprem papel estratégico, podendo contribuir para dar visibilidade e enfrentar as contradições sociais postas. Porém, diante da configuração assumida, devem se associar a outras lutas, especialmente, na conjuntura onde se expande o desemprego, a informalidade, os regimes de subcontratação e novas demandas expressas pelo movimento da juventude, mulheres, negros(as), LGBTs, outrossim num contexto marcado pela própria negação da política que passou a associar organizações de esquerda à corrupção.

Nosso estudo abriu uma janela de investigação a ser debatida e aprofundada em análises posteriores, qual seja, o peso da configuração do Estado nas transformações do sindicalismo brasileiro. Entendemos, na conjuntura em que finalizamos esse trabalho, após um golpe de Estado parlamentar-jurídico-midiático, em 2016, que ilegitimamente retirou Dilma Rousseff da Presidência da República, que esses impactos ficam ainda mais evidentes. A burocracia sindical próxima dos governos petistas, com a derrota autoritária do projeto neodesenvolvimentista, reposicionou-se enquanto oposição à política de Estado, embora as estratégias de luta continuem longe do horizonte de transformação radical dessa ordem societária.

Portanto, o peso político da derrota neodesenvolvimentista e as inflexões impostas, novamente, no sindicalismo, são, atualmente, as temáticas necessárias do balanço histórico que deve ser feito pela classe trabalhadora, suas representações, partidos políticos, frentes de lutas organizadas, movimentos sociais e a esquerda política brasileira no geral. Somente uma autocrítica militante do “delírio”, usando os termos de Walter Benjamin, da conciliação de classe pode, de forma unificada, nos fazer construir um novo devir para a luta de classes no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos**. São Paulo: Boitempo, 2014.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO – AD DIPER. **Apresentação Suape**. 2015. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/ADDiper/apresentao-suape-2015>>. Acesso em: 30/10/2017.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO - AD DIPER. **Atração de Investimentos**. Disponível em: <<http://www.addiper.pe.gov.br/index.php/atuacao/atracao-de-investimentos/>>. Acesso em: 25/04/2018.

ALVES, Giovanni. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003-2013). In: MACÁRIO, Eptácio; SOBRAL, Erlenia Sobral do Vale; RODRIGUES JR., Natan. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 101-127.

ALVES, Giovanni. **Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil**. 1998. 417 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas – SP, 1998.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. 1a. ed. Bauru: Editora Praxis, 2014. v. 1. 220p.

AMARAL, Angela Santana do. Configurações contemporâneas dos conflitos classistas: experiências brasileiras no contexto neodesenvolvimentista. In: **Anais XXIX ALAS**. Chile: ALAS, 2013. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_SantanaDoAmaral.pdf>. Acesso em: 02/07/2018.

AMARAL, Angela Santana do. **Qualificação dos trabalhadores e estratégias de hegemonia: o embate de projetos classistas**. 2005. 325 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2005.

AMARAL, Angela Santana do. Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo. In: **Revista Outubro**, ed. 5, 2001. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/qualificacao-sociedade-civil-desidentidade-de-classe-os-desafios-para-o-sindicalismo/>>. Acesso em: 31/10/2017.

ANDRADE, José Eduardo; SILVA, Marcelo Machado da; MAGALHÃES, Walsey de Assis; LEMOS, Cristina; LASTRES, Helena Maria Martins. A importância da

visão territorial para o desenvolvimento. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de; LASTRES, Helena Maria Martins, SILVA, Marcelo Machado da. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 15-36.

ANTUNES, Ricardo. **A “engenharia da cooptação” e os sindicatos no Brasil recente**. 2012. Disponível em: <http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/ricardo%20antunes%3A%20a%20desmobiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20movimento%20sindical/>. Acesso em: 09/05/2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. **Lista de demissões em Suape**. Disponível em: < <https://amp-pe.jusbrasil.com.br/noticias/112219214/lista-de-demissoes-em-suape-diario-de-pernambuco-economia>>. Acesso em: 27/05/17.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Números da dívida**. Disponível em: < <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/08/30/numeros-da-divida/>>. Acesso em: 06/06/2017.

BACELAR, Tânia. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de; LASTRES, Helena Maria Martins, SILVA, Marcelo Machado da. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 540- 560.

BADARÓ, Marcelo. 2013. **Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil**. Disponível em: < <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/M-Badar%C3%B3.pdf>>. Acesso em: 31/10/2017.

BADARÓ, Marcelo. A CUT hoje e os dilemas da adesão à ordem. In: **Revista Outubro**, n. 9, 2003. Disponível em: < <http://outubrorevista.com.br/a-cut-hoje-e-os-dilemas-da-adesao-a-ordem/>>. Acesso em: 31/10/2017.

BADARÓ, Marcelo. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. In: **Revista em Pauta**, n. 20. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

BBC BRASIL. **O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais**. 2016. Disponível em: < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru>. Acesso em: 06/06/17.

BENJAMIM, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário em crise**. São Paulo, Boitempo, 1998.

BLOG DE JAMILDO. **Veja a versão dos trabalhadores sobre a greve em Suape**. 2011. Disponível em: <<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2011/02/10/veja-a-versao-dos-trabalhadores-sobre-a-greve-em-suape/>>. Acesso em: 01/07/2018.

BLOG LUIZ MULLER. **Suape/PE: Pronatec é porta de entrada para 25 mil empregos qualificados para beneficiários do Bolsa Família**. 2014. Disponível em: <<https://luizmuller.com/2014/04/03/suapepe-pronatec-e-porta-de-entrada-para-25-mil-empregos-qualificados-para-beneficiarios-do-bolsa-familia/>>. Acesso em: 06/06/17.

BOITO JR, Armando. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil**. In: Revista Crítica Marxista, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

BOITO JR. Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: GALVÃO, Andréia e BOITO JR., Armando (orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

BOITO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. In: **Revista Crítica Marxista**, número 42, maio de 2016, p. 155-163.

BOITO JR., Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andreia; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. In: **Observatório Social da América Latina**, ano X, n. 26. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

BRAGA, Ruy e BIANCHI, Álvaro. **A financeirização da burocracia sindical no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://correiodadania.com.br/politica/5816-12-05-2011-a-financeirizacao-da-burocracia-sindical-no-brasil>>. Acesso em: 31/10/2017.

BRAGA, Ruy e BIANCHI, Álvaro. **Hegemonia e crise: noções básicas para entender a situação brasileira**. 2015. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=3749>>. Acesso em: 31/10/2017.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BRAGA, Ruy. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.

BRAGA, Ruy. **Os sindicatos e o governo Lula**. In: Le Monde Diplomatique Brasil. 2010. Disponível em: < <http://diplomatique.org.br/os-sindicatos-e-o-governo-lula/>>. Acesso em: 06/06/17.

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, 2014, p. 25-52.

BRASIL. **Investimentos do PAC para o desenvolvimento de Pernambuco**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/apresentacoes-2013/130325_apresentacao_pe.pdf>. Acesso em: 31/10/2017.

BRASIL. **PAC: 5º Balanço. Pernambuco (2015-2018)**. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/9c3a061fdb856c9d34fe441900ebff5c.pdf> >. Acesso em: 25/04/2018.

BRASIL. **Sobre o PAC**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 25/04/2018.

BRITTO, Carlos. **Bahia e Pernambuco estão entre os estados que mais recebem verba do Governo Federal**. 2011. Disponível em: <<http://www.carlosbritto.com/bahia-e-pernambuco-estao-entre-os-estados-que-mais-recebem-verba-do-governo-federal/>>. Acesso em: 24/10/2017.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio; SOBRAL, Erlenia Sobral do Vale; RODRIGUES JR., Natan. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 43-75.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CASTRO, Sergio Duarte de. Política regional e desenvolvimento: caminhos para o Brasil e para o Nordeste. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de; LASTRES, Helena Maria Martins, SILVA, Marcelo Machado da. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 502-539.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **História**. 2011. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/quem-somos/historia/>. Acesso em: 31/10/2017.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **2011: um ano de lutas e de reafirmação da CSP-Conlutas em todo o país**. 2011. Disponível em: <

<http://cspconlutas.org.br/2011/12/2011-um-ano-de-lutas-e-de-reafirmacao-da-csp-conlutas-em-todo-o-pais/>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **40 mil operários fazem 4 dias de greve em Pernambuco**. 2011. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2011/08/40-mil-operarios-entram-no-quarto-dia-de-greve-na-refinaria-de-suape-em-obras-da-copa-e-na-transnordestina-em-pernambuco/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **A nova revolta em Suape**. 2012. Disponível em: < <https://www.pstu.org.br/nova-revolta-em-suape/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Apontamentos para o debate sobre a reorganização da classe trabalhadora**. 2011. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2011/04/alguns-apontamentos-para-o-debate-sobre-a-reorganizacao-da-classe-trabalhadora/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Ato contra demissões nas obras do PAC e em apoio à greve dos operários da construção civil reúne 2 mil**. 2011. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2011/04/ato-contra-as-demissoes-na-obras-do-pac-e-em-apoio-a-greve-dos-operarios-da-construcao-civil-reune-2-mil-em-fortaleza/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Chamado às entidades sindicais a organizar luta e romper com o governo e patronal**. 2014. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2014/12/csp-conlutas-faz-chamado-as-entidades-sindicais-e-populares-a-organizar-a-luta-e-a-romper-com-o-governo-e-com-a-patronal/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Chegou a hora do 1º Congresso Nacional da CSP-Conlutas**. 2012. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2012/04/chegou-a-hora-do-1o-congresso-nacional-da-csp-conlutas/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **CSP-Conlutas exige que comissão sobre obras do PAC se posicione contra as 4 mil demissões em Jirau**. 2011. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2011/05/csp-conlutas-exige-que-comissao-sobre-obras-do-pac-se-posicione-contras-as-4-mil-demissoes-em-jirau/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Explosões de greves por melhores condições de trabalho nas obras do PAC**. 2012. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2012/03/explosoes-de-greves-por-melhores-condicoes-de-trabalho-nas-obras-do-pac/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Governo mantém demissões em Jirau e CSP-Conlutas se retira da mesa de negociação das obras do PAC**. 2011. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2011/05/governo-mantem-demissoes-em-jirau-e-csp->

conlutas-se-retira-da-mesa-de-negociacao-das-obras-do-pac/>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Jirau escancara a impossibilidade de conciliar capital e trabalho**. 2011. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2011/04/jirau-escancara-a-impossibilidade-de-conciliar-capital-e-trabalho-por-andrea-l-harada-sousa/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Nas obras do PAC, estará de volta a paz?**, 2011. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2011/04/nas-obras-do-pac-estara-de-volta-a-paz-por-atnagoras-lobes/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **O avanço dos setores conservadores e as lutas populares de 2013**. 2013. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2013/08/o-avanco-dos-setores-conservadores-e-as-lutas-populares-de-2013-por-dirlene-marques/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas prepara o 11 de julho**. 2013. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2013/07/reuniao-da-coordenacao-nacional-da-csp-conlutas-prepara-o-11-de-julho/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas debate conjuntura, preparação da Jornada e primeiro Congresso da Central em 2012**. 2011. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2011/08/reuniao-da-coordenacao-nacional-da-csp-conlutas-debate-conjuntura-preparacao-da-jornada-e-primeiro-congresso-da-central-em-2012/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Sindicatos dos Trabalhadores da Construção Civil de Ananindeua e Altamira (PA) se filiam à CSP-Conlutas**. 2013. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2013/06/sindicato-dos-trabalhadores-da-construcao-civil-de-ananindeua-e-altamira-se-filiam-a-csp-conlutas/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Suape: lucro para a patronal e exploração para os trabalhadores**. 2011. Disponível em: < <https://www.pstu.org.br/suape-lucro-para-a-patronal-e-exploracao-para-os-trabalhadores/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR (CSP-CONLUTAS). **Vamos ter de paralisar todos os canteiros de obra do país, afirma liderança sindical**. 2015. Disponível em: < <http://cspconlutas.org.br/2015/02/vamos-ter-de-paralisar-todos-os-canteiros-de-obra-do-pais-afirma-lideranca-sindical/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Caso Jirau: CUT se reúne nesta terça.** 2011. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/caso-jirau-cut-se-reune-nesta-terca-29-com-gilberto-carvalho-para-discutir-condi-047d>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **CUT faz mobilização e protesto.** 2012. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/cut-pe-faz-mobilizacao-e-protesto-em-memoria-as-vitimas-de-acidentes-e-doencas-d-996c>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **CUT-PE considera demissões em Suape.** 2012. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/cut-pe-considera-demissoes-em-suape-arbitrarias-e-descabidas-9926>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **CUT-PE e Centrais discutem estratégias.** 2011. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/cut-pe-e-centrais-discutem-estrategias-para-o-dia-28-de-abril-ad6e>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Em PE, acordo inédito da campanha salarial.** 2014. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/em-pe-acordo-inedito-da-campanha-salarial-8099>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Integração regional no desenvolvimento nacional.** 2014. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/integracao-regional-no-desenvolvimento-nacional-72fb>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Jornal da CUT Brasil.** 2011. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/acao/edicao-32-c725>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Jornal da CUT Brasil.** 2011. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/acao/edicao-38-cbb3>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Jornal da CUT Brasil.** 2011. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/acao/edicao-37-ea09>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Jornal da CUT Brasil.** 2011. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/acao/edicao-36-2779>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Jornal da CUT Brasil.** 2012. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/acao/edicao-40-f420>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Jornal da CUT Brasil**. 2012. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/acao/edicao-39-fd11>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Jornal da CUT Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/acao/edicao-43-b15f>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Jornal da CUT Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/acao/edicao-46-4ff3>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Na Petroquímica Suape, trabalhadores**. 2012. Disponível em: < <https://www.cut.org.br/noticias/na-petroquimica-de-suape-trabalhadores-convivem-com-assedio-e-descumprimento-das-42c0>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PERNAMBUCO (CUT-PE). **Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2012**. Recife: CUT, 2011.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PERNAMBUCO (CUT-PE). **CUT marca presença em Suape e entrega kit à presidenta Dilma**. 2013. Disponível em: < <http://www.cutpe.org.br/noticias/cut-marca-presenca-em-suape-e-entrega-kit-a-presidenta-dilma-ad9f/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PERNAMBUCO (CUT-PE). **Executiva da CUT e prefeito João da Costa afinam o diálogo**. 2011. Disponível em: < <http://www.cutpe.org.br/artigos/executiva-da-cut-e-prefeito-joao-da-costa-afinam-o-dialogo/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PERNAMBUCO (CUT-PE). **Jornal da CUT Pernambuco**. 2011. Disponível em: < <http://www.cutpe.org.br/acao/edicao-12-88f8/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PERNAMBUCO (CUT-PE). **Jornal da CUT Pernambuco**. 2012. Disponível em: < <http://www.cutpe.org.br/acao/edicao-13-a97b/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PERNAMBUCO (CUT-PE). **Jornal da CUT Pernambuco**. 2013. Disponível em: < <http://www.cutpe.org.br/acao/edicao-15-9f97/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PERNAMBUCO (CUT-PE). **Jornal da CUT Pernambuco**. 2014. Disponível em: < <http://www.cutpe.org.br/acao/edicao-17-98a8/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PERNAMBUCO (CUT-PE). **Jornal da CUT Pernambuco**. 2015. Disponível em: < <http://www.cutpe.org.br/acao/edicao-18-6915/>>. Acesso em: 02/07/2018.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES PERNAMBUCO (CUT-PE). **Para Artur Henrique, quanto mais ouve a CUT, mais o governo acerta**. 2010. Disponível em: <http://www.cutpe.org.br/artigos/para-artur-henrique-quanto-mais-ouve-a-cut-mais-o-governo-acerta/>. Acesso em: 02/07/2018.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Sobre a CEPAL**. Disponível em: < <http://www.cepal.org/pt-br/about>>. Acesso em: 13/02/2017.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. 2005. 549 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2005.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Fórum criado pelo MPT vai inspecionar demissões no Complexo de Suape**. 2013. Disponível em: < http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/11/06/internas_economia,472417/forum-criado-pelo-mpt-vai-inspecionar-demissoes-no-complexo-de-suape.shtml>. Acesso em: 27/05/17.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Suape: exemplo do novo nordeste**. 2013. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/493151/suape-exemplo-do-novo-nordeste>>. Acesso em: 06/02/2017.

DIAS, Edmundo. **A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. Campinas: Unicamp, 1999.

DIAS, Edmundo. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DIAS, Edmundo. Reformas ou contra-revolução? O governo Lula. In: **Revista Universidade e Sociedade**, n. 34. Distrito Federal: ANDES, 2004.

EL PAÍS. **Fim do imposto sindical: faxina em sindicatos de fachada ou negociações fragilizadas?** 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/21/economia/1492726431_998946.ht>. Acesso em: 30/10/2017.

ESTADÃO. **Dilma reduz repasses para Pernambuco, governado por potencial rival em 2014**. 2014. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-reduz-repasses-para-pernambuco-governado-por-potencial-rival-em-2014,1006699>. Acesso em: 31/10/2017.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FIRMIANO, Frederico Daia. A ilegalidade do Estado e o colapso do neodesenvolvimentismo no Brasil. In: **Revista SER Social**, v. 18, n. 39. Brasília: UNB, 2016, p.584-609.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Empresas nunca ganharam tanto, diz Lula**. 2009. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2205200903.htm>>. Acesso em: 06/06/2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Operação Lava Jato**. Disponível em: < <http://arte.folha.uol.com.br/poder/operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 27/05/17.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Tudo sobre a batalha de Belo Monte**. Disponível em: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/index.html>>. Acesso em: 29/05/17.

FORÇA SINDICAL. **Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011**. Recife: Força Sindical, 2010.

FORÇA SINDICAL. **Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2012**. Recife: Força Sindical, 2011.

FORÇA SINDICAL. **Links da Web**. 2010. Disponível em: < <http://fsindical.org.br/links/links-da-web/>>. Acesso em: 31/10/2017.

FORÇA SINDICAL. **Manifestação em Suape acaba com seis detidos e 4 ônibus queimados**. 2014. Disponível em: < <http://fsindical.org.br/imprensa/manifestacao-em-suape-acaba-com-seis-detidos-e-4-onibus-queimados>>. Acesso em: 02/07/2018.

FORÇA SINDICAL. **Recife (PE): assembléia na Abreu e Lima acaba em violência**. 2012. Disponível em: <<http://fsindical.org.br/imprensa/recife-pe-assembleia-na-abreu-e-lima-acaba-em-violencia>>. Acesso em: 02/07/2018.

FORÇA SINDICAL. **Recife (PE): conflito paralisa Suape**. 2011. Disponível em: < <http://fsindical.org.br/imprensa/recife-pe-conflito-paralisa-suape> >. Acesso em: 02/07/2018.

FORÇA SINDICAL. **Recife (PE): Fábrica de dormentes da Transnordestina está parada**. 2013. Disponível em: < <http://fsindical.org.br/imprensa/recife-pe-fabrica-de-dormentes-da-transnordestina-esta-parada>>. Acesso em: 02/07/2018.

FORÇA SINDICAL. **Suape (PE): todo apoio à greve dos trabalhadores da construção pesada de Suape**. 2011. Disponível em: < <http://fsindical.org.br/forca/suape-pe-todo-apoio-a-greve-dos-trabalhadores-da-construcao-pesada-de-suape>>. Acesso em: 02/07/2018.

FORÇA SINDICAL. **Suape (PE): trabalhadores da Suape e Refinaria Abreu e Lima param**. 2011. Disponível em: < <http://fsindical.org.br/imprensa/suape-pe-trabalhadores-da-suape-e-refinaria-abreu-e-lima-param>>. Acesso em: 02/07/2018.

FORÇA SINDICAL. **Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2013**. Recife: Força Sindical, 2012.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução**. São Paulo: Cortez, 2013.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

G1 PERNAMBUCO. **Crise econômica gera redução de empregos na indústria pernambucana**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/05/crise-economica-gera-reducao-de-empregos-na-industria-pernambucana.html>>. Acesso em: 27/05/17.

G1 PERNAMBUCO. **Trabalhadores do Complexo Industrial de Suape estão em greve**. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/trabalhadores-do-complexo-industrial-de-suape-estao-em-greve.html>>. Acesso em: 08/06/17.

GALVÃO, Andréia (2012). A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, p. 187-223.

GALVÃO, Andreia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. In: **Revista Crítica Marxista**, 2014, p. 103-201. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie70dossie2.pdf>. Acesso em: 06/06/2017.

GALVÃO, Andreia. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. In: **Revista Outubro**, nº 14, 2006.

GONCALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Editora Cortez, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional**. São Paulo, Contexto, 2003.

GUARNIERI, Felipe. **A estrutura sindical e a esquerda**. 2017. Disponível em: <<http://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=269>>. Acesso em: 30/10/2017.

GUIMARÃES NETO, Leonardo e BRANDÃO, Carlos Antonio. **A formação econômica do Brasil e a questão regional**. 2009. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper41.pdf>>. Acesso em: 25/04/2018.

GUIMARÃES NETO, Leonardo e SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Economia do Nordeste: perfil atual e tendências relevantes. In: NASCIMENTO, Angela e LIMA, Marcos Costa. **O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão**. Recife: Editora UFPE, 2014, p.119-166.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **A longa espera da economia de Pernambuco**. 2011. Disponível em: < <http://www.ceplanconsult.com.br/publicacoes-detalle.php?idNoticia=214>>. Acesso em: 25/04/2018.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 1977, p. 37-54.

GUIMARÃES, Paulo Ferraz; FÉLIX, Fernando Castilhos de Araújo Galindo; AGUIAR, Rodrigo Almeida; CARVALHOSA, Ana Carolina Varejão Lima; SIQUEIRA, Tagore Villarim de. Atuação do BNDES na região Nordeste. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de; LASTRES, Helena Maria Martins, SILVA, Marcelo Machado da. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 50-66.

IASI, Mauro Luis. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz e DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 50-67.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Aspectos das relações de trabalho e sindicalização**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cabo de Santo Agostinho: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.phplang=&codmun=260290&idtema=118&search=pernambuco|cabo-de-santo-agostinho|C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->>. Acesso em: 29/10/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Ipojuca: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**.Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.phplang=&codmun=260720&idtema=118&search=pernambuco|ipojuca|C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm->>. Acesso em: 29/10/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapa da Pobreza e Desigualdade – Cabo de Santo Agostinho**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pe/cabo-de-santo-agostinho/pesquisa/36/30246?detalhes=true>>. Acesso em: 08/06/17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapa da Pobreza e Desigualdade – Ipojuca**. Disponível em: <

<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pe/ipojuca/pesquisa/36/30246?detalhes=true>. Acesso em: 08/06/17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama – Cabo de Santo Agostinho**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pe/cabo-de-santo-agostinho/panorama>>. Acesso em: 08/06/17.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama – Ipojuca**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pe/ipojuca/panorama>>. Acesso em: 08/06/17.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

JORNAL DO COMMERCIO. **Crise atinge Complexo de Suape, maior polo de atração de investimentos do Estado**. 2016. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2016/05/08/crise-atinge-o-complexo-de-suape-maior-polo-de-atracao-de-investimentos-do-estado-234608.php>>. Acesso em: 27/05/17.

JORNAL DO COMMERCIO. **Documento Suape 2015**. 2015. Disponível em: <<http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/documento-suape-2015/>>. Acesso em: 02/12/2016.

JORNAL DO COMMÉRCIO. **Entenda a importância da Hemobrás para Pernambuco**. 2017. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2017/08/12/entenda-a-importancia-da-hemobras-para-pernambuco-300834.php>>. Acesso em: 25/04/2018.

JORNAL DO COMMÉRCIO. **Refinaria Abreu e Lima, em Suape, é a mais cara do mundo**. 2017. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2017/09/17/refinaria-abreu-e-lima-em-suape-e-a-mais-cara-do-mundo-307069.php>>. Acesso em: 30/10/2017.

JORNAL DO COMMERCIO. **Suape foi um sonho**. 2015. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2015/11/15/suape-foi-um-sonho-208141.php>>. Acesso em: 26/05/17.

JORNAL LEIA JÁ. **Condições de trabalho de Suape são debatidas em audiência**. 2012. Disponível em: <<http://www.leiaja.com/politica/2012/04/18/condicoes-de-trabalho-de-suape-sao-debatidas-em-audiencia/>>. Acesso em: 02/12/2015.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIMA, Ana Carolina da Cruz; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Estimulando o investimento no setor produtivo via renúncias fiscais: o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco. In: **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. 2010. Disponível em: <<https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/43>>. Acesso em: 25/04/2018.
- LIMA, Jacob Carlos. **Trabalho, Mercado e formação de classe**: estudo sobre operários fabris em Pernambuco. João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1996.
- LIMA, João Policarpo R. PINTO, Malu. FERREIRA, Sylas. Economia da Zona da Mata de Pernambuco: Algo de novo? Mais do mesmo? In: MATOS, Aécio Gomes de. (Coord.) **Modernização conservadora e desenvolvimento na Zona da Mata de Pernambuco**. Recife, Ed. Universitária UFPE, 2012, p.103-144.
- LIMA, João Policarpo R. SICSÚ, Abraham Benzaquem. PADILHA, Maria Fernanda F. G. Economia de Pernambuco: transformações recentes e perspectivas no contexto regional globalizado. In: **Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez. 2007, p. 525-541.
- LIMA, Marcos Costa. O Nordeste brasileiro entre impasses e perspectivas. In: NASCIMENTO, Angela e LIMA, Marcos Costa. **O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão**. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 07-26.
- LOPES, José Sergio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.
- LOPES, José Sergio Leite. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. In: **Mana Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? In: **Trab. educ. saúde**, vol.11. Rio de Janeiro: Jan./Apr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 09/12/2015.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Carta ao Povo Brasileiro**. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 30/05/2017.

MACÁRIO, E; VALE, E; RODRIGUES JR. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

MACÁRIO, Epitácio; RODRIGUES JR., Natan; SILVA, Reginaldo de Aguiar. Trabalho e questão social no Brasil contemporâneo: para uma crítica ao neodesenvolvimentismo. In: MACÁRIO, Epitácio; SOBRAL, Erlenia Sobral do Vale; RODRIGUES JR., Natan. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 127-153.

MARINI, Ruy Mauro. Memória: por Ruy Mauro Marini. 1990. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 57-134.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel. **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo, Cortez, 2003.

MERCADANTE, Aloizio. **Brasil: a construção retomada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015)**. 2016. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Campina Grande, 2016.

MORAES, Aline Fábila Guerra de. **Novo desenvolvimentismo e velhas condições de trabalho? Uma análise da dinâmica de subcontratação no Complexo de Suape**. 2015. 146 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 29-46.

MOTA, Ana Elizabete; Amaral, Angela Santana do; Peruzzo, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: Mota, Ana Elizabete (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Editora Universitária, 2010, p. 35-67.

MOURA, Rivânia. **Crédito consignado: potência inteiramente nova de expropriação do trabalho**. 2016. 341 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. Passagem na neblina. In: OLIVEIRA, Francisco de; STÉDILE, João Pedro; GENOINO, José. **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2012.

PEREZ, Davi Machado e LARA, Ricardo. Consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil: a contribuição de Florestan Fernandes. In: **Revista Temporalis**. Brasília: ABEPSS, n. 29, jan./jun. 2015.

PERNAMBUCO. **Pernambuco é o novo endereço da indústria automotiva mundial**. 2015. Disponível em: <<http://www.sdec.pe.gov.br/noticias/pernambuco-e-o-novo-endereco-da-industria-automotiva-mundial/>>. Acesso em: 25/04/2018.

PICHLER, Walter Arno. **Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009**. Indicadores Econômicos FEE (Online), v. 38, p. 37-46, 2011.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

POCHMANN, Márcio. **Subdesenvolvimento e trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.

PORTAL DAS INDÚSTRIAS. **PIB Industrial de Pernambuco**. Disponível em: <<http://perfil estados.portaldaindustria.com.br/estado/pe>>. Acesso em: 06/06/17.

PORTO DIGITAL. **O que é o Porto Digital?** Disponível em: <<http://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital>>. Acesso em: 25/04/2018.

PREFEITURA DE IPOJUCA. **Bem Estar Social define cronograma de cursos do Pronatec**. 2013. Disponível em: <<http://www.ipojuca.pe.gov.br/noticias/155/bem-estar-social-define-cronograma-de-cursos-do-pronatec/>>. Acesso em: 06/06/17.

REDE BRASIL ATUAL. **Greves em 2013 atingiram recorde e mobilizaram 2 milhões de trabalhadores**. 2015. Disponível em: <

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/12/greves-em-2013-atingiram-recorde-e-mobilizaram-2-milhoes-7006.html>. Acesso em: 30/10/2017.

REDE BRASIL ATUAL. **Obras de estádios da Copa tiveram 26 greves, aumentos reais e acordos avançados.** 2014. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2014/04/entre-2009-e-2013-trabalhadores-em-estadios-para-a-copa-tiveram-aumento-real-de-ate-7-35-1876.html>. Acesso em: 08/06/17.

REPÓRTER BRASIL. **Mesmo com acordo, greves e violações persistem em obras.** 2012. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2012/03/mesmo-com-acordo-greves-e-violacoes-persistem-em-obras/>>. Acesso em: 08/08/2016.

REVISTA FÓRUM. **Presidenta Republicana: em 2014 o repasse de verbas federais para Pernambuco é quase 50% do último ano do governo Lula.** 2014. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/mariafro/2014/06/04/presidenta-republicana-em-2014-o-repasse-de-verbas-federais-para-pernambuco-e-quase-50-do-ultimo-ano-do-governo-lula/>>. Acesso em: 30/10/2017.

RIOS, F. L.; MEDRADO, B; AMARAL, A. S.; PERUZZO, J. Diálogos Suape: pesquisa-intervenção-pesquisa sobre saúde e cidadania de populações afetadas pelas grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Pernambuco. In: RIOS et al. (Org). **Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape.** Recife: Editora UFPE, 2015.

RIOS, Luís Felipe; LINS, Maria Betânia; QUEIROZ, Taciana; TEÓFILO, Isabel. **Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape.** Recife: Editora UFPE, 2015.

RODRIGUES, Victor de Oliveira. **Para não dizer que não falei das flores: as lutas dos trabalhadores da construção civil no Complexo Industrial e Portuário de Suape (PE).** 2012. 82 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco –UFPE, Recife, 2012.

SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo, 2013.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112. São Paulo: Editora Cortez, out./dez.2012, p.672-688.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos. **Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da Refinaria de petróleo em Suape-PE.** Dissertação de Mestrado. Recife, 2011.

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?** São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SILVA, David Wallace Cavalcante. **O capital da construção civil no contexto do neodesenvolvimentismo e as teias de relações perigosas na estratégia do novo bloco de poder hegemônico no Brasil**. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife – PE, 2014.

SILVA, Dayana Gomes; SILVA, Rafaela Miranda da. **As controvérsias do “milagre pernambucano”: uma análise da ação coletiva dos trabalhadores do Complexo Industrial e Portuário de Suape**. 2014. 105 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2014.

SILVA, Diogo Fernandes da; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **Terceirização e ação sindical no complexo industrial portuário de Suape: o caso do Estaleiro Atlântico Sul**. Disponível em: <<http://abet2015.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Diogo-Fernandes.pdf>>. Acesso em: 22/12/2016.

SILVA, Sirley Vieira da. **Pião trecheiro: trabalho, sexualidade e risco no cotidiano de homens em situação de alojamento em Suape (PE)**. 2013. 160 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2013.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO. **Obras em Suape são alvo de operação fiscal**. Disponível em: <<https://www.sinait.org.br/?r=site/noticiaView&id=3107>>. Acesso em: 09/01/2017.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **A receita amarga de Suape**. 2014. Disponível em: <<http://sintepav-pe.org.br/a-receita-amarga-de-suape/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Acordo histórico garante 10% de aumento para nossa categoria**. 2013. Disponível em: <<http://sintepav-pe.org.br/acordo-historico-garante-10-de-aumento-para-nossa-categoria/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Após negociação, trabalhadores da MPE Refinaria garantem seus direitos**. 2014. Disponível em: <<http://sintepav-pe.org.br/apos-negociacao-trabalhadores-da-mpe-refinaria-garantem-seus-direitos/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Após protesto,**

Sintepav aguardará audiência para definir os próximos passos. 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/apos-protesto-sintepav-aguardara-audiencia-para-definir-os-proximos-passos/> >. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Em Ipojuca, trabalhadores se reúnem na subsede do Sintepav-PE para assembleia.** 2014. Disponível em: <<http://sintepav-pe.org.br/em-ipojuca-trabalhadores-se-reunem-na-subsede-do-sintepav-pe-para-assembleia/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Força Sindical suspende mobilização em Suape.** 2014. Disponível em: <<http://sintepav-pe.org.br/forca-sindical-suspende-mobilizacao-em-suape/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Funcionários da Refinaria Abreu e Lima realizam ato na Procuradoria.** 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/funcionarios-da-refinaria-abreu-e-lima-realizam-ato-na-procuradoria/> >. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Funcionários da Refinaria Abreu e Lima voltam a paralisar atividades.** 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/funcionarios-da-refinaria-abreu-e-lima-voltam-a-paralisar-atividades/> >. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Funcionários do Coeg fazem pannelço nesta sexta-feira, em Suape.** 2015. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/funcionarios-do-coeg-fazem-panelaco-nesta-sexta-feira-em-suape/> >. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Funcionários do Coeg fecham rodovia nesta segunda-feira, em Suape.** 2015. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/funcionarios-do-coeg-fecham-rodovia-nesta-segunda-feira-em-suape/> >. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Greve dos**

trabalhadores da Alusa é destaque nos jornais pernambucanos. 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/greve-dos-trabalhadores-da-alusa-e-destaque-nos-jornais-pernambucanos/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Ipojuca é campeã em desemprego.** 2014. Disponível em: <http://sintepav-pe.org.br/ipojuca-e-campea-em-desemprego/>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Mais uma crise.** 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/mais-uma-crise/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Nota à imprensa a respeito do protesto de hoje em Suape.** 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/nota-a-imprensa-a-respeito-do-protesto-de-hoje-em-suape/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Petrobrás e Alumini são intimadas pela justiça.** 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/petrobras-e-alumini-sao-intimadas-pela-justica/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Protesto: trabalhadores do Consórcio Coeg fecham via de acesso à Suape.** 2015. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/protesto-trabalhadores-do-consorcio-coeg-fecham-via-de-acesso-a-suape/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Refinaria opera no imprevisto.** 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/refinaria-opera-no-imprevisto/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Representantes do Consórcio Rota do Atlântico recebe presidente do Sintepav.** 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/representantes-do-consorcio-rota-do-atlantico-recebe-presidente-do-sintepav/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Suape enfrenta nova paralisação**. 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/suape-enfrenta-nova-paralisacao/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Trabalhadores da Refinaria Abreu e Lima decidem só voltar ao trabalho após pagamento da PLR**. 2013. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/trabalhadores-da-refinaria-abreu-e-lima-decidem-so-voltar-ao-trabalho-apos-pagamento-da-plr/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Trabalhadores de empresas ligadas a Suape fazem protestos em Ipojuca**. 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/trabalhadores-de-empresas-ligadas-a-suape-fazem-protestos-em-ipojuca/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Trabalhadores de Suape paralisam atividades na manhã desta quarta (15)**. 2015. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/trabalhadores-de-suape-paralisam-atividades-na-manha-desta-quarta-15>>. Acesso em: 02/07/2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLENAGEM EM GERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINTEPAV-PE. **Trabalhadores do Consórcio Alusa protestam contra desbloqueio de contas da Petrobras**. 2014. Disponível em: < <http://sintepav-pe.org.br/trabalhadores-do-consorcio-alusa-protestam-contradesbloqueio-de-contas-da-petrobras/>>. Acesso em: 02/07/2018.

SITCOVSKY, Marcelo. A reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do bolsa família. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 225-248.

STÉDILE, João Pedro. **O neodesenvolvimentismo se esgotou**. 2015. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/node/32389/>>. Acesso em: 08/11/2017.

SUAPE/ GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Cinco empreendimentos iniciaram operação em suape em 2014**. 2015. Disponível em: < <http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/610-cinco-empreendimentos-iniciaram-operacao-em-suape-em-2014?highlight=WyJlbXBvZXNhcyJd>>. Acesso em: 06/06/17.

SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Incentivos e benefícios fiscais.** Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/negocios/informacoes-uteis-ao-investidor/incentivos-e-beneficios-fiscais>>. Acesso em: 08/06/17.

SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Investimentos em infraestrutura somaram R\$ 139,4 milhões.** 2014. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/607investimentos-em-infraestrutura-somaram-r-1394-milhoes?highlight=WyJpbmZlc3RpbWVudG9zIl0=>>>. Acesso em: 06/06/2017.

SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO. **O que é Suape?** Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/institucional/institucional.php>>. Acesso em: 02/12/2016.

SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Polos de Desenvolvimento do Complexo.** Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/negocios/polos-negocios>>. Acesso em: 08/06/17.

SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Relatório sobre o Programa de Aceleração do Crescimento e Suape.** 2010. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/.../relatorioObraSuapeMarco2010.pdf>>. Acesso em: 15/12/2016.

SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Suape: histórico.** Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/institucional/historic.php>>. Acesso em: 02/12/2016.

SUCHODOLSKI, Sérgio Gusmão; GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo de Almeida; CARVALHOSA, Maria Carolina Varejão Lima; SILVEIRA, Adriane Carine Bezerra de Melo da. Contribuições para um novo Nordeste e um Brasil menos desigual. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz; AGUIAR, Rodrigo Almeida de; LASTRES, Helena Maria Martins, SILVA, Marcelo Machado da. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste.** Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 37-47.

TROTSKY, León. **História da revolução russa.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

UOL NOTÍCIAS. **Cidade em PE visitada por Lula e Dilma foi do céu ao inferno nas gestões do PT.** 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/08/26/visitada-por-lula-e-dilma-cidade-em-pe-foi-do-ceu-ao-inferno-nas-gestoes-do-pt.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 31/10/2017.

UOL NOTÍCIAS. **Mais de 170 mil operários da construção civil cruzaram os braços em março, aponta Dieese.** 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/04/04/mais-de-170-mil-trabalhadores-da-construcao-civil-cruzaram-os-bracos-em-marco-aponta-dieese.htm>>. Acesso em: 07/08/2016.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2014. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/5559#entries>>. Acesso em: 28/10/2016.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho. In: **Caderno CRH** 2013, vol. 26, n.68, pp. 233-252. ISSN 01034979. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n68/a03v26n68.pdf>>. Acesso em: 06/01/2017.

WANDERBROOCK JR., Durval. **Imposto sindical, sindicalização e o crescimento do emprego entre 2009 e 2013**. 2016. Disponível em: <<http://blog.esquerdaonline.com/?p=6656>>. Acesso em: 31/10/2016.

Z Aidan Filho, Michel. **Tradição oligárquica e mudança em Pernambuco**. s.d. Disponível em: <<https://maniadehistoria.wordpress.com/tradicao-oligarquica-e-mudanca-em-pernambuco/>>. Acesso em: 24/07/2018.